



RELATÓRIO 2016
E CONTAS



RELATÓRIO 2016
E CONTAS

ÍNDICE

6	Mensagem do Presidente	55	Caracterização Clientes BNI
8	Principais Indicadores	58	Gestão do Risco
9	Missão, Estratégia e Valores	67	Enquadramento Regulamentar
10	Estrutura Orgânica	70	Envolvente Económica e Financeira
11	Modelo de Gestão Corporativa	80	Análise Financeira
23	Estratégia e Modelo de Actuação	89	Demonstrações Financeiras
24	Expectativa para 2017	90	Balanço
25	Marcos Históricos	91	Demonstração de Resultados
28	Campanhas	92	Demonstração do Rendimento Integral
31	Patrocínios e Responsabilidade Social	92	Demonstração de Alterações no Capital Próprio
34	Inovação e Tecnologia	93	Demonstração dos Fluxos de Caixa
38	Recursos Humanos	94	Anexo às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
46	Evolução do Negócio		
50	Unidades de Negócio		
52	Canais de Distribuição		

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 foi um marco indelével da nossa existência, Banco BNI, onde, com relevo, a nossa história se construiu orgulhosamente.

Um marco para todos os que, directa e indirectamente constituem esta Grandiosa Equipa, desde os seus Accionistas, à sua Administração, aos Colaboradores vários de diferentes áreas de negócio e apoio, à franja jovem e estagiária que acolhemos, e claro, aos nossos Clientes, que são o propósito da nossa dedicação.

Marcámos este ano passado com dinamismo, assertividade, empreendedorismo e sentido de responsabilidade, perante um quadro macroeconómico difícil e já algo amadurecido, face às contingências globais que têm afectado, um pouco por todo lado, cada uma das economias de todos os povos.

Angola, num momento de complexidade, soube escutar das dificuldades, os sons pródigos dos caminhos alternativos, que evocam a nossa capacidade de dedicação ao trabalho, em prol do desenvolvimento da nossa capacidade produtiva, assignada a tantos outros recursos naturais de que somos, felizmente, beneficiados pela mãe natureza.

O Banco BNI, na senda deste desenvolvimento, traçou um caminho que com foco percorreu, sempre no intuito de fazer das dificuldades novas alternativas, inovando nos produtos e serviços, tendo em conta o importante lançamento do BNIX, um serviço inovador, que irá alterar a natureza dos fluxos transaccionais, quer de pagamentos e recebimentos móveis em Angola, bem como nos apoios comerciais e sociais aos projectos que indicassem esse propósito de iniciativa de engrandecimento do tecido produtivo interno.

Foi desta forma que, parcimoniosamente, tendo em conta sempre uma estrutura de eficiência e qualidade, acolhemos e apoiámos diferentes projectos de negócio e produção, quer relacionados com a agricultura, quer relacionados com a energia, quer relacionados com o turismo, quer relacionados com a saúde e educação, quer ainda os relacionados com o acompanhamento dos mais desfavorecidos, idosos, crianças, pacientes e sem abrigo.

Durante o ano de 2016, o Banco BNI apoiou financeira e logisticamente, várias Instituições Nacionais, como são exemplo a Associação de Crianças Desprotegidas de Angola, o Hospital Pediátrico David Bernardino, a Associação Kubia Banco Alimentar de Angola, a Liga Angolana contra o Cancro (LACC), um Consórcio de 3 Projectos Habitacionais destinados à classe média, designado Pérola Imperial, entre outros, e patrocinou também vários eventos, como por exemplo, o Torneio Pré-Olímpico de Voleibol através do Apoio à FAVB - Federação Angolana de Voleibol, a quarta Edição do evento TEDx Luanda (Pés Descalços Colectivo Cultural), entre muito outras iniciativas.

A composição desta Forte Estrutura Empreendedora de Negócio Nacional, que é o Banco BNI, revela essa mesma abrangência dinamizadora, ao estarmos representados, quer por Agências, quer por Centros de Negócio, ou mesmo por Dependências partilhadas, em 15 das 18 Províncias Nacionais, totalizando 724 trabalhadores, divididos num equilíbrio de géneros, com 54% de homens e 46% de mulheres.

Por outro lado, o foco na procura de mais e melhor fazer, para mais e melhor podermos disponibilizar aos nossos Clientes, asseguram-nos o lado positivo do inconformismo, sempre na procura da experiência e da formação contínua dos nossos quadros, sendo esse o motivo primordial de mais de 75 % dos nossos Colaboradores deterem ou frequência universitária, ou ensino superior finalizado, e representarem cerca de 76% de médias de idade até 35 anos, e 99% de Colaboradores nacionais.

O Banco BNI é, pois, o espelho do esforço que a sociedade angolana tem vindo a percorrer, com uma equipa nacional, jovem e formada, que tenta inverter a dependência das importações, de produtos, serviços, meios, recursos e força de trabalho, sinalizando o propósito de bem-fazer, cá dentro, com os nossos, dando azo à valorização da capacidade da economia angolana para se tornar gradualmente mais autónoma e potenciadora de exportações várias, que contribuam para o enriquecimento do colectivo.

Neste ano do nosso 10º aniversário, conseguimos de facto contornar as dificuldades do momento com soluções efectivas de um caminho gradual a que nos propomos percorrer numa nova década empreendedora, onde esse binómio custo/benefício se traduziu num aumento da Carteira de Crédito em AKZ 9 128 (+11%), aumento da Carteira de Títulos em AKZ 38 632 (+135%), e aumento de recursos de Clientes em AKZ 54 403 (+31%), permitindo atingir um Rácio de Transformação de 47,76%.

O incremento do Produto Bancário em AKZ 3 162 (+21%) e o Resultado Líquido com um aumento de AKZ 1 197 (+225%), representam, sucinta e inequivocamente, que em 2016 o foco de trabalho foi caracterizado por uma união de forças, de uma Equipa à BNI, que quis dizer “Presente”, e mais do que isso, que podem “Contar Connosco” para outra década de vigor e sucesso.

Este trabalho de responsabilidade, sempre de forma proactiva e proveitosa com todos os *Stakeholders* da actividade bancária nacional, respeitaram, escrupulosamente, todas as regras e normas prudenciais do BNA – Banco Nacional de Angola, bem como as internacionais, com quem sempre nos mantivemos enquadrados, e tendo em conta o cenário de contida disponibilização de divisas, o reforço no rigor da gestão de riscos e gestão de operações cambiais, o profícuo combate às imparidades, e o fomento no apoio aos projectos que tiveram uma estrutura de estratégia e planeamento para além do curto prazo, com a premissa de impulso da produção nacional.

Volvido o ano de 2016, sentindo-nos sempre jovens, sentimo-nos também mais preparados e convictos do que nos espera: rigor, profissionalismo, dedicação e inovação.

Essa inovação, e como última mensagem que gostaria de deixar, em consequência destes últimos 12 meses de trabalho árduo, mas muito revigorante, é o ingrediente prioritário da nossa acção já para os anos seguintes, sempre aliado ao rigor e transparência da nossa actividade, e, estamos certos, se revelará como factor diferenciador e, conseqüentemente, reconhecido pelos actuais e novos Clientes, que formarão uma Equipa BNI mais forte, de maior qualidade, mais célere e eficaz, com soluções tecnológicas e abrangentes, menos burocrática, mais acessíveis a todos, e de forma distinta.

À BNI. Com paixão pelo Futuro.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2016	2016	2015	2015
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Activo Líquido	258 806 370	1 559 990	228 861 072	1 691 321
Activo Líquido Ponderado	151 838 703	915 228	149 702 678	1 106 327
Fundos Próprios	16 580 484	99 941	16 488 264	121 851
Fundos Próprios Regulamentares (1)	22 880 397	137 915	17 374 330	128 399
Crédito Total	93 484 839	563 492	84 356 821	623 411
Recursos Totais (2)	239 602 568	1 444 236	208 568 279	1 541 354
Margem Financeira	9 413 832	57 394	10 790 021	89 139
Resultados Cambiais	5 938 419	36 205	1 680 268	13 881
Resultado da Prestação de Serviços Financeiros	2 179 693	13 289	1 491 973	12 326
Produto Bancário	17 893 287	109 092	14 731 266	121 699
Custos de Estrutura	11 070 558	67 495	8 519 775	70 384
Cash Flow	5 553 001	33 855	5 676 496	46 895
Resultado Líquido do Exercício	1 730 636	10 551	533 323	4 406

	2016	2015
Rentabilidade do Activo Total (ROA)	0.67%	0.23%
Rentabilidade dos Fundos Próprios (ROE)	7.56%	3.07%
Cost-To-Income	61.87%	57.83%
Rácio de Solvabilidade	11%	10%
Crédito Vencido/Crédito Total	5.76%	6.09%
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades	241.35%	272.00%
Cobertura do Crédito Total por Imparidades	13.91%	16.57%
Custo do Risco	3.83%	4.84%
Rácio de Transformação (3)	46.16%	56.23%
Nº de Colaboradores	724	749
Nº de Centros de Negócios	8	7
Nº de Agências	42	52
Nº de Dependências	42	32
Nº de Clientes	212 379	209 592

(1) Fundos Próprios calculados de acordo com o instrutivo nº3/11 de 8 de Junho do BNA;

(2) Rubrica composta por Recursos de Clientes e outros empréstimos, Recursos de instituições de crédito e Passivos subordinados;

(3) Rácio de Transformação inclui Recursos de Clientes e outros Passivos subordinados.



MISSÃO, ESTRATÉGIA E VALORES

A Missão do Banco BNI

Somos um Banco de referência em Angola. Temos um profundo conhecimento do sector financeiro e dos mercados em que actuamos. Criamos valor para os nossos Clientes, Parceiros, Accionistas e Colaboradores, através da oferta de Produtos e Serviços inovadores, guiando-nos por elevados padrões de conduta e princípios corporativos de transparência e rigor.

A Visão do Banco BNI

Projectamos ser um modelo de sustentabilidade financeira, de eficiência operacional e de imagem, no mercado nacional e internacional. Pretendemos contribuir para o sucesso das iniciativas dos nossos Clientes, Accionistas e Colaboradores, oferecendo soluções inovadoras e competitivas. Expandimos a nossa actuação para novos segmentos de negócio, estabelecendo parcerias sólidas.

Os Valores do Banco BNI

> Enfoque no Cliente

Criamos produtos centrados nas necessidades dos nossos Clientes, demonstrando total empenho em exceder as suas expectativas, garantindo a sua satisfação e buscando a sua fidelização.

> Confiança

Os nossos Clientes são o activo mais importante. Desenvolvemos relações de futuro, baseadas na confiança, na sustentabilidade empresarial, no sigilo e na transparência.

> Rigor

Actuamos com ética, consciência, responsabilidade e profissionalismo.

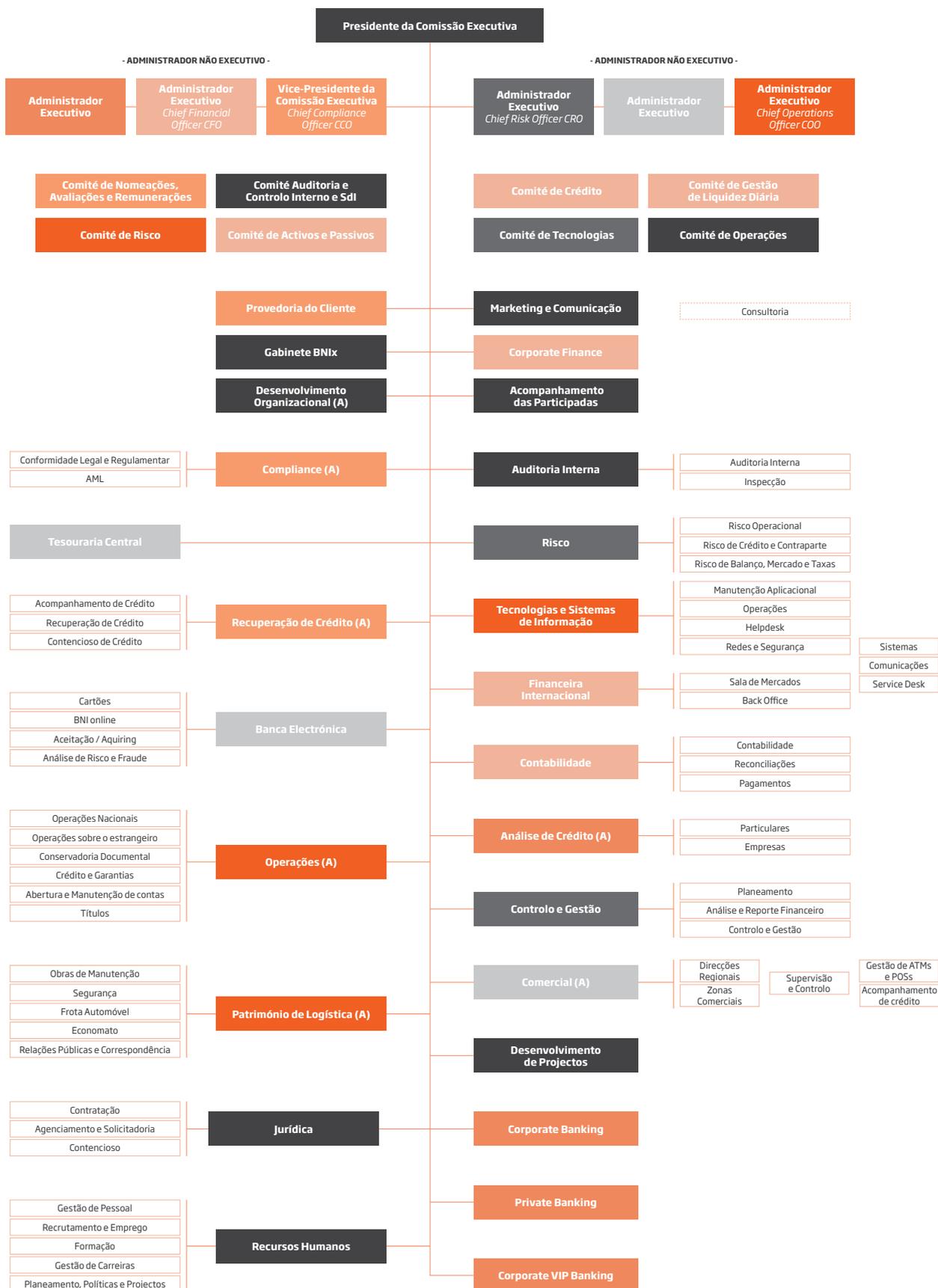
> Inovação

Estamos vocacionados para a inovação, persistindo na criação de novas ferramentas, metodologias, produtos e serviços, que nos colocam na vanguarda do mercado financeiro Angolano e Internacional.

> Trabalho de Equipa

Respeitamos as pessoas. Partilhamos a responsabilidade de melhorar o nosso desempenho, de forma a alcançar os objectivos definidos, para o sucesso de todos.

ESTRUTURA ORGÂNICA



MODELO DE GESTÃO CORPORATIVA

O Modelo de Governança do Banco BNI respeita e satisfaz os requisitos expressos na lei das Instituições Financeiras (Lei 12/15 de Junho).

Nos termos dos Estatutos aprovados na Assembleia Geral de 16 de Abril de 2015:

A gestão corrente do Banco BNI é exercida por um Conselho de Administração e por uma Comissão Executiva. Os Membros dos Órgãos de Administração têm competências e experiência profissional adequada para o exercício da função, os mesmos são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 4 anos, sendo possível a sua reeleição.

Os Órgãos Sociais são representados por:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: João de Matos
 - Vice-Presidente: Mário Dias
-

Conselho Geral

- Presidente: Carlos Feijó

Membros:

- Presidente do Conselho de Administração: Mário A. Palhares
- Presidente da Comissão Executiva: Mário A. Palhares
- Presidente do Conselho Fiscal: Luis Manuel Neves

Outros Membros:

- Accionistas com participação igual ou superior a 4%
-

Conselho Fiscal

- Presidente: Luis Manuel Neves
 - Vogal: Licínio de Assis
 - Vogal: Dina Maria Leote de Oliveira
 - Membro Suplente: Hailé Muiapi Cruz
-

Conselho de Administração

- Presidente: Mário A. Palhares
 - Vice-Presidente: José T. Boyol
 - Administrador Executivo: Sandro Africano
 - Administradora Executiva: Lara Boyol
 - Administrador Executivo: Pedro Palhares
 - Administrador Executivo: Bruno Inglês
 - Administrador Executivo: Almerindo Fonseca
 - Administrador Não Executivo: Pedro Claver Furtado
 - Administrador Não Executivo Independente: Guy Declerq
-

As grandes linhas estratégicas do Banco BNI são definidas pelo Conselho de Administração do Banco e, após consulta do Conselho Geral, são revistas e validadas as orientações estratégicas em reuniões do Conselho de Administração, sendo depois implementadas transversalmente pelos profissionais do Banco.

Assembleia Geral

Constituição

É constituída por todos Membros singulares ou colectivos, que tenham averbado em seu nome acções, no livro de registos de acções da sociedade que confirmam o direito de voto.

Os Accionistas sem direito de voto podem participar nas discussões, desde que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e os outros elementos o autorizem.

Competências

- Eleger os Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e designar os respectivos Presidentes;
- Eleger os Membros do Conselho Geral;
- Designar os Membros do Conselho de Remunerações;
- Aprovar o Relatório de Gestão e Contas de cada exercício, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre os aumentos de Capital que forem propostos pelo Conselho de Administração;
- Aprovar o seu regulamento Interno.

Conselho Geral

Constituição

O Conselho Geral é composto por um número de Membros, não superior a quinze.

Os restantes Membros são eleitos pela Assembleia Geral. Estes Membros exercem as suas funções até um período máximo de 4 anos, podendo ser eleitos ou designados uma ou mais vezes.

Competências

1. Compete ao Conselho Geral colaborar com o Conselho de Administração do Banco, mediante a emissão de pareceres prévios sobre assuntos referidos no número seguinte e ainda sobre as linhas de orientação estratégicas de desenvolvimento do Banco e de todos aqueles que, pela sua especial relevância para o Banco, lhe sejam submetidos para apreciação pelo Presidente do Conselho de Administração.

2. O Conselho Geral pronunciar-se-á, obrigatoriamente, embora sem carácter vinculativo, sobre as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral respeitantes as:

- Extensões ou reduções importantes da actividade do Banco;
- Coptação de Administradores;
- Designação do Presidente do Conselho de Administração em caso de substituição;
- Relatório de Gestão de Contas Anuais;
- Mudança de sede social;
- Aumento do capital social;
- Projectos de cisão, transformação da Sociedade.

Periodicidade

O Conselho Geral reunirá, ordinariamente, uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação do Presidente do Conselho de Administração ou de um quarto do número total dos seus Membros.

Conselho Fiscal

Constituição

A fiscalização dos negócios sociais do Banco BNI é exercida por um Conselho Fiscal composto por três Membros efectivos e um ou dois Membros suplentes.

Competências

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Banco conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Accionistas, Colaboradores da sociedade e outros.

Periodicidade

O conselho fiscal reúne-se ordinariamente nos prazos estabelecidos no regulamento e extraordinariamente sempre que seja solicitado pelo Presidente, pela maioria dos Membros ou pelo Conselho de Administração.

Conselho de Administração

Constituição

1. O Conselho de Administração é constituído por um número ímpar, até nove Membros, eleitos pela Assembleia Geral.

2. A deliberação de Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração deliberará, também, quem será o seu Presidente e um ou dois Vice-Presidentes.

3. Os Membros do Conselho de Administração consideram-se empossados na data da deliberação da Assembleia Geral e cessam as suas funções nos termos legais, devendo permanecer em funções até à eleição ou cooptação de quem os substitua.

Competências

1. Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade.

2. No desempenho das suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências delegadas na Comissão Executiva:

- a) Definir as políticas gerais do Banco e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurianuais;
- b) Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- c) Gerir a actividade do Banco, praticando todos os actos e operações inseríveis no seu objecto social;
- d) Propor fundamentalmente eventuais alterações aos estatutos e os aumentos de capital necessário, bem como os critérios de atribuição do direito de subscrição de acções aos elementos do quadro do Banco, nos casos em que seja deliberada a reserva de um número de acções para subscrição pelos referidos quadros do Banco;
- e) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, incluindo participações no capital de outras sociedades, independentemente do respectivo objecto, e posições em organizações de cooperação entre empresas, sempre que o entenda conveniente para o Banco, com as restrições constantes da lei e dos estatutos;
- f) Deliberar a emissão de obrigações ou de quaisquer outros títulos representativos de dívida dentro dos limites legalmente estabelecidos;
- g) Preparar os documentos de prestação de contas, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados a apresentar à Assembleia-Geral;
- h) Constituir mandatários ou procuradores para o exercício de actos determinados;
- i) Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral.

3. Compete ainda ao Conselho de Administração definir, formalizar, implementar e periodicamente rever:

- a) A estratégia de negócio;
- b) A estrutura orgânica e funcional;
- c) As relações, políticas e processos de autoridade, de delegação de competências, de comunicação e de prestação de informação;
- d) Os critérios para a classificação de operações relevantes, tendo em consideração o montante, risco associado ou características especiais;
- e) As políticas e processos relacionados com:
 - i. Gestão do risco e de Compliance;
 - ii. Remuneração dos Colaboradores;
 - iii. Ética, integridade e profissionalismo;
 - iv. Transacções com partes relacionadas;
 - v. Prevenção de conflitos de interesses, e;
 - vi. Prevenção e detecção de operações suspeitas de actividades criminosas ou situações de fraude.

Periodicidade

O Conselho de Administração reunirá ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois Administradores.

Comissão Executiva

Constituição

A Comissão Executiva do Banco BNI é composta por um número mínimo de três Membros nomeados pelo Conselho de Administração.

Competências

1. Cabe à Comissão Executiva exercer os poderes que, em cada momento, nela se encontrem delegadas.

2. O Presidente do Conselho de Administração será informado das reuniões e das matérias que nelas serão tratadas, através do envio da informação de suporte e das respectivas deliberações.

Periodicidade

A Comissão Executiva reunirá com periodicidade mensal, e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois Administradores.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Órgãos Sociais é definida pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, a quem compete:

- a.** Determinar as várias componentes da remuneração, se fixa ou se fixa e variável, consoante os Órgãos Sociais a que se destina, e eventuais benefícios ou complementos, em especial aos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez;
- b.** Definir a respectiva Política de remuneração e fixar a remuneração dos Titulares dos Órgãos Sociais do Banco BNI de acordo com a política definida;
- c.** Acompanhar a evolução da situação do Banco para efeitos de ponderação e determinação da remuneração variável dos Membros do Conselho de Administração;
- d.** Proceder à avaliação dos elementos da Comissão Executiva do Banco BNI, com vista à determinação das respectivas remunerações variáveis anuais;
- e.** Acompanhar as vicissitudes contratuais dos mandatos dos Membros dos Órgãos Sociais com reflexo nas suas remunerações, nomeadamente no caso de suspensão ou cessação dos mesmos;
- f.** Avaliar as consequências, no âmbito da política de remunerações, do eventual recebimento, pelos Membros do Conselho de Administração, de eventuais remunerações em virtude do exercício de funções em sociedades dominadas ou participadas;
- g.** Dar conhecimento aos Accionistas, nas assembleias gerais anuais de aprovação e contas, dos critérios, parâmetros e métodos de cálculo da política de remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais e da avaliação do desempenho dos Membros executivos do Conselho de Administração.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Conselho de Administração aprovou um conjunto de Políticas e Manuais de Governação Corporativa, que se encontram publicados nos canais de comunicação do Banco BNI, estando disponíveis a todos os Colaboradores, nomeadamente:

- Manual de Ética e Conduta;
- Política de Prevenção, Identificação e Gestão de Conflitos de Interesses;
- Política de Transacções com Partes Relacionadas;
- Política de Transparência e Divulgação da Informação;
- Gestão de Compliance e Prevenção e Detecção de operações suspeitas de actividades criminosas;
- Gestão do risco;
- Mecanismos de comunicações de irregularidade.

Os documentos mencionados estão disponíveis a todos os Colaboradores para conhecimento dos deveres de abstenção de condutas proibitivas e o cumprimento das normas no exercício das suas funções. Todos os Colaboradores do Banco BNI efectuem testes de conhecimentos regulares, com o objectivo de se aferir se absorveram e compreenderam o conteúdo destes documentos.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

O Banco BNI dispõe de um Código de Ética e Conduta que estabelece os princípios de conduta dos Colaboradores. A sua revisão é feita anualmente, de acordo com os seguintes tópicos:

- Enquadramento e Objectivos;
- Âmbito de Aplicação;
- Implementação, Reforço e Acções Disciplinares;
- Princípios Orientadores de Ética e Conduta do Banco BNI;
- Relacionamento com a comunidade, concorrência, entidades reguladoras e autoridades;
- Deveres e Responsabilidades dos Colaboradores;
- Reportar das violações ao Código de Conduta do Banco.

POLÍTICA DE CONFLITOS DE INTERESSE

A Política de Prevenção, Identificação e Gestão de Conflitos de Interesses tem por objectivo estabelecer as regras e procedimentos internos mínimos e adequados à mitigação e gestão do risco a observar por todos os Colaboradores para que conheçam adequadamente e a todo o tempo os princípios e regras constantes nesta Política, para que adoptem todas as medidas necessárias para uma adequada prevenção e/ou gestão de situações de conflito de interesses.

1. De acordo com a Política são Conflitos de Interesse as circunstâncias em que, inter alia, e consoante o caso, o Banco, um membro de um Órgão Social ou um Colaborador:

- a. Está prestes a obter um lucro/ganho financeiro, ou a evitar uma perda financeira às custas do Banco ou do Cliente;
- b. Tem um interesse no resultado de um serviço fornecido ao Banco ou ao Cliente ou de uma transacção realizada em nome do Banco ou do Cliente, que é diferente do interesse que o Banco ou o Cliente tem naquele resultado;
- c. Tem um incentivo, financeiro ou outro, em favorecer o interesse de um Cliente ou de um grupo de Clientes, acima dos interesses de um outro Cliente;
- d. Conduz o mesmo negócio que o Cliente;
- e. Recebe ou receberá de uma pessoa que não seja o Cliente um incentivo em relação a um serviço fornecido ao Cliente, na forma de valores, mercadorias ou serviços, que não seja a comissão ou taxa padrão para aquele serviço.

POLÍTICA DE TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

São parte integrante da Política de Transacções com Partes Relacionadas, os princípios, procedimentos e regras estabelecidas, a garantia de transparência e a igualdade no relacionamento com os mesmos relativamente as condições praticadas nas operações com os demais Clientes da instituição, de modo a garantir que os Accionistas, investidores e outras partes interessadas, são tratados de acordo com as melhores práticas de governação corporativa.

Tendo em conta montantes relevantes e significativos das transacções, são considerados aspectos materiais sobre o assunto, a formalização das transacções entre partes relacionadas, considerando as condições de mercado e conformidade, assegurando a igualdade a nível de preços e serviços praticados.

TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Em observância ao Artº 21º do Aviso 1/2013, a instituição tem pautado pela transparência na divulgação da sua estrutura de capital, da composição dos Órgãos sociais e participações detidas noutras sociedades, uma vez que esta informação é constatada ao nível do Relatório & Contas produzido anualmente.

A divulgação da composição dos Membros do órgão de Administração e da Comissão Executiva, as Demonstrações Financeiras do Banco, são pressupostos divulgados no site institucional do Banco BNI de forma anual, completa, actual, fiável como estabelecido no Artº 22º do mesmo Aviso.

GESTÃO DE COMPLIANCE E PREVENÇÃO E DETECÇÃO DE OPERAÇÕES SUSPEITAS DE ACTIVIDADES CRIMINOSAS

A Direcção do Compliance é a unidade orgânica responsável pela implementação do programa do PBC/CFT, bem como, pela monitorização do seu cumprimento interno. Cabe a esta unidade analisar as transacções potencialmente suspeitas bem como reportá-las, tanto internamente como às entidades responsáveis, adicionalmente é de sua responsabilidade receber e responder a pedidos de informação por parte da unidade de informação financeira ou de outras autoridades e ou /reguladores, relativamente a temas de PBC/CFT.

Conforme a Lei Nº 34/2011, de 12 de Dezembro - Lei de Combate ao Branqueamento de Capital e Financiamento do Terrorismo, a Direcção do Compliance assegura que as pessoas singulares estrangeiras que desempenham, ou desempenharam até há um ano, altos cargos de natureza pública ou política, bem como os Membros próximos da sua família e pessoas que reconhecidamente tenham com elas estreitas relações de natureza societária ou comercial não abrem a conta no Banco BNI, pois comportam naturalmente um risco acrescido no que respeita ao BC/FT (principalmente por serem mais susceptíveis de tentativas de corrupção ou suborno), pelo que o Banco BNI adopta a implementação de procedimentos reforçados de análise e conhecimento do cliente.

Durante o ano de 2016 foram realizadas diversas formações de âmbito transversal a toda a estrutura sobre esta temática.

A MONITORIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No âmbito da implementação do Sistema de Controlo Interno do Banco BNI, foi delegada à Direcção de Auditoria Interna a responsabilidade pela avaliação da efectividade e eficiência dos processos de gestão do controlo e governação interna do Banco, minimizando a probabilidade de fraudes, erros ou práticas ineficazes, mediante a realização dos seguintes exames:

- a. Adequação e eficácia dos controlos;
- b. Integridade e confiabilidade das informações e registos;
- c. Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e da sua efectiva aplicação pelo Banco;
- d. Utilização dos procedimentos e métodos de salvaguarda dos activos, comprovando a sua existência, assim como a exactidão dos activos e passivos;
- e. Compatibilidade das operações e programas com os objectivos, planos e meios de execução estabelecidos.

A monitorização do sistema de controlo interno não se limita às áreas contabilística e financeira, mas englobam os planos do Banco e todos os métodos usados para proteger os seus activos, verificar a exactidão e fidedignidade das informações contabilísticas, financeiras, administrativas e operacionais.

Anualmente, a data de 30 de Novembro do referido ano, a Direcção de Auditoria Interna elabora e submete o Relatório Anual de Governação Corporativa e de Controlo Interno ao Banco Nacional de Angola, com o crivo da Auditoria Externa.

SISTEMA DE GESTÃO DOS RISCOS

A gestão de risco no Banco obedece o modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas funções específicas de gestão às duas primeiras linhas de defesa, nomeadamente, as unidades operacionais ou unidade de negócio e a direcção de risco, que reportam aos respectivos comités (comités operacionais e comité independente) e ao Conselho de Administração.

Unidade de Negócios - Como unidades de 1ª linha de defesa e unidade tomadoras de risco, gerem o risco numa óptica operacional, reportam aos comités de crédito e de gestão de activos e passivos (ALCO).

Direcção de Risco - Como unidade de 2ª linha de defesa e unidade independente, identifica, quantifica, analisa, controla e reporta todos os riscos relevantes ao comité de risco e ao Conselho de Administração.

Ainda dentro das competências a si cometidas, compete à Direcção de Risco a concepção, desenvolvimento, monitorização e actualização de modelos de gestão de risco que possibilitem uma correcta identificação, avaliação e controlo dos riscos associados à actividade do Banco, de forma a assegurar que os mesmos se mantêm em níveis consistentes com o perfil e grau de tolerância ao risco definido pelo Conselho de Administração.

Política de Testes de Esforço

O Aviso nº 2/2013 de 19 de Abril do Banco Nacional de Angola, no seu artigo 10º, ponto 3, alínea c, prevê a realização de testes de esforço tendo em vista avaliar a sua capacidade para cumprirem com os compromissos assumidos num ambiente adverso. Neste contexto, o Conselho de Administração do Banco aprovou e publicou por despacho (nº 054/2016) a política de testes de esforço.

O documento aborda a identificação dos factores críticos por tipologia de risco, a metodologia utilizada para elaboração de testes de esforço de forma a melhor entender o perfil de risco do Banco BNI e definir um processo de incorporação dos resultados obtidos nos testes de esforço, enquanto ferramentas de apoio à decisão e suporte à evolução dos procedimentos de risco.

O Conselho de Administração e a Comissão executiva contam com 8 comités que são órgãos de composição interdisciplinar, encarregados do seguimento e controlo da actividade do Banco, sendo assim auxiliares importantes da administração do Banco, no acompanhamento, gestão e controlo do dia-a-dia da instituição.

Todos os comités delegados estão obrigados a distribuir atempadamente a agenda de trabalhos e a elaborar a acta das reuniões, bem como a elaborar anualmente um relatório da sua actividade para ser presente ao Conselho de Administração.

São as seguintes competências, composição e regras de funcionamento dos referidos comités:

Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações de Colaboradores

Constituição

É constituído por dois administradores não executivos e três administradores executivos, sendo auxiliados nas suas funções pelo responsável da Direcção de Recursos Humanos, na qualidade de Coordenador. O Comité é governado por um Presidente.

Sempre que tal convenha ao bom andamento dos trabalhos, poderão ser convidados a participar das reuniões outros Membros do Conselho de Administração e demais responsáveis pelas áreas cujos assuntos são analisados.

Competências

- Definir as políticas e processos de remuneração para os Colaboradores, adequados à cultura e estratégia de longo prazo, considerando as vertentes de negócio e do risco;
- Recomendar ao órgão de administração a nomeação de novos Colaboradores para funções de Direcção, para os quais deve elaborar/ rever a descrição detalhada da função, tomando em consideração as competências internas existentes;
- Apoiar e supervisionar a definição e condução do processo de avaliação dos Colaboradores;
- Definir a política de contratação de novos Colaboradores;
- E outras estabelecidas no respectivo regulamento.

Comité de Risco

Constituição

É constituído por um Presidente e pelos Administradores das áreas de Risco, Financeira, Crédito e Comercial, sendo auxiliado nas suas funções pelo responsável da Direcção de Risco, na qualidade de Coordenador.

Competências

De acordo com o objectivo de supervisionar e monitorizar a gestão de riscos a que o Banco se encontra exposto, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a protecção e valorização do património da instituição, consideram-se as principais funções e responsabilidades do comité as seguintes:

- Realizar o acompanhamento da evolução do perfil de risco do Banco, através da monitorização dos vários tipos de risco e análise da compatibilidade da exposição de risco com os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas pelo órgão de gestão;
- Monitorizar os níveis de concentração de risco, definindo e controlando as métricas internas de concentração da exposição a Clientes/grupos económicos, maturidades, fontes de financiamento, contrapartes, e moedas;
- Analisar e decidir sobre as metodologias e modelos de quantificação de riscos;
- Analisar e aprovar políticas, procedimentos e limites para os riscos de crédito (exposição por cliente/grupo, produto), operacional (ex. perda potencial por tipologia de evento) e financeiros (moeda, maturidades, gaps), de acordo com o apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração;
- Analisar eventuais vulnerabilidades e a aprovação de planos de acção para mitigação de risco;
- Acompanhar a quantificação e evolução dos Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade, assegurando o alinhamento com a estratégia e suficiência para a cobertura dos riscos identificados;
- Analisar o impacto da introdução de novos requisitos regulamentares e de supervisão, em matérias de avaliação e quantificação de riscos.

Comité de Auditoria, Controlo Interno e Segurança de Informação

Constituição

É constituído por Administradores Executivos e não Executivos em igual número, sendo auxiliado nas suas funções pelo responsável da Direcção de Auditoria Interna, na qualidade de Coordenador. O Comité é governado por um Presidente.

Sempre que tal convenha ao bom andamento dos trabalhos, poderão ser convidados a participar das reuniões os responsáveis pelas áreas cujos assuntos são analisados.

Competências

- Supervisão em base consolidada, da prossecução dos principais objectivos fixados;
- Avaliar a fiabilidade dos reportes prudenciais respeitantes ao grupo e empresas do grupo;
- Tomar conhecimento do parecer anual do conselho fiscal e dos auditores externos sobre as demonstrações financeiras relativas ao Banco, sobre a fiabilidade da informação contabilística e o apuramento dos impostos sobre lucros;
- Analisar e debater o Plano e as normas de suporte de Segurança de Informação antes de submeter a aprovação formal e acompanhar a sua implementação.
- Acompanhar a eficácia das medidas para gestão das deficiências de Auditoria e de Controlo interno, nomeadamente a segregação entre quem autoriza, executa, de quem regista e controla e de quem reporta;
- Avaliar e verificar as actividades de controlo efectivo sobre os processos que mitiguem os riscos identificados, incluindo o de fraude e identificar as formas de limitação dos diferentes riscos, contribuindo com a implementação das restrições pelas entidades ou áreas competentes;

Compete ainda promover a eficácia da gestão do risco, nomeadamente: Risco operacional, Risco de Compliance e Risco reputacional.

Comité de Activos e Passivos

Constituição

É constituído pelo Presidente da Comissão Executiva, na qualidade de Presidente do comité e pelos Administradores Executivos das áreas de negócio, financeira e risco, sendo auxiliado nas suas funções pelo responsável da Direcção Financeira Internacional, na qualidade de Coordenador.

Sempre que tal convenha ao bom andamento dos trabalhos, poderão ser convidados a participar das reuniões os responsáveis pelas áreas cujos assuntos são analisados.

Competências

- Analisar a informação macroeconómica das principais regiões económicas internacionais e de Angola, contribuindo para adequar a expectativa dos impactos a curto prazo, sobre a actividade bancária;
- Analisar a evolução do balanço consolidado do Banco e de cada uma das suas principais unidades, no que se refere às diferentes massas de activos, passivos e extra-patrimoniais;
- Avaliar e acompanhar em permanência os diversos riscos financeiros, particularmente os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio, de liquidez e de mercado, a que o Banco BNI está sujeito, através de metodologias e de indicadores pré-definidos, para medir e controlar cada tipo de risco;
- Propor ao Conselho de Administração a estrutura de limites de risco adequada ao Banco, de acordo com a metodologia que venha a ser definida e com as directrizes emanadas pelos organismos de supervisão;
- Determinar e acompanhar a implementação das estratégias de investimento e cobertura, mais adequadas à gestão integral do balanço;
- Acompanhar o planeamento, monitorização e controlo das diversas operações financeiras de captação de fundos, acautelando os potenciais impactos negativos no balanço, que daí possam decorrer;
- Propor ao Conselho de Administração a política de preços dos activos, passivos e serviços financeiros prestados e comissões cobradas, de acordo com critérios de rentabilidade e tendo em mente os objectivos de negócio, comerciais ou estratégicos;
- Analisar e avaliar o impacto sobre o balanço do Banco, decorrente do lançamento de novas actividades/ produtos;
- Formular recomendações sobre a política de preços de todos os produtos de activo, passivo e serviços financeiros prestados, incluindo os novos produtos a comercializar.

Comité de Crédito

Constituição

É constituído por 3 níveis de decisão, em função dos montantes de crédito a aprovar (para concessão ou reestruturação), nomeadamente:

Nível 1 - Três Administradores Executivos e os responsáveis das áreas comercial e do risco, sendo auxiliado nas suas funções por um dos responsáveis das áreas de Crédito, na qualidade de Coordenador, conforme os assuntos.

Nível 2 - Um Administrador Executivo e os responsáveis das áreas comercial e do risco, sendo auxiliado nas suas funções por um dos responsáveis das áreas de Crédito, na qualidade de Coordenador, conforme os assuntos.

Nível 3 - Três Directores das áreas Comercial, de Crédito e do risco, sendo auxiliado nas suas funções pelo Gerente de uma Agência, na qualidade de Coordenador .

Sempre que tal convenha ao bom andamento dos trabalhos, poderão ser convidados a participar das reuniões outros Membros convidados.

Competências

- Analisar as propostas de crédito e definir as condições da sua aprovação dentro dos limites de negociação de crédito previamente definidos;
- Adequar a finalidade do crédito aos produtos de crédito;
- Analisar e acompanhar a Carteira de Crédito vivo e vencida, propor medidas de mitigação e decidir sobre os limites de exposição da carteira;
- Autorizar a reestruturação do crédito concedido dentro dos limites atribuídos;
- Decidir sobre a emissão de créditos por assinatura dentro dos limites atribuídos.

Comité de Tecnologias de Informação

Constituição

É constituído por dois Administradores Executivos, sendo auxiliados nas suas funções por um dos responsáveis das áreas de tecnologias, na qualidade de Coordenador, conforme os assuntos.

Sempre que tal convenha ao bom andamento dos trabalhos, poderão ser convidados a participar das reuniões outros Membros convidados.

Competências

- Analisar eventuais necessidades de informação ou alterações às actuais TSI solicitadas pelas áreas de negócio de forma a avaliar o impacto nos Planos de Acção e Projectos de TSI;
- Analisar o progresso e os resultados alcançados das actividades e projectos de TSI. Caso a análise leve à identificação da necessidade de eliminar alguma Actividade ou Projecto relacionado com as TSI ou a revisão da sua prioridade;
- Assegurar a validação e pós-validação das propostas tecnológicas submetidas à apreciação, face à necessidade de proporcionar ganhos de eficiência e eficácia nos processos e projectos do Banco.

Comité de Gestão Diária de Liquidez

Constituição

É constituído pelos Administradores Executivos das áreas de negócio, financeira e operações, sendo auxiliado nas suas funções pelo responsável das áreas de negócio, na qualidade de Coordenador.

Sempre que tal convenha ao bom andamento dos trabalhos, poderão ser convidados a participar das reuniões outros Membros convidados.

Competências

- Assegurar a existência de uma gestão equilibrada de entradas e saídas de caixa corrente para que o Banco esteja em posição de cumprir as suas obrigações perante seus Clientes;
- Manter o custo de refinanciamento o mais baixo possível;
- Lidar com eventuais crises de liquidez;
- Diariamente, dar conhecimento do resultado das necessidades à Comissão Executiva e à Direcção de Risco.

Comité de Operações

Constituição

É constituído pelos Administradores Executivos das áreas de negócio, financeira e operações, sendo auxiliado nas suas funções pelo responsável da Direcção de Operações, na qualidade de Coordenador. O Comité é governado por um Presidente.

Sempre que tal convenha ao bom andamento dos trabalhos, poderão ser convidados a participar das reuniões os responsáveis pelas áreas cujos assuntos são analisados.

Competências

- Periodicamente, supervisionar a execução das operações em função dos objectivos fixados;
- Avaliar a fiabilidade dos reportes ao BNA, aplicáveis no âmbito da actuação do Comité;
- Propor ao CA e/ou ao CRI a revisão dos limites de exposição cambial do Banco, devidamente argumentada;
- Fundamentar as suas análises e conclusões, registando-as em acta, ainda que suportadas por quadros do Banco, com experiência adquirida nas áreas da sua competência, para prestar a informação necessária.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERNA

A Política de Segurança de Informação da instituição estabelece o enquadramento da segurança da informação e aplica-se a todos os activos que se encontram sob a responsabilidade do Banco BNI, ao longo das diferentes etapas do seu ciclo de vida e, a todos os Colaboradores (internos, Avançados, Expatriados e Consultores).

A informação e as tecnologias de informação (activos) assumem um papel crítico no desenvolvimento e sustentabilidade das actividades de negócio do Banco de Negócios Internacional (Banco BNI).

Estes activos estão expostos a um crescente número de riscos operacionais, que podem resultar em impactos negativos para o Banco, nomeadamente:

- a. Perdas para o negócio do Banco BNI;
- b. Afecção das operações e qualidade dos serviços prestados;
- c. Degradação da imagem do Banco BNI;
- d. Incumprimento com obrigações legais ou regulamentares.

SEGURANÇA E CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

O Banco BNI implementou um Sistema de Gestão da Continuidade de Negócio para prevenir incidentes graves provocados por eventos anómalos, ou, na sua impossibilidade, responder de forma eficaz a estes incidentes, assegurando a continuidade das suas funções de negócio críticas em níveis mínimos aceitáveis.

O SGCN do Banco BNI, através de um modelo de governo patrocinado pela Administração e dotado dos recursos adequados, assegura que são desenvolvidas todas as actividades necessárias para identificar as funções de negócio críticas e implementar estratégias de continuidade de negócio eficazes que permitam garantir a continuidade dos seus produtos e serviços através de planos e soluções de recuperação que são regularmente revistos e exercitados por todos os Colaboradores com responsabilidades ao nível da continuidade de negócio.

O Banco BNI assegura a melhoria contínua do SGCN através de actividades de avaliação de desempenho, auditorias e da revisão pela gestão, implementando as acções correctivas, preventivas e de melhoria identificadas.

ESTRATÉGIA E MODELO DE ACTUAÇÃO

O Banco de Negócios Internacional definiu a sua estratégia para o ano de 2016 com base na delicada situação da conjuntura da economia e do sistema financeiro nacional, onde destacam-se os objectivos abaixo:

Melhoria dos serviços de atendimento aos Clientes

Aposta na especialização e formação contínua dos Colaboradores, com especial enfoque para as Direcções de Organização, Jurídica, Operações, Análise de Crédito, Compliance, Auditoria e Risco

Revisão do Workflow de crédito, redução e melhoria da carteira, reforço dos critérios de provisões com base no AQA e IFRS

Regularização do rácio de exposição cambial, fixação de limites de liquidez a serem monitorados pela Direcção de Risco

Massificação de POS's e ATM's (revisão da política de alocação, controlo e acompanhamento)

Revisão constante do precário do Banco

Redução do rácio de eficiência, cost-to-income

Definição de política de incentivos e prémios mais exigente, beneficiando os Colaboradores mais destacados

Controlo da evolução dos custos de estrutura

EXPECTATIVAS PARA 2017

Economia Nacional

Tal como o ano de antecessor, prevemos que 2017 seja um ano difícil além de atípico, no qual a evolução económica do nosso País continuará dependente de um factor não controlável internamente, o preço do barril do Petróleo no mercado internacional, uma vez que este recurso mineral mantém-se como a principal fonte de divisas e riqueza do nosso país. A pressão da situação económico-financeira em Angola esteve igualmente, a quebra do ritmo de crescimento do PIB, aumento da taxa de inflação e a subida das taxas de juro. Adicionalmente, tratando-se de um ano de eleições Presidenciais e conseqüente troca de Governo, prevê-se um abrandamento da actividade e processos de tomada de decisão ao nível dos Órgãos e Instituições Públicas.

A incerteza relativamente a uma eventual desvalorização da moeda nacional é igualmente factor de inibição da actividade financeira e investimentos, tanto no sector empresarial como nas famílias Angolanas, remetendo-as a uma posição de contenção financeira.

Sector Bancário

Ao nível do sector bancário e mais propriamente do lado do regulador, cremos que haverá uma atenção redobrada no que toca a regulação e supervisão das instituições financeiras, melhoria dos mecanismos de controlo ao Compliance, combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, assim como a conclusão do processo de implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). Adicionalmente acreditamos que manter-se-á o esforço do Banco Nacional de Angola no que toca a manutenção dos níveis de injeção de divisas no mercado, pelo que não prevemos alterações substanciais em relação ao quadro vivido em 2016.

Banco BNI

Ao nível interno é estratégia do Banco BNI manter o espírito de rápida adaptação e resposta á dinâmica imposta pela situação actual da economia nacional e conjuntura internacional, assim como priorizar as seguintes metas:

- Arranque da actividade no ramo de Seguros;
- Robustecimento dos Fundos Próprios e Solvabilidade do Banco;
- Ajuste da estrutura de custos da instituição, à luz da dinâmica actual do negócio bancário;
- Fortalecimento da Direcção de Risco e das demais Direcções de Controlo Interno, assim como a melhoria dos processos internos e adaptação da estrutura hierárquica, à luz dos instrutivos sobre os referidos temas;
- Melhoria dos processos de gestão de crédito;
- Priorizar a implementação de toda nova legislação imposta pelas entidades reguladoras da actividade financeira em que o Banco BNI está inserido, nomeadamente, o Banco Nacional de Angola (BNA), a Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e a Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA);
- Manutenção da política activa de formação e dos níveis de motivação dos nossos Colaboradores;
- Aposta contínua em novas tecnologias, assim como produtos modernos e diferenciados;
- Continuar a prestar um serviço de excelência aos nossos Clientes, assim como contribuir activamente no processo de crescimento e diversificação da economia Angolana.

MARCOS HISTÓRICOS

Há 10 anos, tal como hoje, o Banco BNI move-se por esta paixão, o futuro.

Em 10 anos de existência, fez um caminho que orgulha o País e o seu sistema financeiro. Neste caminho, o Banco BNI cresceu sustentadamente em Activos, em Depósitos, em Clientes, em Balcões e Serviços, na gama de produtos oferecidos.

Ao longo dos 10 anos, sucederam-se os prémios **The Bizz 2013 - World Business Leader** (Houston, Texas), **The Bizz 2013 - Inspirational Company** (Houston, Texas), **The Majestic Five Continents Award for Quality** (Genebra), **Total Quality Aptitude Seal For The High Quality Performance / Best Customer Satisfaction** (Genebra) e **Best Enterprise - Socrates Committee - In The Field of Bank Services** (Oxford, UK), sinais de reconhecimento, por parte de várias e prestigiadas instituições internacionais.

Em Angola, o Banco BNI tem mais de 90 Agências, incluindo 8 Centros de Negócios BNI PRIME. Pensando nos *Stakeholders* e no desenvolvimento do País, o Banco BNI está também na Europa, mais concretamente em Lisboa, focado na criação de novos negócios, através do BNI EUROPA. Também lá, tem sido alvo de reconhecimento internacional. Recentemente considerado o Banco mais inovador em Portugal, pela International Finance Magazine, que premiou a aposta do Banco BNI em soluções de internet banking e aplicações móveis. Esta aposta, valeu, ainda em Portugal, por parte de instituições de renome, os galardões de Melhor Banco nos canais digitais .

Nestes 10 anos de actividade, o Banco BNI moveu-se pela paixão por inovar, por criar e acrescentar valor, por fazer diferente. Sobretudo, por fazer melhor, pensando nos Clientes, nos Accionistas, no País.

Apoiar o surgimento de novos negócios, de menor escala, também tem sido uma paixão. O microcrédito por via da FACILCRED, o envolvimento no Angola Investe, contribuindo para o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, também nos têm guiado.

Outros marcos a destacar

- Em 2015, aumentou o crédito concedido em moeda nacional, num contexto de fortes exigências regulatórias, em que apostou no reforço dos fundos próprios e melhorou o rácio de solvabilidade.
- Em 2016, o Banco BNI financiou o arranque de um consórcio de 3 projectos habitacionais, destinados à classe média, designado Pérola Imperial, situado em Luanda, no Morro Bento, implantado numa área de 220.000m², abrange uma área de construção de 90.000m² e inclui, para além do condomínio habitacional privado, espaços de lazer, um apart-hotel e comércio.
- Internamente, em 2015 e 2016, o Posto Médico do Banco BNI prestou assistência aos nossos Colaboradores e dependentes, através de 5.020 actos médicos. Desde 2013 que várias centenas dos nossos Colaboradores, que totalizam hoje 724 pessoas, receberam 144 acções de formação.
- Em 2016, lançou produtos e um serviço inovador, que irá alterar a forma como se fazem pagamento em Angola, o BNIX, o qual permite aos Angolanos realizarem o pagamento de produtos e serviços por via do telemóvel.
- Aos 10 anos de actividade o Banco BNI atingiu uma orgulhosa marca de 212.379 Clientes.

2006

É constituído o BNI - Banco de Negócios Internacional por escritura pública, a 2 de Fevereiro, obtendo licença do Banco Nacional de Angola dia 10 do mesmo mês.

O Banco BNI inicia actividade a 13 de Novembro com um capital social de AOA 6.039.104.180,30, representado por 2.000.000 de acções nominativas com um valor nominal de AOA 3.019,55

2007

Inaugurado o primeiro balcão Rede Expresso 24 para o segmento de retalho e Criação do Centro de negócios BNI para os segmentos Corporate e Private.

Contrato com a Mastercard com exclusividade para Angola na emissão e acquiring dos cartões de crédito.

Estabelecidas parcerias para Trade Finance, Project Finance, Corporate Finance, com o Fortis banka, Deutsche Bank e BDA.

Financiamento do projecto imobiliário Morro Bento e da fibra óptica da Angola Telecom.

2008

Primeira assembleia geral de Accionistas aprova aumento de capital para AOA 4.165.993.

Abertura de balcões Rede Expresso 24 no Lubango, Cunene, Viana Soyo e INE, e do primeiro Centro de Negócios no Lobito.

BNI é aprovado como Member Visa e Acquiring POS e emite o primeiro cartão de crédito em AOA.

Celebrado acordo com a Moneygram.

2009

Abertura de diversas agências em Luanda e nas províncias de Cabinda, Huambo, Kwanza Sul e Benguela, e dos Centros de Negócios de Cabinda e Lubango.

Lançamento do portal de Internet Banking.

Emissão do cartão de débito Visa Kwanza, o primeiro cartão pré-pago em AOA do País.

2010

O Banco BNI dispõe de 43 balcões Rede Expresso 24 e seis Centros de Negócios.

Aumento de capital para 65 milhões USD. A 31 de Dezembro, o Banco BNI dispõe de 150 milhões USD de fundos próprios.

2011

Participação no sindicato bancário para o financiamento de novas aeronaves da TAAG.

Obtenção de licença do Banco de Portugal para operar em Portugal.

O Banco BNI atinge 50 balcões e adere ao Programa Bankita.

2012

Rebranding do Banco BNI adopção de nova imagem, nova identidade e novo logótipo.

Extinção de Rede Expresso 24.

Retalho passa a ser trabalhado pela Rede BNI e os segmentos Private e Corporate pelo BNI Prime.

Inauguração da nova sede em Luanda.

Criação de um cartão de débito Mastercard co-branded com a TAAG: Cartão Umbi Umbi.

2013

BNI recebe prémios: The Bizz 2013 - World Business leader, Bizz 2013 - Inspirational Company. The Majestic Five Continents Award for Quality e 2º Melhor Banco Angolano (KPMG) entre outros.

Abertura de 15 novos balcões. Rede Total de: 77 balcões.

Criação do balcão Escola para Formação da área comercial.

Adesão ao programa Angola Investe.

2014

Liderança do Sindicato Bancário da TAAG na estruturação da operação financeira de aquisição de três Boeing 777-300 ER de última geração.

Aumento do capital social para 150 milhões USD.

Anúncio da abertura do BNI Europa, em Lisboa Portugal, com um capital social de 25 milhões de euros para os segmentos Private e Corporate.

Lançamento dos produtos Multibónus BNI, BNI Click, DP Superflash e DP BNI Júnior.

Superada a marca de 150 mil Clientes, rede de 84 balcões em 13 das 18 províncias.

2015

O Banco BNI Europa recebe o prémio de banco Mais Inovador em Portugal para 2016 (Internacional Finance Magazine).

O Banco BNI Europa subscreve linha de crédito de €500 milhões para apoiar relacionamento comercial Angola/Portugal.

Lançamento do novo serviço de Internet Banking BNI Click que permite a realização de operações de pagamento habituais na rede Multicaixa (impostos, seguros, recargas, etc).

2016

O Banco BNI continua a apoiar as crianças desfavorecidas do Clube Lixeira do Sambizanga, com subsídios para escolas, espectáculos, jogos de futebol beneficentes e distribuição de refeições.

Participação no financiamento internacional de duas aeronaves Boeing 777-300 ER da TAAG (Baptizados com os nomes de Iona e Morro de Mouco.).

Celebração do 10º Aniversário com uma festa no dia 26 de Novembro.

CAMPANHAS

BNI MULTIBÓNUS

Campanha dirigida aos utilizadores dos cartões BNI Multicaixa, em que os Clientes BNI podem beneficiar de descontos nas suas compras, utilizando o cartão Multicaixa BNI nos pontos de venda aderentes à Conta Multibónus BNI.



BNIX

Campanha de lançamento do serviço que vem revolucionar a maneira como se fazem pagamentos em Angola. Fácil de usar, seguro, sem taxas e acessível.



BNI RENDIMENTO JÁ

A campanha pretendeu divulgar o novo depósito a prazo, chamando a atenção para a cultura de poupança e às vantagens de fazer essa economia no BNI, além de oferecer uma das taxas de juro mais altas do mercado.



BNI SOLIDÁRIO

Campanha lançada por ocasião do 10º aniversário do Banco de Negócios Internacional, assumindo aceitar o repto lançado por Sua Excelência, o Presidente da República, Eng. José Eduardo dos Santos, no que diz respeito à necessidade de todos se empenharem na luta contra o Cancro.



BNI E HERTZ

A campanha pretendeu divulgar os benefícios e vantagens únicas do protocolo entre o BNI e a HERTZ, exclusivo para Clientes BNI com cartões Visa e Mastercard Gold.

BNI e HERTZ

SER CLIENTE BNI É TER UM CARRO EM TODO O MUNDO.

TENHA UM CARRO À SUA ESPERA NOS QUATRO CANTOS DO MUNDO.
 Ser Cliente BNI é poder beneficiar de vantagens únicas no aluguer de automóveis na Hertz, em qualquer parte do mundo. Aproveite as condições exclusivas que só os Clientes BNI poderiam ter.

PROTOCOLO EXCLUSIVO PARA CLIENTES BNI COM CARTÃO VISA E MASTERCARD GOLD:
 Sempre que alugar um automóvel na Hertz, apresente o seu cartão Visa Gold ou Mastercard Gold do BNI e usufrua de 10% de desconto em todo o mundo.
 Se reservar o seu carro antecipadamente, ao chegar ao aeroporto não necessita esperar em filas, o seu aluguer é validado de imediato através da sua assinatura, dos seus documentos de identificação e do código de desconto, relativo ao seu cartão Visa ou Mastercard.

VANTAGENS PRIVILEGIADAS PARA CLIENTES BNI
 • Descontos em todos os países onde a Hertz está presente no mundo inteiro.

Ter carro em todo o mundo só com o BNI e a Hertz.
 Se é Cliente BNI Visa ou Mastercard GOLD, saiba mais sobre o protocolo BNI/Hertz numa agência BNI.

Hertz **VISA**

BNI e HERTZ
 www.bni.ao | +244 222 432 900
 www.hertz.co.ao | +244 222 235 929

BancoBNI
 Fazendo pelo futuro

BNI 10 ANOS

Campanha de celebração dos 10 anos de actividade bancária em Angola. 10 anos de crescimento, modernização, de investimento, inovação e de paixão por Angola.

CELEBRAMOS COM ANGOLA 10 ANOS DE CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO
 10 anos de investimento, inovação e de paixão por Angola.

10 ANOS

BancoBNI
 Fazendo pelo futuro

www.bni.ao

BNI ALUGUER DE COFRES PARTICULARES

Campanha do serviço de aluguer de Cofres de Segurança, destinada a Clientes BNI Particulares, Private e Corporate.

TAXA DE CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL

Privilegiado como agente autorizado, o BANCO BNI realizou uma campanha com o objectivo de promover a comercialização de selos de taxa de circulação automóvel.

TAXA DE CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL
 Veja aqui onde pode adquirir o seu selo Taxa de Circulação Automóvel

GUARDE OS SEUS BENS COM O BNI.

BancoBNI
 Fazendo pelo futuro

COMODIDADE E SEGURANÇA.
 www.bni.ao

BNI CLICK

Lançada a campanha do serviço online que permite, aos utilizadores, efectuar qualquer Pagamento de Serviços – contas da água, luz, recargas do telemóvel, seguros, impostos e muito mais, sem necessidade de ter Conta Bancária nem ser Cliente BNI.



SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Esta campanha teve como objectivo melhorar e prestar um melhor serviço ao Cliente.



AUTORIZAÇÃO DE DÉBITO EM CONTA

Campanha do protocolo entre o BANCO BNI e a ENSA que visou otimizar a facilidade do pagamento dos prémios dos Seguros pelos seus Clientes. O BNI implementou o sistema ADC - Autorização de Débito em Conta, permitindo aos Clientes mútuos, o pagamento de prémios de seguro por débito directo.



PATROCÍNIOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Durante o ano de 2016 o Banco BNI patrocinou os seguintes eventos:



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE VOLEIBOL (FAVB)

Patrocínio para a deslocação, estadia e produção do equipamento das duas duplas angolanas de voleibol de praia masculinos – Eden Sequeira/Edson Figueiredo e Morais Abreu/Márcio Sequeira, que participaram no torneio pré-olímpico, realizado em Túnis, capital da Tunísia.



PÉS DESCALÇOS COLECTIVO CULTURAL

Patrocínio para a realização da 4ª edição do evento TEDx Luanda 2016, organizado localmente sob orientação do TED, no qual fizeram parte oradores nacionais e internacionais, que partilharam as suas histórias, projectos e conhecimentos para um público particularmente interessado na inovação.

A Paixão pelas Pessoas eleva o senso de Responsabilidade do Banco BNI para com a sociedade, razão pela qual, zelamos, respeitamos e fazemos tudo que está ao nosso alcance para torná-la um lugar melhor.

**ASSOCIAÇÃO DE CRIANÇAS
DESPROTEGIDAS DE ANGOLA**

Verbas destinadas ao projecto de desenvolvimento comunitário, necessário para combater a criminalidade na área de Luanda.



HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO

O Banco BNI, sensível às múltiplas carências de material hospitalar, verificadas nesta instituição, comunicadas através de diversos apelos nas redes sociais, decidiu realizar um donativo destinado à compra de medicamentos e consumíveis médicos.



ESCOLA PORTUGUESA DE LUANDA (EPL)

Verbas destinadas para o apoio na aquisição de materiais para a preparação e realização do evento Baile de Finalistas.



ASSOCIAÇÃO KUBIA BANCO ALIMENTAR DE ANGOLA

Verbas destinadas para a confecção de 50 t-shirts, 6 cartazes publicitários e ajuda no pagamento de transporte de produtos.



LIGA ANGOLANA CONTRA O CANCRO (LACC)

Por ocasião do 10º aniversário, o BANCO BNI disponibilizou à Liga Angolana Contra o Cancro (LACC), verbas para ajudar os Pacientes com Cancro, mas sobretudo para ajudar a divulgar a importância do diagnóstico precoce na prevenção da doença.



JOGOS BENEFICENTES

Com o objectivo de arrecadarmos donativos para serem doados a instituições carenciadas, foram organizados dois jogos de futsal, em parceria com a Associação Makamba Dya Makamba, contamos com o apoio do Lixeira Futebol Club assim como das equipas do Banco BNI da Direcção Comercial Regional Sul e a Regional Centro.

EVENTO SOLIDÁRIO LAR KUZOLA

Dentro das festividades programadas para a comemoração dos 10 Anos BNI, foi organizado no dia 22 de Outubro no Campo da Escola Portuguesa de Luanda um evento solidário a favor do LAR KUZOLA.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA



Durante o ano de 2017, entre os vários projectos levados a cabo no âmbito do ramo de inovação e tecnologia, destacamos os seguintes:

ALERTAS SMS E/OU EMAIL

Solução que permite a configuração a nível de uma conta depósito a ordem, o envio de alertas por SMS e/ou email em tempo real para movimentos de determinado tipo (depósitos, levantamentos, transferências, transacções com cartões de débito, pagamentos de serviços no internet banking e saldo da conta (menor ou superior a determinado valor definido pelo Cliente).

Com este serviço, o Cliente sente-se confortável com a movimentação da sua conta porque será notificado sempre que acontecer um dos eventos definidos.

Os alertas via SMS ficam suspensos entre as 23h e 6h, configurável, por conta do descanso dos Clientes.

BNIX

Este aplicativo permite proceder pagamentos via de telemóvel sem necessidade de utilização de cartão ou numerário, o telemóvel é o meio de identificação da conta, sem ser necessária a instalação de uma aplicação (utiliza apenas um browser).

Começou por ser lançado com a versão Internet para Clientes e comerciantes, carregamentos e levantamentos na Rede BNI e no final do ano foi lançado o TPA Laranja só com a Aplicação BNIX e com ligação directa à Internet.

O potencial desta solução é amplo, sendo que numa primeira fase, permite carregamentos na rede multicaixa e transacções por SMS, utilizando a rede de TPA's do Banco BNI, mistos (visa, mastercard, multibónus e BNIX). A próxima fase irá permitir o levantamento de dinheiro na rede multicaixa.

MULTIBÓNUS NA REDE MULTICAIXA

Com a solução Multibónus é possível disponibilizar um serviço diferenciado aos comerciantes, com publicidade grátis no portal multibónus, localização das lojas, horários de funcionamento, promoções, etc, podendo-se igualmente definir e incentivar a colocação de descontos maiores em períodos do dia, da semana, do ano em que o movimento é mais fraco para incentivar o consumo.

Esta solução traduz-se num sistema de descontos imediatos para cartões BNI da rede multicaixa, utilizados nos TPA's laranja BNI, que permitirão fidelizar os Clientes, quer os comerciantes com a utilização dos TPA's, quer os Clientes com cartões multicaixa de outras redes, fomentando assim o crescimento do número de Clientes, cartões e TPA's.

PORTAL MULTIBÓNUS

Portal com informação do serviço, pedidos de contacto, lista de comerciantes aderentes, respectivos cartões e descontos em vigor, como meio de comunicação disponível por acesso directo, via portal institucional e a partir do novo internet banking.

É um importante meio de comunicação do serviço, onde é possível disponibilizar um serviço diferenciado aos comerciantes, com publicidade grátis actualizada na hora a pedido do Comerciante, onde poderá anunciar happy hours, actividades especiais ou outras promoções.

PORTAL INSTITUCIONAL BNI

O portal BNI tem uma nova imagem, mais moderna, transmitindo os valores do Banco BNI. Com actualizações constantes, constitui um meio de comunicação eficaz, cómodo e interactivo, sempre de acordo com as necessidades dos seus utilizadores.

AML

Implementação de uma solução de monitorização de Clientes e transacções no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Combate ao Financiamento de Terrorismo, e de uma solução para o cumprimento das Sanções Internacionais.

Foi sendo implementada por fases, sendo que a primeira interligação foi com o Workflow de abertura de conta de forma automática, permitindo que o cliente que pretende estabelecer uma relação comercial com o Banco ou um cliente já existente que pretende ter novo contrato com o Banco seja analisado de forma automática com critérios pré-definidos contra as listas Internacionais da Dow Jones (a seleccionada para o grupo) e se constar na lista é gerado um alerta para a Direcção de Compliance analisar e aprovar ou rejeitar o processo.

WORKFLOW DE ABERTURA DE CONTA PARTICULARES (FASE I)

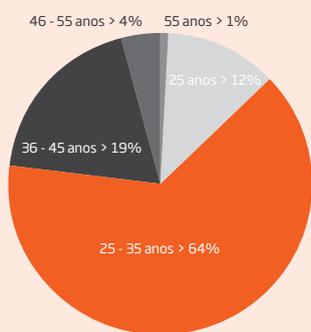
A abertura de conta para novo cliente ou cliente já existente com um Workflow de aprovação, recolha de todos os dados, carregamento de todos os documentos, geração dos respectivos contractos, interligação automática com o AML e actualização directa dos dados de entidade, cliente e conta na Banka.



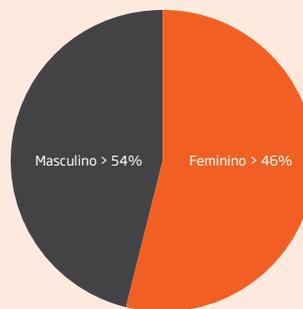


RECURSOS HUMANOS

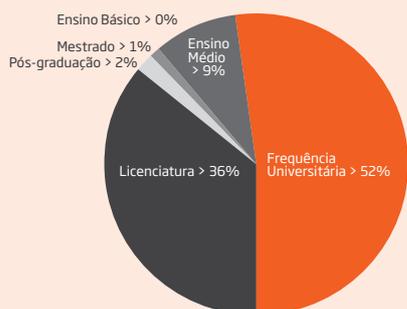
O Banco BNI concluiu o ano de 2016 com 724 Colaboradores efectivos, menos 25 que em igual período de 2015.



EFFECTIVOS POR FAIXA ETÁRIA



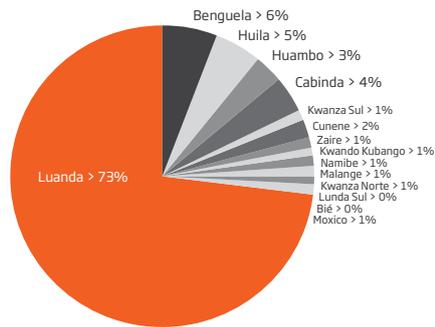
EFFECTIVOS POR GÉNERO



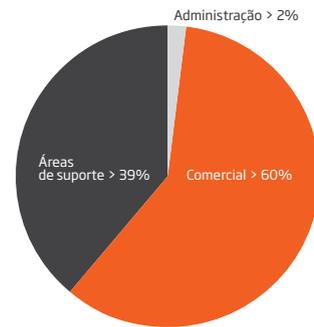
EFFECTIVOS POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS



EFFECTIVOS POR ANTIGUIDADE



EFFECTIVOS POR PROVÍNCIA



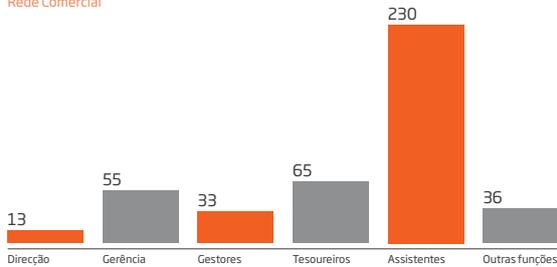
EFFECTIVOS POR ÁREA

Formação e capacitação do pessoal

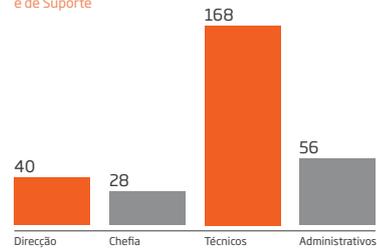
Durante o ano de 2016 foram ministradas por diferentes entidades formadoras 76 acções de formação, 11 dentro do plano de formação e 59 extra plano. As acções beneficiaram 590 Colaboradores cujo investimento totalizou AKZ 37.568 milhares.

O Banco BNI conta em Luanda com um centro de formação localizado na segunda sede, no bairro Talatona e com um auditório, na sede principal, no bairro Maculusso, onde são ministradas as acções de formação dos Colaboradores.

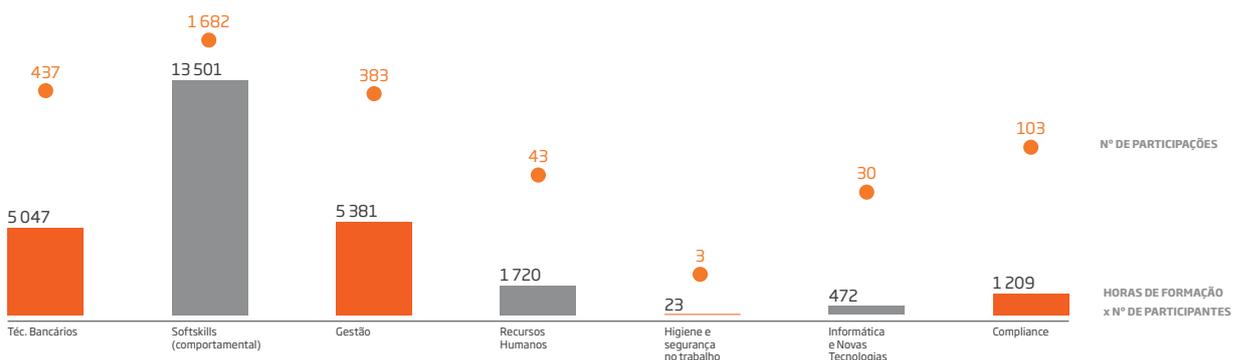
PARTICIPAÇÃO EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO Rede Comercial



PARTICIPAÇÃO EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO Áreas Centrais e de Suporte



VOLUME DE FORMAÇÃO EM HORAS



Projecto Crescer BNI

O “Projecto Crescer BNI” foi criado no sentido de alinhar as ferramentas, práticas e acções que deverão ser adoptadas pelo Banco BNI, assentando na visão estratégica da Marca.

O Projecto Crescer BNI tem como objectivos:

- Elevar o conhecimento da organização;
- Fomentar a consolidação da cultura organizacional;
- Reforçar a visibilidade da Liderança;
- Elevar o nível de competências em comunicação das lideranças;
- Criar consistência na Comunicação Interna para que hajam mudanças.

Os 10 DESAFIOS propostos por este projecto:



Newsletter Crescer BNI

Em 2016, a Newsletter Crescer BNI noticiou sobre as novidades e inovações de carácter institucional, desde lançamento de novos produtos, abertura de novas agências, resultados de concursos e pesquisas internas, dentre outros eventos desportivos.



O Banco BNI é o Melhor

O Banco BNI é o Melhor é um programa de actividades desportivas, visando a dinamização de claques, promoção do bem-estar e de uma postura de vida saudável dos Colaboradores do Banco BNI.

Em 2016 foram realizadas diversas actividades desportivas sempre viradas para a activação do espirito de equipa, confraternização e práticas desportivas.



Marcha de Família

Foram realizados 4 eventos em 2016:



19 de Março e 23 de Abril, no Estádio do Coqueiros em Luanda, com a participação do Bruno Samora.

1 de Outubro, no Estádio Ombaka em Benguela, com a participação da Irina Amaral





10 de Dezembro, no Club Desportivo da Banca em Luanda, com a participação da Irina Amaral.



Torneio de Futsal BNI 10 ANOS

O torneio visava a competição interprovincial. No final do torneio as equipas vencedoras foram:

1º lugar Direcção Regional Sul

2º lugar Luanda

3º lugar Direcção Regional Centro



Melhor Marcador
Erickson Teixeira
(Direcção Regional Sul)

Melhor Guarda-Redes
Fábio Tambwé (Luanda)



Torneio de Vôlei BNI 10 ANOS

Atendendo ao objectivo do projecto foi realizado o torneio de vôlei, no qual sagraram-se vencedores as seguintes duplas:

Classificação final Duplas Masculinas

1º lugar Rui Quintas/Helder Monteiro · **2º lugar** Ivo Pombal/Josemar Oliveira · **3º lugar** Jorge Franco/Evandro Costa

Classificação final Duplas Femininas

1º lugar Denise Guimarães/Maria Vilar · **2º lugar** Evanilde Simão/Daniela Faria

Torneio de Natação BNI 10 ANOS

Na classificação final infantil tivemos no pódio:

1º lugar Rafaela Bunze · **2º lugar** Marisol Fernandes · **3º lugar** Nauria Araújo

Na dos adultos tivemos no pódio:

1º lugar Emanuel Fernandes · **2º lugar** Henda Tito · **3º lugar** Fábio Teixeira · **Destaque** Filomena do Rosario.



BNI A CRESCER - Dia das Crianças

Para celebrar o dia das Crianças, a Comissão Desportiva em parceria com a DRH realizou um evento destinado aos filhos dos Colaboradores BNI.



Colaborador do trimestre

O colaborador do trimestre foi criado no âmbito do projecto Crescer BNI, tendo como objectivo premiar o colaborador do Banco que mais se destacar nos factores Assiduidade, Disciplina, Desempenho e Valores BNI. Os prémios atribuídos servem como incentivo a motivação do colaborador eleito.

Em 2016 foram premiados os seguintes Colaboradores:



Colaborador do 1º trimestre
Justina Bastos
 Assistente Comercial na Província do Kwanza Sul.



Colaborador BNI 10 ANOS
Rui Quintas
 Técnico gráfico alocado ao Gabinete de Marketing e Comunicação



Colaborador BNI 10 ANOS
Costa Victorino
 Técnico de compensação e benefícios alocado à Direcção de Recursos Humanos

Quizz

Com o objectivo de avaliarmos os conhecimentos dos Colaboradores em relação a cultura geral, código de ética, manual do colaborador e língua portuguesa, o concurso Quizz tem vindo a premiar aqueles que respondem acertadamente as questões colocadas.

Em 2016 tivemos os seguintes vencedores:



Concurso Quizz Janeiro 2016
Wilson Sousa
 Provedor do Cliente



Concurso Quizz Abril 2016
Adolfo Vidal
 Assistente Comercial

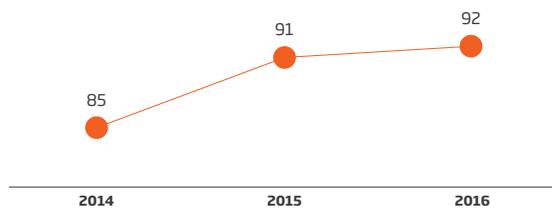


EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Rede de Balcões

O Banco BNI dispõe de um total de 92 balcões ao serviço dos seus Clientes, dos quais 8 centros de negócio, 42 agências e 42 dependências.

REDE DE BALCÕES

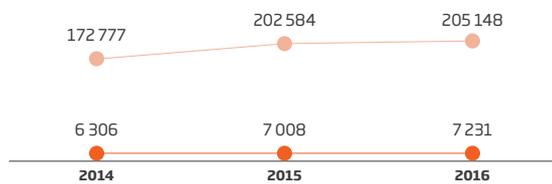


Clientes

Crescimento contínuo da Carteira de Clientes do Banco, atingindo um total de 212.379.

Clientes

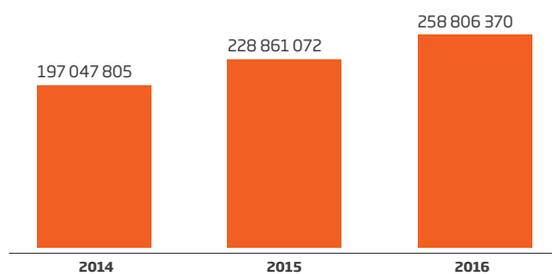
● PARTICULARES
● EMPRESAS



Activo Total (Valores em AKZ'000)

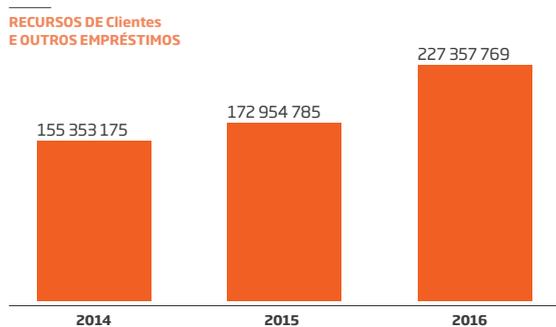
O Banco apresenta um acréscimo de 13% do seu activo, quando comparado com 2015, impulsionado essencialmente pelo incremento da Carteira de Títulos (detidos até à maturidade) de 140%.

ACTIVO TOTAL



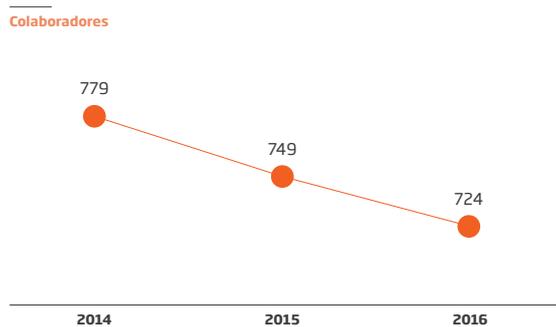
Depósitos de Clientes e Outros Empréstimos (Valores em AKZ'000)

O aumento contínuo na captação de recursos (+31%) evidencia a confiança do mercado no Banco.



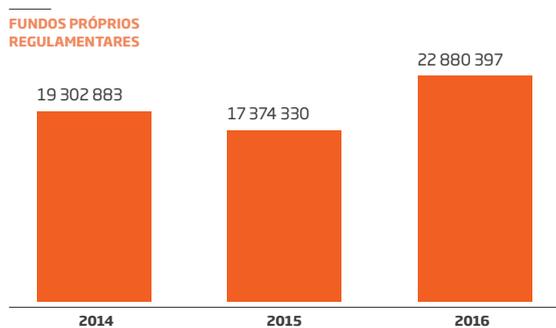
Colaboradores

Redução do número de efectivos de acordo com um melhor enquadramento dos efectivos na estrutura do Banco.



Fundos Próprios Regulamentares (Valores em AKZ'000)

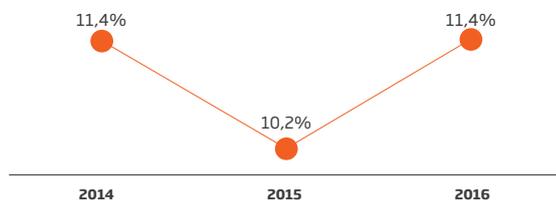
Os FPR cresceram 32% face a 2015.



Rácio de Solvabilidade

Solidez financeira do Banco, apresentando um rácio de solvabilidade de 11%, superior ao mínimo exigido (10%).

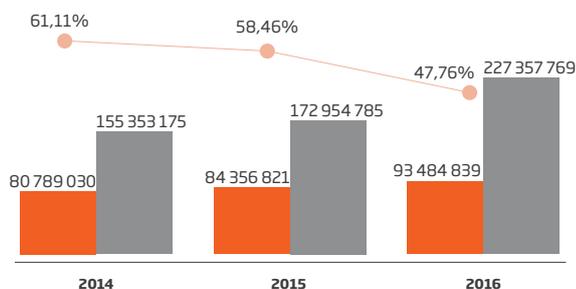
RÁCIO DE SOLVABILIDADE



Actividade dos Clientes (Valores em AKZ'000)

Redução do Rácio de Transformação, consequência do aumento da captação e recursos.

ACTIVIDADE COM OS Clientes

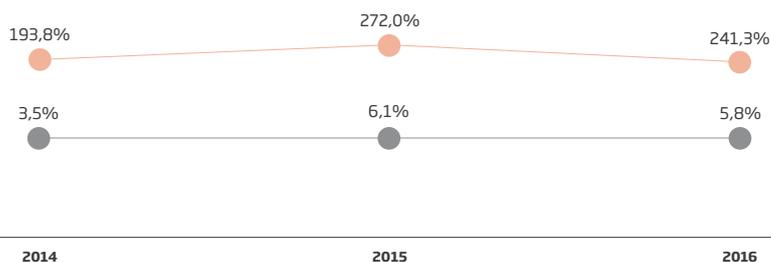


■ CRÉDITO ■ DEPÓSITOS DOS Clientes ● RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO

Qualidade do Crédito

Redução do crédito vencido e aumento da cobertura de crédito vencido por imparidades, traduzindo uma melhoria qualitativa da Carteira de Crédito.

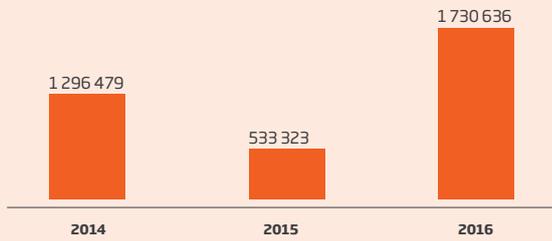
QUALIDADE DO CRÉDITO



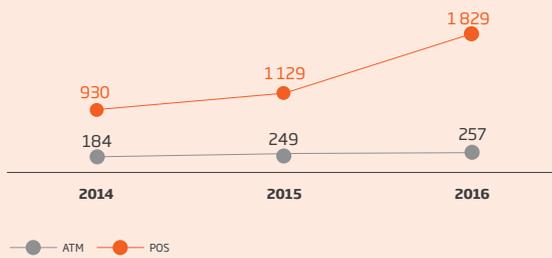
● CRÉDITO VENCIDO/CRÉDITO TOTAL ● COBERTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR PROVISÕES

Resultado Líquido do Exercício (Valores em AKZ'000)

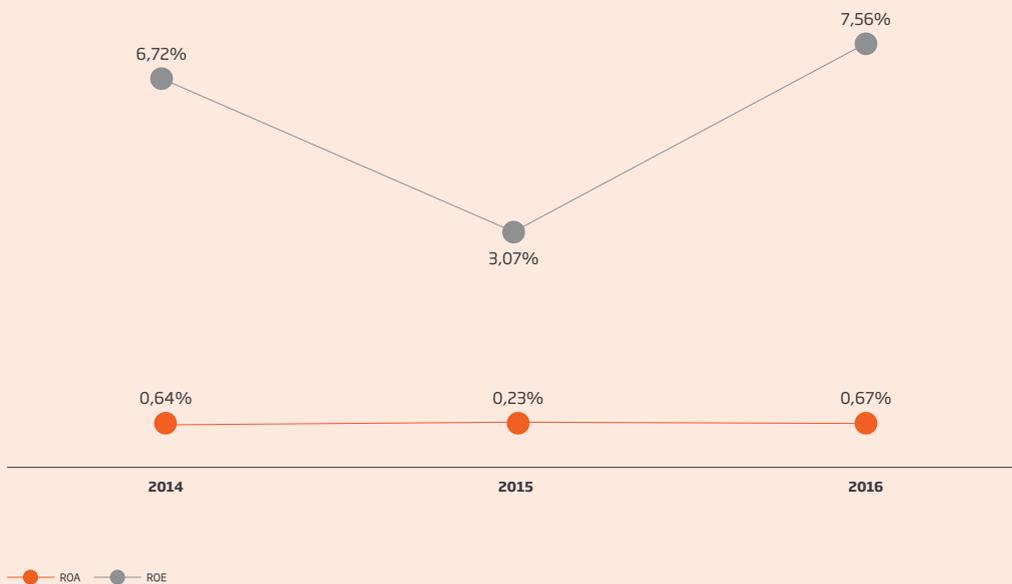
Aumento do resultado líquido face a 2015 (+225%).

RESULTADO LÍQUIDO**ATM's e TPA's**

Crescimento do número de ATM's e TPA's, disponibilizando um maior número de canais alternativos de relacionamento com o Banco.

ATM E TPA**ROE e ROA**

Melhoria da rentabilidade dos activos e do resultado.

ROE E ROA

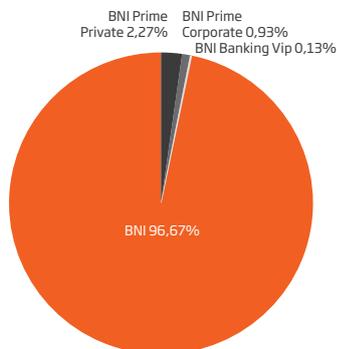
UNIDADES DE NEGÓCIO

BNI Prime Corporate: dedica-se ao segmento de empresas de renda elevada. No final de 2016 esta unidade alcançou um total de 1.985 Clientes (0,93% do total do Banco), AKZ 74.130.804 milhares em depósitos de Clientes (32,83% do total do Banco) e AKZ 74.376.755 milhares em créditos concedidos (74,97% do total do Banco);

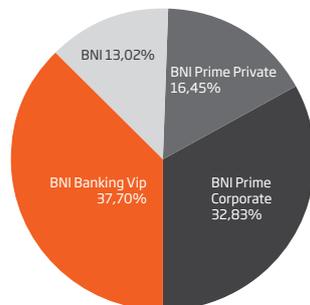
BNI Banking Vip: dedica-se a um núcleo específico de empresas de renda elevada. No final de 2016 esta unidade alcançou um total de 274 Clientes (0,13% do total do Banco), AKZ 85.125.663 milhares em depósitos de Clientes (37,70% do total do Banco) e AKZ 8.622.229 milhares em créditos concedidos (8,69% do total do Banco);

BNI Prime Private: unidade dedicada ao segmento de particulares e renda elevada. No final de 2016 esta unidade alcançou um total de 4.812 Clientes (2,27% do total do Banco), AKZ 37.143.707 milhares em depósitos de Clientes (16,45% do total do Banco) e AKZ 4.669.902 milhares em créditos concedidos (4,71% do total do Banco);

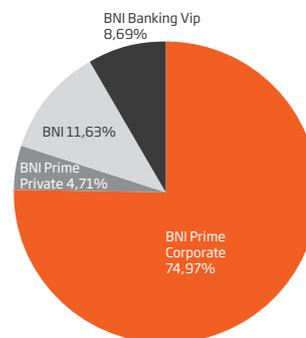
BNI Retail: área dedicada ao segmento de retalho, com 205.308 Clientes (96,67% do total do Banco), AKZ 29.409.493 milhares em depósitos de Clientes (13,02% do total do Banco) e AKZ 11.537.545 milhares em créditos concedidos (11,63% do total do Banco).



CLIENTES



RECURSOS DE CLIENTES



CRÉDITOS CONCEDIDOS

No final do exercício, o Banco atingiu um total de 212.379 Clientes, mais de 2.787 face ao ano de 2015, o que regista um crescimento de 1,33%. A rede de Balcões no território nacional totalizou 92 Balcões, mais 1 do que em 2015 (resultado líquido entre os balcões abertos e encerrados).

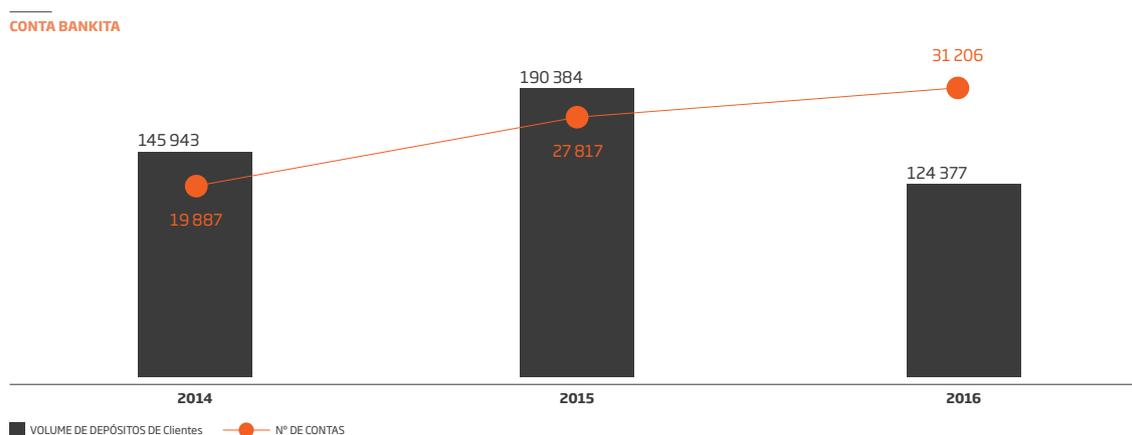
Os Depósitos de Clientes registaram, em 2016, um acréscimo de 31,46% atingindo os AKZ 227.357.769 milhares. Em 2016 o Banco BNI detinha no mercado uma quota de 3,32% para os depósitos de Clientes e 3,36% para o crédito. A Carteira de Crédito registou um aumento de 10,82%, atingindo os AKZ 93.484.839 milhares.

Conta Bankita (Valores em AKZ'000)

O Banco concluiu o ano de 2016 com um total de 31.206 contas Bankita abertas, mais de 3.389 contas que em 2015, o que perfaz um crescimento de 12,18%.

Os depósitos dos Clientes Bankita registam em 2016 um decréscimo de 35%, de cerca de AKZ 66.006 milhares, atingindo um total de AKZ 124.377 milhares no final do ano.

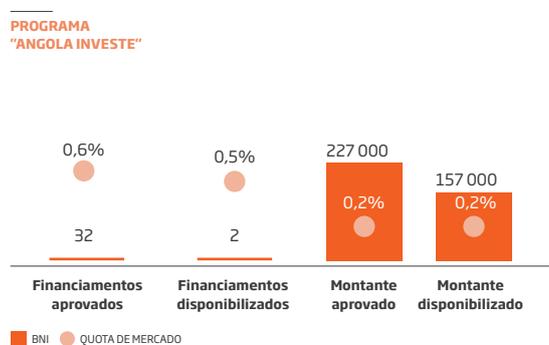
Os depósitos à ordem e a prazo representam 97,92% e 2,08%, respectivamente, do total de depósitos Clientes Bankita.



Programa "Angola Investe" (Valores em AKZ'000)

O Programa "Angola Investe" tem como objectivo principal impulsionar e diversificar a economia nacional, através do financiamento de projectos de investimento a micro, pequenas e médias empresas e empreendedores.

A 31 de Dezembro de 2016 o Banco BNI aprovou 3 financiamentos, tendo disponibilizado 2, no montante de AKZ 157.000 milhares.



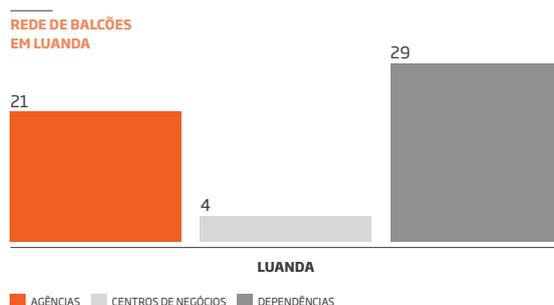
CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

O Banco BNI mantém a aposta forte no desenvolvimento de soluções a fim de proporcionar uma maior satisfação ao cliente, através da criação de produtos e canais atractivos para todos os segmentos.

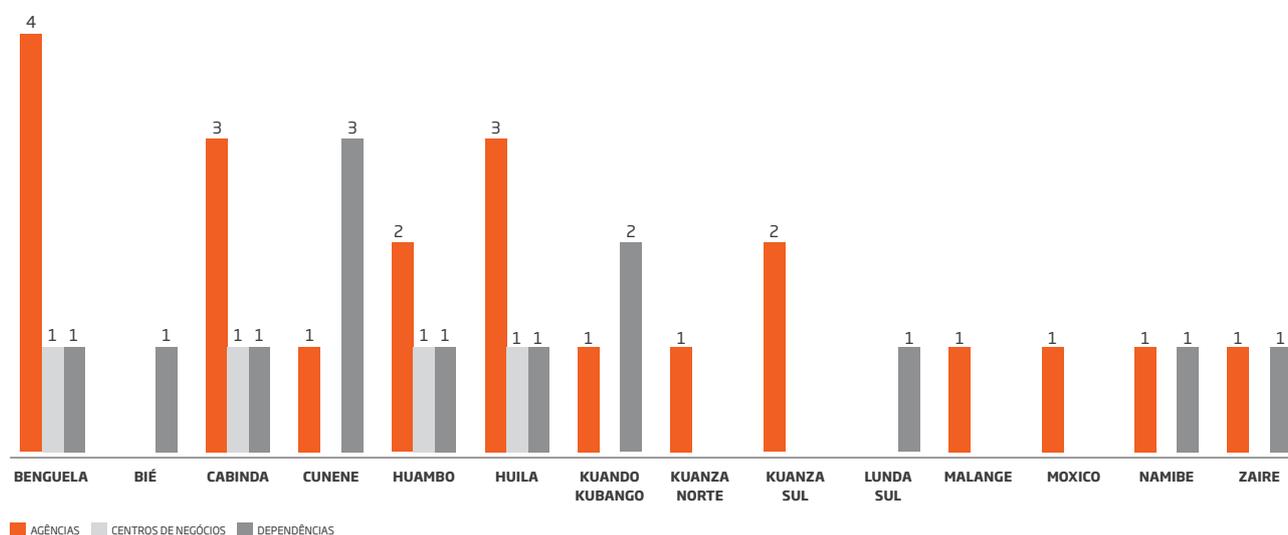
A rede de canais de distribuição do Banco BNI é composta por:

Rede de Balcões

No final de 2016, o Banco registou um total de 92 Balcões, mais 1 face a 2015, dos quais 8 Centros de Negócios, 42 agências e 42 postos de atendimento, distribuídos por 15 Províncias do País. Em Luanda, o Banco opera com 4 Centros de Negócios, 21 Agências e 29 Dependências.

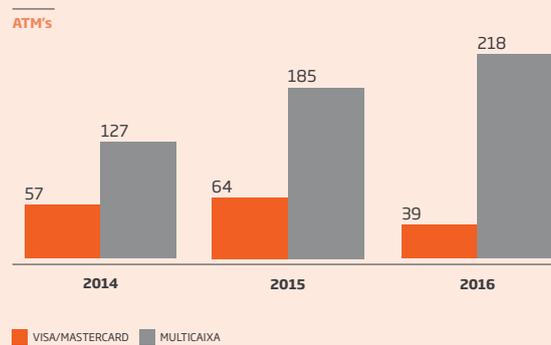


REDE DE BALCÕES NAS RESTANTES PROVÍNCIAS



Caixas Automáticas (ATM'S)

No final de 2016, o Banco dispunha de 257 ATM's, dentre os quais 39 correspondem a rede Visa/Mastercard e 218 a rede Multicaixa, mais 8 ATM's que no período homólogo, numa cobertura total de 14 províncias do território nacional.

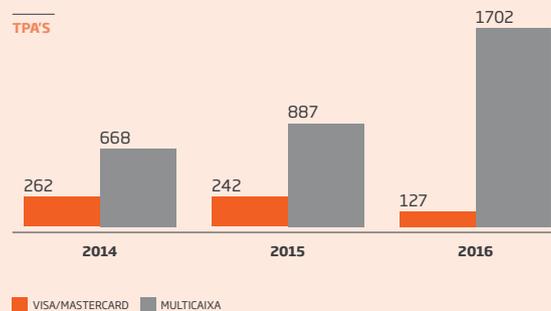


Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA'S)

A rede de TPA's do Banco BNI contempla 1.829 terminais, dos quais 127 correspondem a rede Visa/Mastercard e 1.702 a rede Multicaixa.

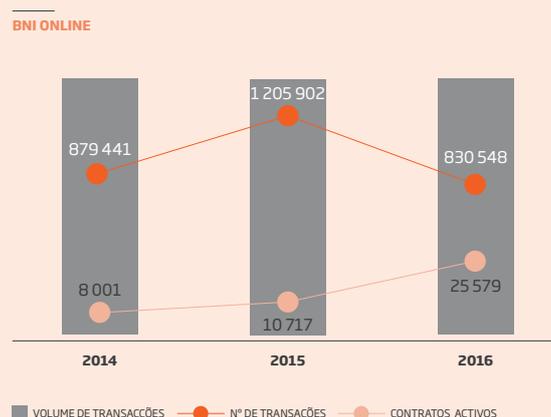
Em termos de compras, a rede Visa/Mastercard registou em 2016 um total de 12.027 de compras válidas, cujo montante transaccionado totalizou em AKZ 1.249.820 milhares, alcançando uma média mensal de AKZ 96.140 milhares.

A rede Multicaixa registou um volume transaccionado de AKZ 41.969.048 milhares, totalizando 1.679.998 compras válidas, alcançando uma média mensal de AKZ 3.497.421 milhares.



Internet Banking (BNI Online)

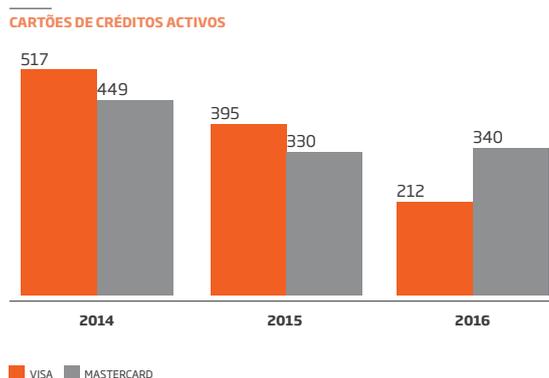
No final de 2016, o volume transaccionado pelos Clientes utilizadores do BNI *online* totalizou AKZ 6.659.071 milhares, mais 96% do que em 2015, totalizando 830.548 transacções.



Cartões de crédito (Visa e Mastercard)

No ano 2016, a rede de cartões de crédito activos do Banco BNI contemplava 552 cartões, dos quais 212 cartões representam a rede VISA e 340 cartões pertencem a rede Mastercard.

No que toca a rede Visa, foram emitidos 152 cartões para a unidade Prime e 60 cartões para a unidade Retalho. Para a rede Mastercard, foram emitidos 218 cartões para a unidade Prime e 122 cartões para a unidade Retalho.

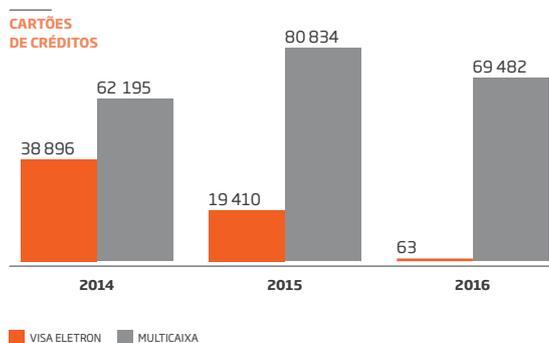


Cartões de Débito (Multicaixa e Visa)

Em 2016, os cartões de débito da rede Multicaixa e Visa do Banco BNI completaram 69.545 cartões contra 100.244 cartões em 2015, representando um decréscimo de 30.699 (-31%) cartões.

Do total de cartões de débito Visa Electron, 20 pertencem à unidade Prime e 43 pertencem à unidade Retalho.

Do total de cartões de débito Multicaixa, 1.705 pertencem a unidade Prime e 67.777 pertencem a unidade Retalho.

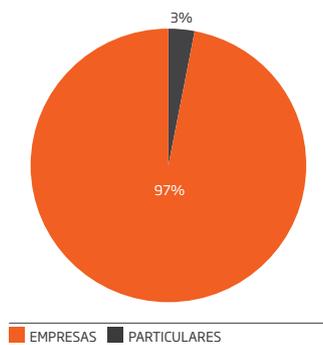


CARACTERIZAÇÃO CLIENTES BNI

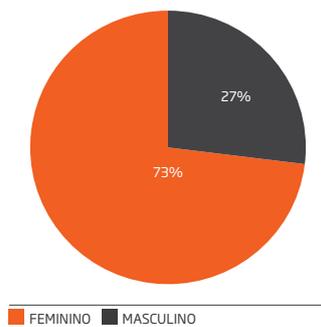
No final do exercício de 2016, o Banco atingiu um total de 212.379 Clientes (mais de 2.787 face a 2015), registando um crescimento de 1,33% em relação ao período homólogo. Os Clientes particulares representam 97% do total da Carteira de Clientes do Banco, ou seja 205.148 Clientes, pelo que as empresas, 3%, perfazendo um total de 7.231 empresas.

A nível estatístico, seguem algumas conclusões verificadas ao nível da Carteira de Clientes:

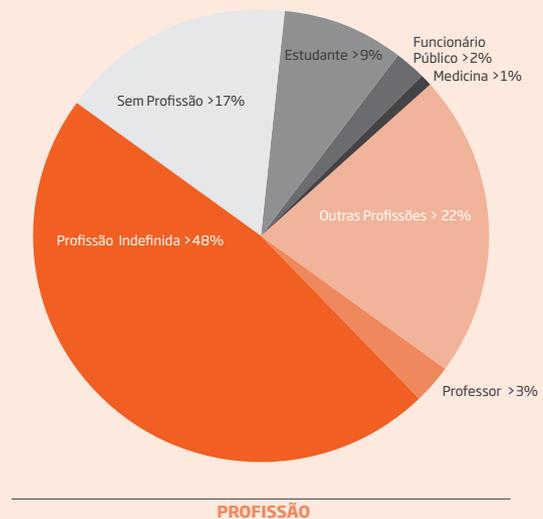
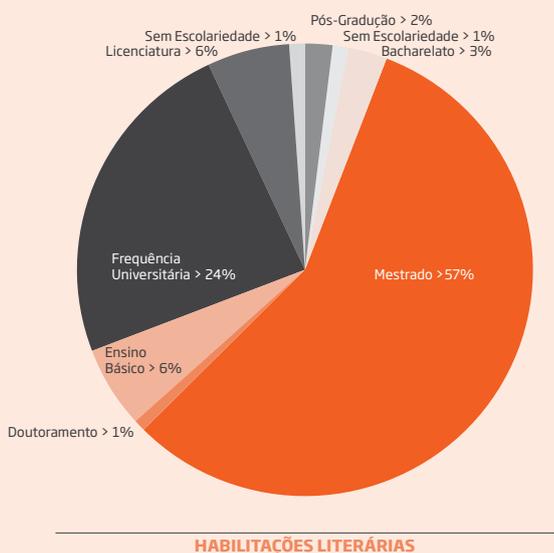
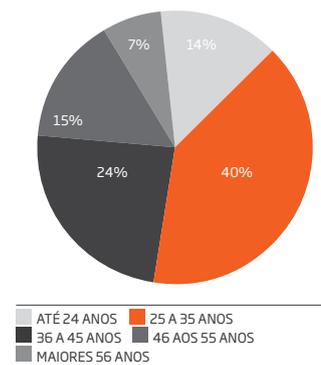
TOTAL DE Clientes

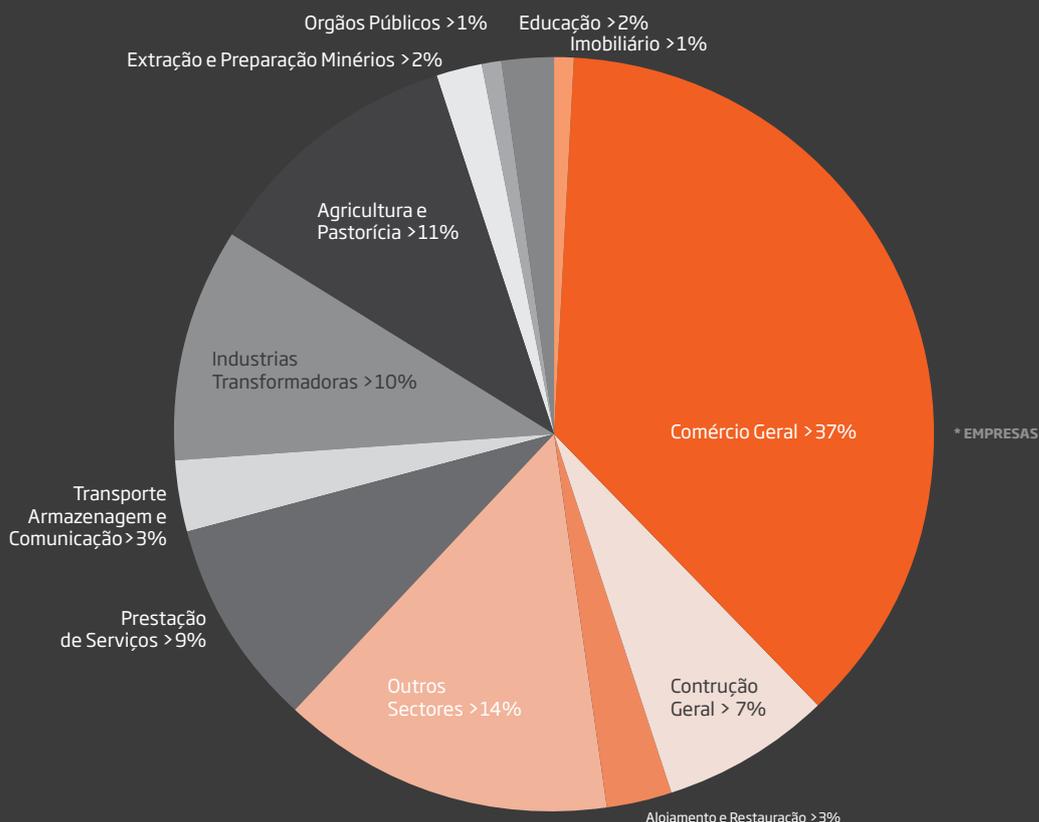


GÉNERO

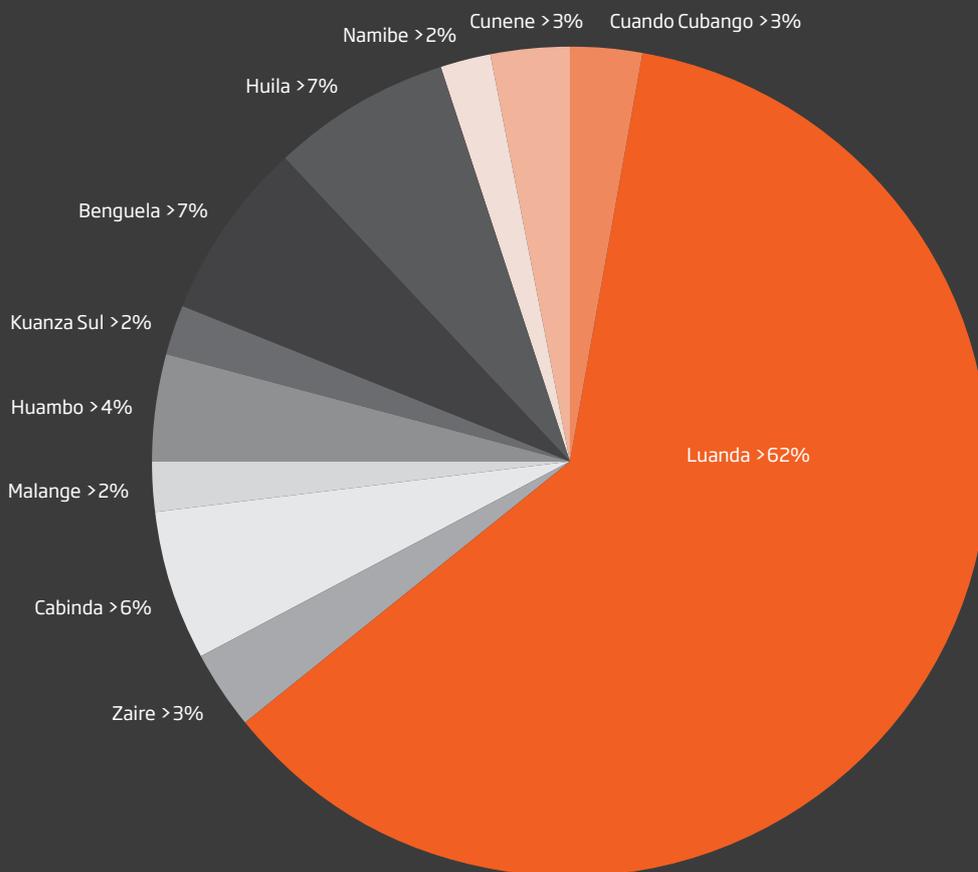


IDADE





SECTOR DE ACTIVIDADE (*)



DISTRIBUIÇÃO DE Clientes POR PROVÍNCIAS

Provedoria do Cliente

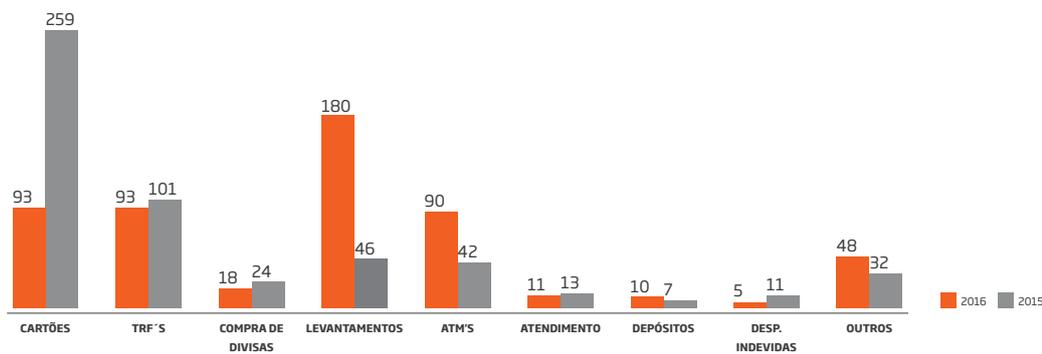
O Gabinete da Provedoria registou 548 solicitações de Clientes, mais 13 (+2%) que no ano de 2015 (535), dentre as quais, reclamações, pedidos de informação e sugestões.

A taxa de resolução das solicitações correspondeu a 78% em 2016 contra 89% em 2015.

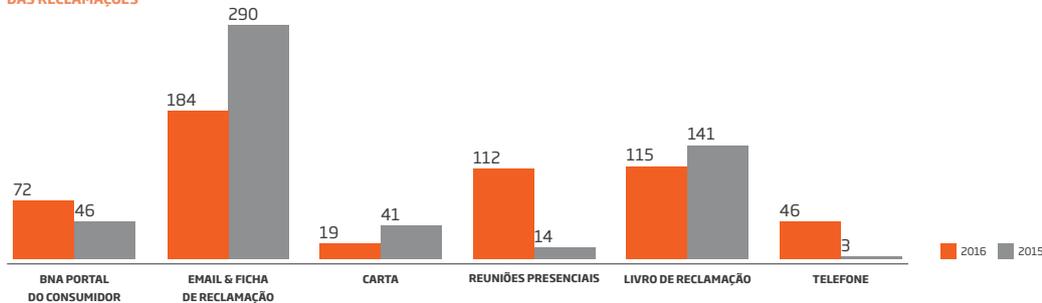
No que diz respeito as reclamações, destacam-se os levantamentos de moeda estrangeira (fundos próprios) que representaram 44%, operações com cartões com 21% e transferências em ME (transferências com recurso a operações cambiais em euros e dólares, transferências em dólares de fundos próprios e interbancárias em Dólares) com 20%, face ao total.

Os meios mais utilizados para o registo de ocorrências foram: e-mail e ficha de reclamação com 34%, livro de reclamações com 21%, reuniões presenciais com 20% e portal do consumidor do Banco Nacional de Angola com 13%, face ao total.

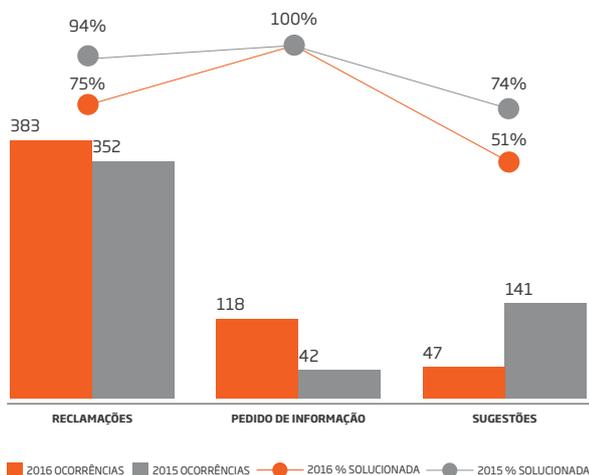
OCORRÊNCIAS POR TIPOLOGIA



CANAL DE ENTRADA DAS RECLAMAÇÕES



TOTAL DE OCORRÊNCIAS VS. % SOLUCIONADA



GESTÃO DO RISCO

Sistema de gestão do risco

Com intuito de salvaguardar o interesse dos seus *Stakeholders*, o Banco BNI tem vindo a implementar um sistema de gestão de risco, baseado no cumprimento dos requisitos regulamentares, bem como tendo como referência as melhores práticas internacionais, a luz dos Avisos nº 1 e 2 de 2013 do Banco Nacional de Angola.

Neste contexto está criada uma estrutura orgânica com a designação de Direcção de Risco, responsável pela implementação da função de risco.

A Direcção de Risco é um órgão situado no 1º nível da estrutura do Banco BNI e depende hierarquicamente e funcionalmente do Conselho de Administração, sediada em Luanda e o seu âmbito de actuação abrange todos os locais onde o Banco BNI se encontra representado, de acordo com as atribuições que lhe são designadas.

Estrutura orgânica

A Direcção de Risco está estruturada de acordo com o organigrama abaixo apresentado:



O Departamento de Risco de Crédito, órgão que depende hierárquica e funcionalmente da Direcção de Risco, identifica, avalia, monitoriza e quantifica os riscos de crédito inerentes às fases do processo de crédito do Banco, nomeadamente a concessão, acompanhamento, recuperação e contencioso.

O Departamento de Risco Operacional, órgão que depende hierárquica e funcionalmente da Direcção de Risco, identifica, avalia, monitoriza e quantifica os riscos operacionais do Banco.

O Departamento de Risco Financeiro, órgão que depende hierárquica e funcionalmente da Direcção de Risco, identifica, avalia, monitoriza e quantifica os riscos financeiros mais relevantes, nomeadamente o risco de liquidez, risco de taxa de juro e risco cambial.

Missão

A Direcção de Risco é responsável pelo desenvolvimento de práticas que permitem a identificação, quantificação, controlo, monitorização e reporte dos diferentes tipos de risco relevantes inerentes à actividade do Banco BNI, nomeadamente o risco de crédito, riscos financeiros e risco operacional, com o objectivo de proteger o capital e a manutenção da solvabilidade do Banco.

Objectivo da função de risco

A função de risco tem como os principais objectivos a identificação, quantificação, controlo dos riscos assumidos pelo banco, nomeadamente risco de crédito, de mercado, risco de liquidez, risco operacional, estratégico e reputacional, contribuindo continuamente para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à gestão de operações e desenvolvimento de técnicas internas de controlo, monitorização de risco, bem como o alinhamento com os eixos estratégicos definidos de forma que os mesmos se mantêm em níveis consistentes com o perfil e grau de tolerância ao risco (Apetite ao Risco) definido pelo Conselho de Administração.

Enquadramento

O sistema de gestão de risco do Banco baseia-se no modelo das três linhas de defesa e obedece ao princípio de segregação de funções. No cumprimento dos artigos 10º e 11º do Aviso nº 2 de 19 de Abril 2013 e do Aviso nº 7 de 22 Junho de 2016, o Banco projectou um sistema de gestão de risco com objectivo de identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela instituição. Neste contexto o Banco desenvolveu um conjunto de políticas, processo, procedimentos, manuais que visam fazer face aos objectivos da função de gestão de risco.

Modelo de Gestão de risco

A gestão de risco no Banco BNI obedece o modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas funções específicas de gestão as duas primeiras linhas de defesa, nomeadamente as unidades operacionais ou unidade de negócio e a direcção de risco, que reportam aos respectivos comités (comités operacionais e comité independente) e ao Conselho de Administração.

1ª LINHA DE DEFESA DIRECÇÕES DE NEGÓCIO

Gerem o risco numa óptica operacional das suas actividades tendo em consideração os princípios, regras e limites definidos, bem como assegurar o seu reporte regular.

2ª LINHA DE DEFESA DIRECÇÃO DE RISCO

É uma unidade independente que identifica, quantifica, analisa, monitoriza, controla e reporta todos os riscos relevantes e é responsável por acompanhar a política de gestão de todos os riscos inerentes à actividade do Banco e aconselhar sobre a estratégia de risco.

3ª LINHA DE DEFESA AUDITORIA INTERNA

É responsável por assegurar a independência e objectividade na avaliação do cumprimento dos procedimentos, da regulamentação e normativos internos e externos aplicáveis.

Comité de Risco

Com o objectivo de supervisionar a actividade da Direcção de Risco, o Banco criou uma unidade orgânica colegial que presta igualmente parecer sobre os limites de risco, analisa os factores de risco, aproximação dos mesmos aos limites e as margens de tolerância, monitoriza e implementa planos de acção para o cumprimento dos limites definidos e reporta ao Conselho de Administração.

Risco de Crédito e Contraparte

Risco de Crédito é o risco proveniente do incumprimento dos compromissos financeiros contratualmente estabelecidos, por parte de um mutuário ou de uma contraparte nas operações de crédito. Inclui os riscos de incumprimento e de concentração, sendo que:

- Risco de incumprimento é a incapacidade por parte de uma contraparte para o cumprimento das suas obrigações perante o Banco;
- Risco de concentração é a existência de exposições individuais que representam um peso significativo sobre a Carteira de Crédito e sobre os fundos próprios da instituição.

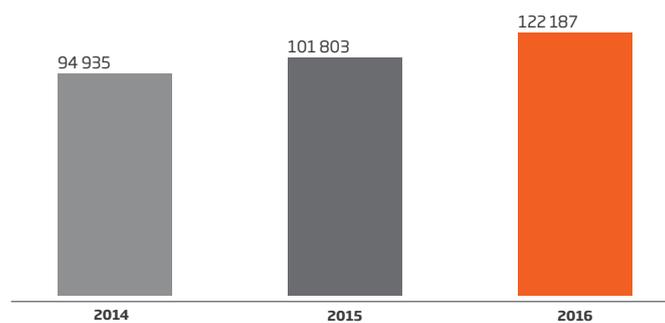
A gestão do risco de crédito é exercida utilizando informações internas extraídas mensalmente da Carteira de Crédito (KIWI), que visa identificar, quantificar, avaliar e reportar os riscos inerentes as operações dos Clientes da carteira, permitindo o cálculo de indicadores de crédito.

O departamento de risco de crédito elabora relatórios para o Conselho de Administração em base mensal e para o comité de risco, divulgando os indicadores de risco de crédito definidos no apetite de risco.

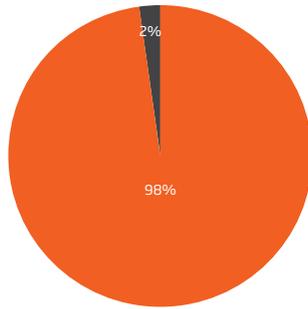
Relativamente ao ano anterior, a exposição global de crédito registou um acréscimo de 20,2%. Esta variação foi inteiramente impulsionada pelo aumento da Carteira de Crédito do segmento de Empresas.

A concessão de crédito ao tecido empresarial aumentou em 5,67%, em relação ao ano transacto representando 93% da estrutura da Carteira de Crédito do banco, contra 7% de financiamento concedido a particulares, pese embora em termos de quantidade, os Clientes particulares representem 98% da carteira.

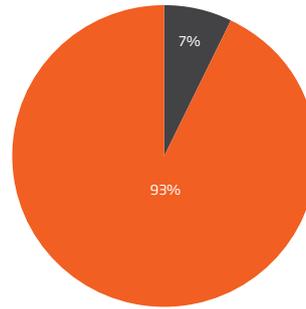
EVOLUÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO
(MILHÕES DE KWANZAS)



● PARTICULARES
● EMPRESAS



**ESTRUTURA DA Carteira de Crédito
POR TIPO DE Clientes**



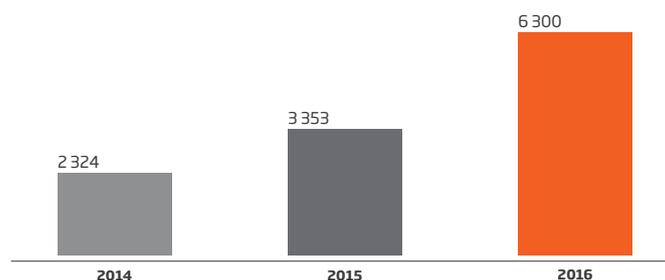
**ESTRUTURA DA CARTEIRA
DE CRÉDITO POR EXPOSIÇÃO**

Relativamente à estrutura da exposição de crédito por classe de risco, definidas no Aviso n.º 11/2014 do BNA, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, são as classes de menor risco as que maior peso detém no total de crédito concedido. Cerca de 97% do total de crédito concedido apresenta uma classificação de risco entre as classes A e C, nas classes de risco abaixo do risco “Moderado” apresenta crédito com atraso inferior à 90 dias.

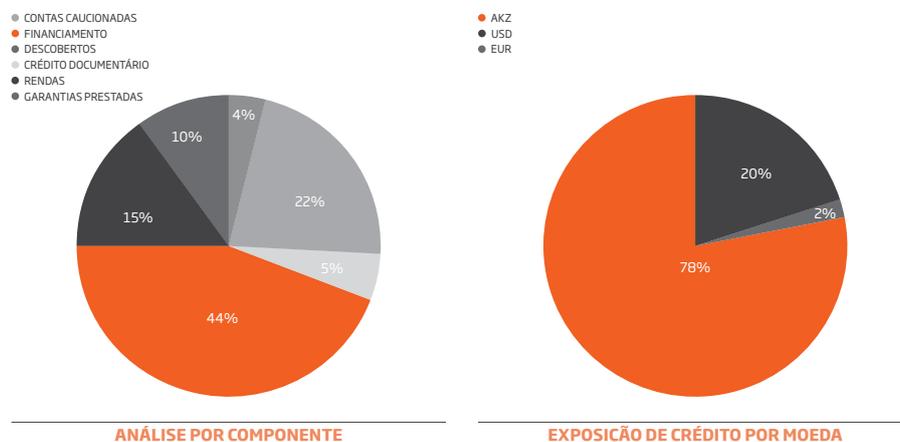
Nível de Risco	Análise da Exposição por Nível de Risco	
	2015 % Face EAD	2016 % Face EAD
A	0,88%	3,67%
B	74,47%	93,41%
C	8,14%	0,01%
D	0,08%	0,24%
E	8,64%	0,48%
F	0,29%	0,01%
G	7,51%	2,17%
Total	100,00%	100,00%

A exposição de crédito do Banco tem vindo a registar nos últimos anos um aumento do crédito vencido fomentado pelo estado actual económico que o país vive e com o cumprimento dos novos requisitos específicos para operações de crédito, registando um aumento em 75,81% face ao ano de 2015, representando 5,16% face a exposição total de crédito de 2016, fixado abaixo do limite de 6,78% do apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração.

**EVOLUÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO
VENCIDO (MILHÕES DE KWANZAS)**



A exposição do Banco dos Negócios Internacional (BNI) é composta por seis componentes, em que a mais representativa é o financiamento, com 44% do total de exposição.



O regulador (BNA) proíbe a concessão de novos créditos em moeda estrangeira, para fins específicos. A exposição de crédito do Banco BNI está constituída por 3 (três) tipos de moedas em que o Kwanza representa 78 % da exposição de crédito. Nos últimos anos tem-se registado uma diminuição da exposição de crédito em Dólares Norte-americano em 2%.

O departamento de risco de crédito do Banco BNI tem vindo a fazer uma revisão e análise dos sectores de actividade da carteira, mitigando a exposição aos riscos inerentes aos diferentes sectores de actividade.

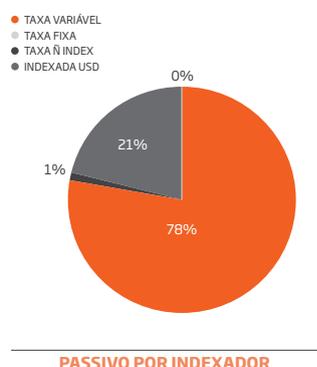
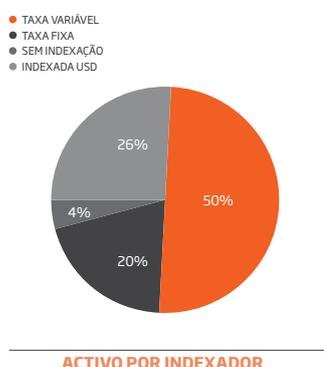
Departamento de Riscos Financeiros

Riscos Financeiros são riscos provenientes de movimentos adversos nos preços de obrigações, ações ou mercadorias. Inclui o risco de taxa de câmbio e de taxa de juro.

A gestão dos riscos financeiros é exercida utilizando informações internas extraídas dos balancetes mensais e diários. Toda informação é agrupada e reportada ao Conselho de Administração e ao comité de risco.

O departamento de riscos financeiros elabora relatórios para o Conselho de Administração em base mensal e para comité de risco, divulgando os indicadores de risco de mercado definidos no apetite de risco.

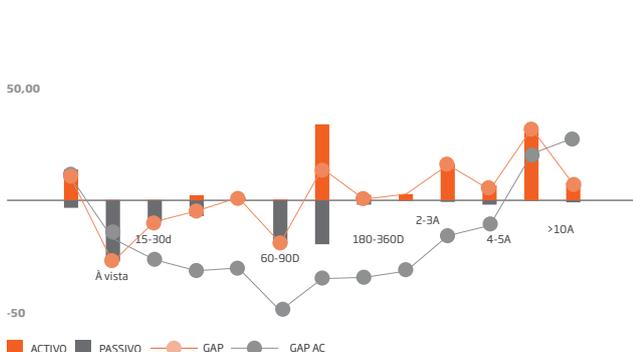
Risco de taxa de juro é proveniente de movimentos nas taxas de juro resultando de desfazamentos no montante, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro observados nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar. Neste âmbito dos trabalhos desenvolvidos a nível do risco de taxa de juro, as métricas de análise da exposição e impacto da exposição de balanço a variações de taxa de juro, têm por base uma distribuição das posições de balanço e extrapatrimoniais por bandas (Time buckets) temporais, de acordo com a sua maturidade residual, tendo em conta os indexadores presentes no balanço e que são fornecidos pelo Contif (Activos e Passivos a taxa fixa, indexados ao dólar e sem indexante) ou de acordo com o tempo remanescente para a próxima data de fixação (Activos e Passivos a taxa variável).



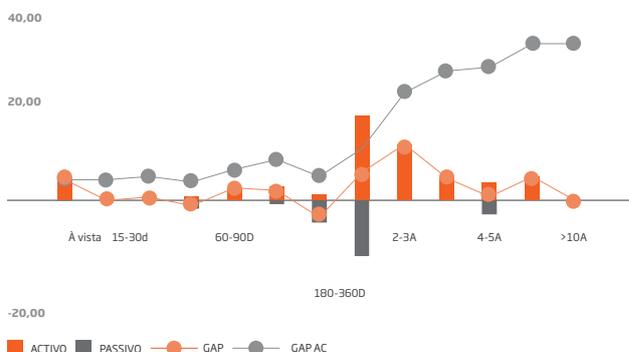
A estrutura do balanço do Banco BNI está composto por instrumentos financeiros a taxas de juros variável, taxas fixas indexadas ao Dólar Norte-americano e operações sem indexação.

As operações activas indexadas a taxas de juros variáveis representam 50% face ao activo a taxa de juro e as operações passivas são formadas por taxas de juros variáveis representando 78% face ao passivo a taxa de juros.

TAXAS DE JURO VARIÁVEL

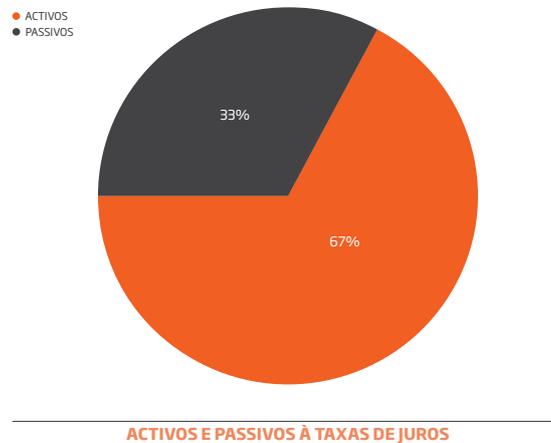


TAXAS DE JURO INDEXADAS AO USD



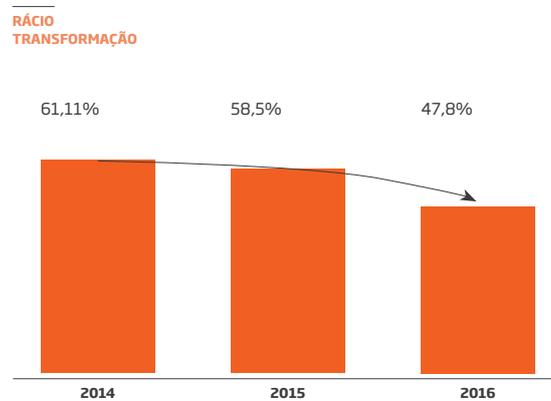
Os gaps de taxas de juros variáveis apresentam-se nas suas bandas de maturidades *mismatched* negativos no curto prazo e positivos no médio e longo prazo pelas estrutura própria do balanço tendo em consideração as operações passivas estarem em revolving. A nível da estrutura do balanço do Banco as posições indexadas a moeda estrangeira (Dólar) apresenta gaps *mismatched* positivos nas várias bandas de maturidades (*bucket's*) pelos prazos de refixação.

Os activos remunerados a taxas de juros a nível do balanço são os mais representativos em relação aos passivos remunerados a taxas de juros com um peso de 67% face ao total dos instrumentos financeiros presentes na estrutura do balanço.

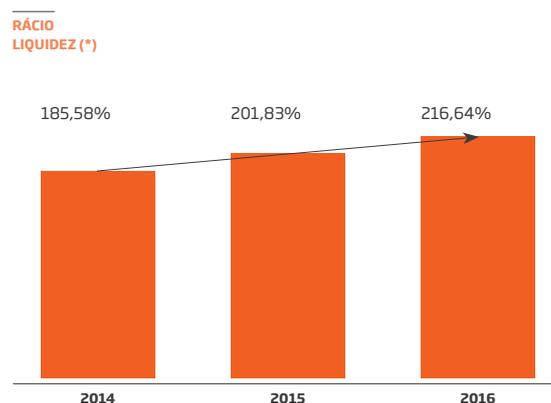


Os 20 maiores depositantes representam 37% da carteira de depósitos do Banco, cumprindo a tolerância e o limite do apetite ao risco definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

Estrategicamente e ao nível do apetite ao risco, o ano de 2016 foi marcado pela diminuição do rácio de transformação, garantindo o cumprimento dos limites do apetite ao risco.



A nível da liquidez do Banco verificou-se um aumento significativo registando uma variação positiva de 7,34% face ao ano de 2015 garantindo cobertura total aos recursos ou responsabilidades do Banco caso se tornem exigíveis.



(*) Activos de curto prazo/Passivos de curto prazo (no passivo, a rubrica depósitos a ordem apenas consideramos 30% no momento da definição do apetite ao risco).

A gestão dos activos e passivos da estrutura do balanço do Banco nos diversos intervalos de maturidades (bucket 's) até a maturidade do balanço é feita por intermédio da ferramenta ALM (Asset Liability Management), onde são apurados os gaps de liquidez nas diversas bandas de maturidades, antecipando através do perfil de maturidade das operações, pelos seus prazos residuais das operações activas e passivas do Banco.

ANÁLISE DE GAPS



A estrutura do balanço apresenta um equilíbrio no curto prazo, consequência da capacidade dos activos de curto prazo nas suas diversas bandas de maturidade, cobrirem as responsabilidades exigíveis no curto prazo. No entanto, referenciar que no médio longo prazo há um desequilíbrio positivo, motivado pela elevada quantidade de activos a vencer nos referidos períodos face as responsabilidades passivas a vencer no mesmo período.

Gestão do risco operacional

A função de gestão de risco operacional é um mecanismo importante para um Banco, uma vez que permite conhecer, prevenir e dar tratamento aos riscos operacionais que o mesmo está exposto, de forma a mitigar os impactos sobre a sua margem, bem como o efeito na sua solvabilidade.

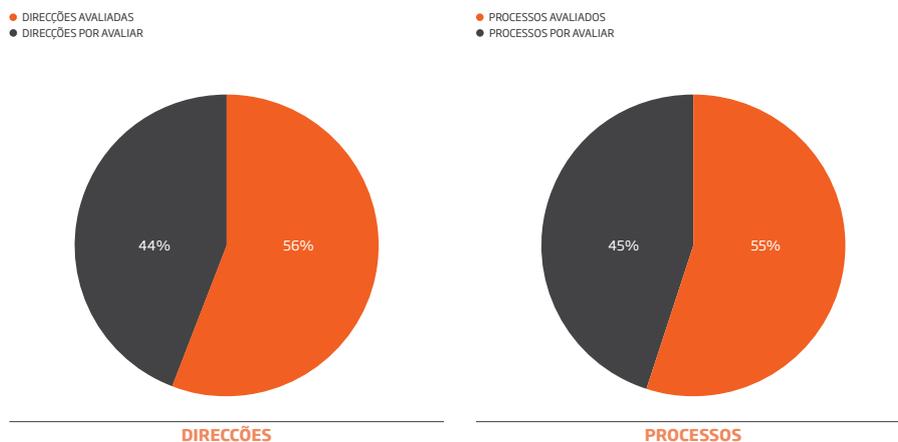
O risco operacional é o proveniente da inadequação dos processos internos, pessoas ou sistemas, possibilidade de ocorrência de fraudes, internas e externas, bem como dos eventos externos. Inclui o risco de sistemas de informação e de *compliance*.

O departamento de risco operacional para o tratamento do processo de identificação e avaliação dos riscos operacionais tem como metodologia de identificação de risco operacional, os exercícios de auto-avaliação (*self assessment*) que inclui duas tipologias de avaliação - *Top-Down* e *Botton-up* que se complementam e que permitem a obtenção de uma visão global dos principais riscos que podem afectar o desempenho da organização.

Estes exercícios passam pela realização de reuniões de trabalho sobre os processos de análises qualitativas e quantitativas de eventos (efectivos, near miss ou potenciais) ou de outra informação que exista disponível sobre os processos por parte dos *owners*.

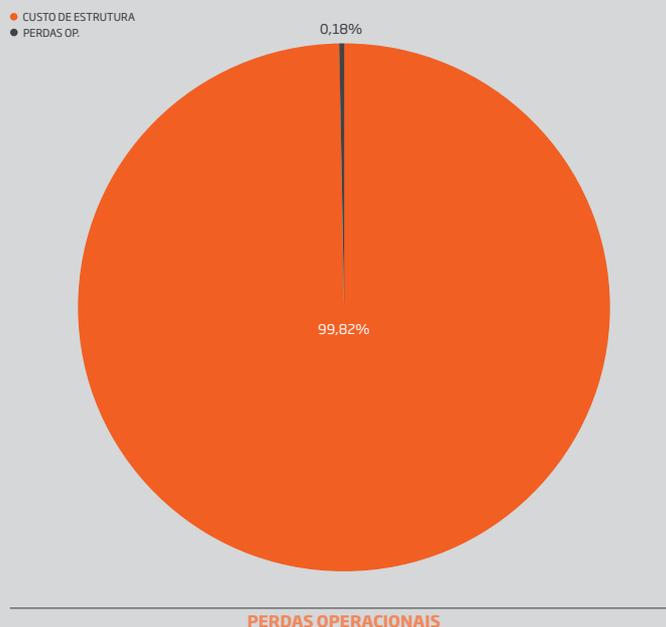
O Banco comporta 18 direcções e 304 processos presentes no catálogo de processos.

Das avaliações efectuadas resultou no seguinte:



O processo de identificação e avaliação dos riscos dos processos das direcções que compõem o Banco continua em curso e que até ao momento conta já com 17 workshops e os processos agrupados por níveis de riscos em função da avaliação feita.

Os processos avaliados apresentam 48% de risco inerente alto, isto é, sem aplicação dos controlos. Após aplicação dos controlos o risco residual é alto em 14%, pelo que teremos de rever os controlos e a sua aplicabilidade.



O processo de monitoramento das perdas operacionais do Banco é feito com base no apetite ao risco definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As perdas operacionais fixaram-se abaixo do apetite definido cumprindo com o limite e margem de tolerância do mesmo em função dos processos registados na base de dado de perdas pertencentes as direcções avaliadas, atendendo que o processo de identificação continua a decorrer.

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

Regulamentação relevante
para do sector financeiro
aprovada em 2016

ABRIL

Aviso n.º 01/2016 de 14 de Abril

O presente aviso tem por objecto estabelecer os termos e condições a que deve obedecer a entrada e saída de moeda nacional e estrangeira, na posse de pessoas singulares residentes e não-residentes cambiais.

Instrutivo n.º 02/2016 de 11 de Abril

As instituições financeiras bancárias estabelecidas no país devem manter reservas obrigatórias nos termos do presente instrutivo. É revogado o instrutivo n.º 19/2015 de 02 de Dezembro e toda a regulamentação que contrarie o disposto no presente instrutivo.

JUNHO

Aviso n.º 02/2016 de 15 de Junho

Revisão do Aviso n.º 05/2007, de 26 de Setembro, visando regular a metodologia de cálculo, estabelecer o valor mínimo do rácio de solvabilidade regulamentar (RSR) e definir o âmbito e as características dos elementos integrantes dos fundos próprios regulamentares (FPR).

Aviso n.º 03/2016 de 16 de Junho

O presente Aviso estabelece o requisito de fundos próprios regulamentares que as instituições financeiras devem considerar no âmbito do risco de crédito e risco de crédito de contraparte, de acordo com o disposto na alínea a) do número 4 do artigo 4.º do Aviso n.º 02/2016, sobre FPR.

Aviso n.º 04/2016 de 22 de Junho

O presente Aviso estabelece o requisito de fundos próprios regulamentares que as instituições financeiras devem considerar no âmbito do risco de mercado e de crédito de contraparte na carteira de negociação, de acordo com o disposto na alínea b) do número 4 do artigo 4.º do Aviso n.º 02/2016, sobre fundos próprios regulamentares.

Aviso n.º 06/2016 de 22 de Junho

O presente Aviso estabelece os princípios gerais a serem observados, a partir do exercício de 2016, inclusive, pelas instituições financeiras bancárias, no âmbito da continuação do Aviso n.º 06/2016, página 2 de 5, adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Aviso n.º 07/2016 de 22 de Junho

O presente Aviso estabelece os requisitos e princípios pelos quais se devem reger os sistemas internos de governação do risco das instituições financeiras.

Aviso n.º 08/2016 de 22 de Junho

O presente Aviso estabelece os requisitos de análise a observar pelas instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, no âmbito do risco de taxa de juro na carteira bancária.

Aviso n.º 09/2016 de 22 de Junho

O presente Aviso estabelece limites aos grandes riscos nos termos do artigo 6.º, e à detenção de participações em empresas não financeiras nos termos do artigo 7.º, ambos do presente Aviso.

AGOSTO

Instrutivo 05/2016 de 08 de Agosto

O presente Instrutivo estabelece os procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar para o apuramento de perdas por imparidade para a Carteira de Crédito concedido a Clientes, nos termos previstos pela Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39).

Instrutivo 06/2016 de 08 de Agosto

O presente Instrutivo estabelece os procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar na elaboração das divulgações sobre instrumentos financeiros, nos termos previstos pela Norma Internacional de Relato Financeiro 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (IFRS 7).

Instrutivo 07/2016 de 08 de Agosto

O presente Instrutivo estabelece os procedimentos a serem observadas pelas instituições financeiras bancárias na aplicação do método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos associados aos instrumentos financeiros, nos termos previstos pela Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39).

Instrutivo 11/2016 de 08 de Agosto

O presente Instrutivo estabelece os procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar no tratamento contabilístico e prudencial das perdas na Carteira de Crédito concedido aos Clientes.

Instrutivo 12/2016 de 08 de Agosto

O instrutivo visa regulamentar as especificidades técnicas sobre o cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte.

Instrutivo 13/2016 de 08 de Agosto

Prestação de informação sobre requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte.

Instrutivo 14/2016 de 08 de Agosto

Estabelece o cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação.

Instrutivo 15/2016 de 08 de Agosto

Estabelece a prestação de informação sobre requisito de fundos próprios para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação.

Instrutivo 16/2016 de 08 de Agosto

Estabelece o cálculo e requisito de fundos próprios regulamentares para risco operacional.

Instrutivo 17/2016 de 08 de Agosto

Visa estabelecer a prestação de informação sobre requisito de fundos próprios regulamentares para risco operacional.

Instrutivo 18/2016 de 08 de Agosto

Visa estabelecer a prestação de informação sobre a composição dos fundos próprios e rácio de solvabilidade.

Instrutivo 19/2016 de 08 de Agosto

O presente Instrutivo estabelece os requisitos de análise quantitativa a efectuar pelas instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, no âmbito da gestão do risco de liquidez.

SETEMBRO

Aviso n.º 11/2016 de 05 de Setembro

O presente Aviso tem como objecto definir os procedimentos e requisitos de informação acerca da abertura e encerramento de agências e dependências a serem reportados ao Banco Nacional de Angola.

Aviso n.º 12/2016 de 05 de Setembro

O presente Aviso estabelece as regras e procedimentos a serem observados na comercialização de produtos e serviços financeiros.

Directiva n.º 05/ DRO/DSI/ 2016

Define o plano de acção no âmbito dos fundos próprios regulamentares, previsto no Aviso n.º 02/2016, de 15 de Junho.

Instrutivo n.º 20/2016 de 06 de Setembro

O presente Instrutivo estabelece os procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar na adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nos termos previstos pela Norma Internacional de Relato Financeiro 1- Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Instrutivo n.º 21/2016 de 06 de Setembro

O presente Instrutivo regula os termos e condições em que as casas de câmbio podem realizar a compra e venda de moeda estrangeira.

NOVEMBRO

Instrutivo 25/2016 de 16 de Novembro

O presente instrutivo visa adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de crédito.

Instrutivo 26/2016 de 16 de Novembro

O presente instrutivo diz que, as instituições financeiras devem adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de liquidez.

Instrutivo 27/2016 de 16 de Novembro

O presente instrutivo diz que, as instituições financeiras devem adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de mercado.

Instrutivo 28/2016 de 16 de Novembro

O presente instrutivo diz que, as Instituições financeiras devem adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco operacional.

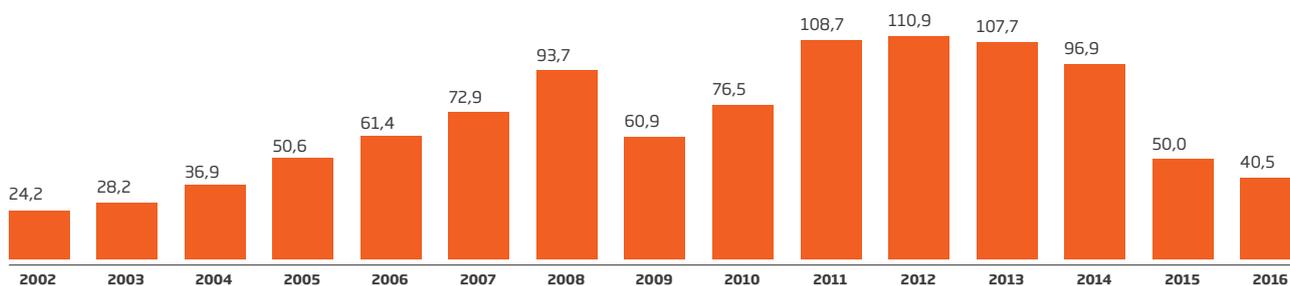
ENVOLVENTE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Introdução

A situação económica em Angola em 2016 degradou-se relativamente à verificada em 2015 em diversos itens, de onde se destacam a contínua quebra do ritmo de crescimento do PIB, a significativa diminuição das receitas da economia e do Estado, a elevada taxa de inflação, a subida das taxas de juro e a oscilação do preço do petróleo no mercado internacional.

A dependência do petróleo continua a ser um facto na economia angolana, por enquanto, sem fontes alternativas relativamente sustentáveis de geração de divisas, fundamentais para a estabilidade dos preços internos e para o regular funcionamento da actividade económica, ainda muito dependente da importação de todo o tipo de insumos.

PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO (USD)



Fontes: Bloomberg e Fundo Monetário Internacional.

O começo da queda no preço desta *commoditie* remonta a 2012, e desde então a perda acumulada foi de 65%. Como se verá mais adiante, os efeitos financeiros em Angola foram significativos, de tal modo que o Governo teve de rever o Orçamento de Estado de 2016, para ajustar receitas e despesas a esta conjuntura internacional desfavorável.

A Economia mundial

As perspectivas económicas para 2016 foram influenciadas pelas preocupações quanto à capacidade de retoma do crescimento na China, que depois de um longo período de variação média anual do seu PIB em redor de 9,5%, passou para uma cadência mais suave de 6,5%. A alteração de algumas traves-mestras do seu modelo de desenvolvimento foi a razão para essas preocupações, dado que não se tinha a certeza de que o mercado interno chinês pudesse apresentar condições equiparadas ao mercado internacional para garantir ritmos de variação do PIB capazes de puxar pela economia mundial. Hoje, a não ser que emirjam factos neste momento difíceis de prever, a China parece ter estabilizado a sua velocidade de crescimento e mantido a respectiva capacidade de influência sobre o comércio internacional.

Outra preocupação para 2016 relacionou-se com o comportamento do preço das principais commodities, que durante os últimos 4 anos foi sujeito a uma pressão em baixa, com reflexos significativos sobre a capacidade de crescimento de muitas economias africanas, cujas exportações e geração de receitas externas dependiam, num elevado grau, destes produtos de base. Para 2017, as instituições internacionais apontam para uma subida e estabilidade do seu valor.

As taxas de juro nos Estados Unidos mantiveram-se em níveis estimuladores do aumento do investimento e da diminuição do desemprego, o que pode vir a ser alterado durante 2017.

No entanto, dois acontecimentos relevantíssimos marcaram 2016: o BREXIT e as eleições presidenciais americanas. Dois factos novos e de enorme relevância para 2017 e cujos efeitos económicos mundiais estão, por enquanto, longe de puderem ser avaliados com a precisão que as previsões económicas exigem.

Na África subsariana surgiram novos focos de tensão política que podem pôr em causa as expectativas de crescimento (Gâmbia, Sudão do Sul, Moçambique, África do Sul que irá escolher um novo líder do ANC em Dezembro de 2017, Burundi onde o desacordo quanto ao terceiro mandato do seu actual presidente Nkurunziza permanece, Zimbabué, República Democrática do Congo, etc.). Ainda que se preveja uma retoma dos preços das matérias-primas no mercado mundial, a instabilidade política pode atrasar, mais uma vez, a recuperação dos excelentes índices de crescimento registados entre 2003 e 2008. Também para a África subsariana a nova política económica de Trump poderá revelar-se perversa, não apenas de uma forma indirecta através da China – que acabará por crescer menos devido às barreiras alfandegárias sobre as suas exportações para a primeira economia mundial – mas igualmente por algumas das opções anunciadas.

As previsões sobre o crescimento económico mundial apresentadas pelas principais instituições financeiras internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook, October 2016), não levam em conta os mais do que prováveis efeitos perversos da política económica de Donald Trump, até porque não é fácil, por enquanto, discernir claramente a sua verdadeira natureza.

Previsões de Crescimento Económico (%)

	2015	2016	2017
Mundo	3,2	3,1	3,4
Economias avançadas	2,1	1,6	1,8
Estados Unidos	2,6	1,6	2,2
Euro Área	2	1,7	1,5
Alemanha	1,5	1,7	1,4
França	1,3	1,3	1,3
Itália	0,8	0,8	0,9
Espanha	3,2	3,1	2,2
Japão	0,5	0,5	0,6
Reino Unido	2,2	1,8	1,1
Canadá	1,1	1,2	1,9

FONTE: IMF, World Economic Outlook, October 2016.

As economias avançadas irão crescer em 2017, no seu conjunto, 1,8%, com destaque evidente para os EUA (presume-se que ainda sem a incorporação do efeito-Trump), que vai responder por cerca de 40% desse crescimento, mantendo o estatuto de primeira economia do mundo.

Provavelmente as previsões em baixa do crescimento britânico já têm ponderado os efeitos do BREXIT, esperando-se uma substancial redução em 2017 da respectiva taxa: de 1,8% em 2016, para 1,1% em 2017.

	PREVISÕES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO (%)		
	2015	2016	2017
Mundo	3,2	3,1	3,4
Rússia	-3,7	0,8	1,1
China	6,9	6,6	6,2
Índia	7,6	7,6	7,6
Brasil	-3,8	-3,3	0,5
Nigéria	2,7	-1,7	0,6
África do Sul	1,3	0,1	0,8
África subsariana	3,4	1,4	2,9

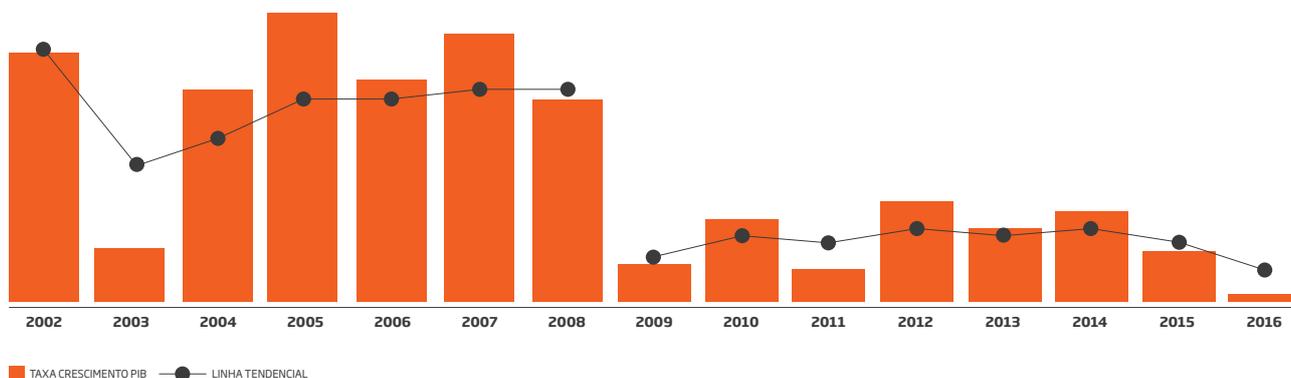
FONTES: IMF, World Economic Outlook, October 2016.

Índia e a China podem vir a ser os países mais afectados com o retorno dos investimentos americanos realizados durante muito tempo nestes países, pelo que as taxas de crescimento previstas não consideram, por enquanto, a incidência deste fenómeno. O primeiro destes dois países pode mesmo vir a ser o mais prejudicado.

No geral, para as chamadas economias emergentes, 2017 apresenta-se, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional, como de retoma face a 2016. No entanto, tudo vai depender dos efeitos da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

Economia Angolana

Depois de 2008, tem-se assistido, em termos tendenciais, a uma desaceleração estrutural das dinâmicas de crescimento no país, em termos globais (PIB) e sectoriais (PIB petrolífero e PIB não petrolífero).



A taxa média anual de variação real do PIB entre 2002 e 2008 foi de 10,1%, enquanto para o período 2009/2016 o registo baixou significativamente, para 2,3%. O sector não petrolífero - que integra sectores relevantes para o processo de diversificação da economia nacional - acompanhou esta perda de ritmo de crescimento e em 2016 o respectivo PIB não variou mais do que 1,2%.

Evolução do Produto Interno Bruto

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB (MM usd)	64.915,90	82.500,00	104.100,00	115.300,00	124.900,00	126.800,40	103.321,20	96.200,30
PIBp (MM usd)	31.576,70	43.923,70	25.349,70	35.977,30	50.320,50	52.211,70	49.873,70	43.787,40
PIBnp (MM usd)	33.339,20	38.576,30	78.750,30	79.322,70	74.579,50	74.588,70	53.447,50	52.412,90
Tx cres PIB (%)	2	4,6	1,9	5,2	6,8	4,7	2,8	0,1
Tx cres PIBp (%)	-5	-0,5	-8,1	5,3	-0,9	-2,6	6,3	0,8
Tx cres PIBnp (%)	8,1	10	9,5	5,6	10,9	8,2	1,3	1,2
PIBp/PIB (%)	39,1	43,5	45,4	46,2	38,5	35,6	29,9	23,9
PIB per capita (usd)	2.875,90	3.558,80	4.372,50	4.715,60	4.973,90	4.916,80	3.901,10	3.536,70

FONTE: INE (Contas Nacionais), Relatórios de Fundamentação do OGE e Relatórios do FMI.

O peso relativo do sector petrolífero no nível geral de actividade económica do país tem vindo a diminuir sucessivamente (46,2% em 2012 e 23,2% em 2016), sem que esse facto seja sinónimo de diversificação da economia e muito menos das exportações, cujo índice de concentração ronda 96%.

Em consequência da queda do PIB nominal e da redução da cadência de crescimento da economia, conforme referido anteriormente, o PIB por habitante atingiu pouco mais de USD 3.500 em 2016.

Quadro Fiscal de Angola

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas fiscais totais (USD MM)	50,2	44,7	27,9	20,4	22,2
Receitas fiscais petrolíferas (USD MM)	37,6	30,2	15,7	9	10,3
Dependência fiscal (%)	74,9	67,6	56,3	22,5	46,4
Défice fiscal (% PIB)	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7

Fonte: Relatório de Fundamentação OGE 2017.

A tendência de diminuição das receitas fiscais do Estado iniciou-se em 2013, tendo assumido contornos catastróficos em 2016, provavelmente o pior ano do desempenho económico e financeiro do país (a crise presente é claramente pior que a ocorrida no período 2009/2010, bastando para isso comparar os principais indicadores e rácios económicos e sociais). A dependência do petróleo continua a verificar-se, embora com baixa intensidade.

Entre 2013 e 2016, o défice fiscal acumulado atingiu o valor de - 14,3% do PIB, tendo dado origem a uma dívida pública total de USD 61,2 mil milhões em 2016 e um rácio médio de serviço de juros de 1,7% do PIB, entre 2013 e 2016.

Para 2017, o OGE projecta um valor de 2,5% do PIB. Segundo informações oficiais, divulgadas durante a apresentação do quadro de endividamento do país para 2017, no Ministério das Finanças em 24 de Janeiro de 2017, as necessidades financeiras extra do Estado para o corrente ano estão estimadas em cerca de USD 24,6 mil milhões.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida Pública (milhões USD)	32.393,10	32.104,70	34.795,50	36.024,20	30.557,60	41.583,30	48.272,90	61.198,70

Fonte: Relatórios de Fundamentação OGE.

O rácio da dívida pública tem vindo a aumentar, como se pode constatar pela tabela seguinte.

Rácio da Dívida Pública (% Do Pib)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida pública total	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	71,6
Dívida da Sonangol	9,1	9,5	7,8	10,9	12,5	14,2	18,9

Fonte: IMF Executive Board Concludes 2016 Article IV Consultation with Angola, 24 de Janeiro de 2017

Verifica-se que em média 26,7% do rácio da dívida pública são imputados à Sonangol.

A inflação tem vindo a subir de forma acentuada depois de 2014, tendo-se interrompido um ciclo assinalável de desinflação da economia, que se julgava sustentável. Bastou o choque petrolífero iniciado em meados de 2014 para que o controlo da subida dos preços se tornasse bem mais complicado. A taxa de inflação acumulada no final de 2016 foi de 42%, de acordo com as estatísticas do INE. Porém, o Fundo Monetário Internacional (IMF Executive Board Concludes 2016 Article IV Consultation with Angola, 24 de Janeiro de 2017) estima a taxa de inflação, final de período, em 45%, a mais elevada de há dez anos atrás. Para 2017, esta instituição de Bretton Woods prevê uma variação de 29,2% no índice geral de preços no consumidor.

Taxas de Inflação

	Variação Percentual								
	Mensal			Acumulada			Homóloga		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Janeiro	0,76	0,72	3,43	0,76	0,72	3,43	7,84	7,44	17,34
Fevereiro	0,49	0,76	3,28	1,25	1,49	6,81	7,48	7,73	20,26
Março	0,51	0,63	3,43	1,76	2,13	10,47	7,32	7,87	23,6
Abril	0,51	0,85	3,14	2,28	3	13,94	7,22	8,23	26,41
Mai	0,62	0,21	3,46	2,91	4,24	17,89	6,95	8,86	29,23
Junho	0,57	0,25	3,27	3,5	5,55	21,74	6,89	9,61	31,8
Julho	0,61	0,35	4,04	4,13	6,97	26,66	6,98	10,41	35,3
Agosto	0,6	15	3,3	4,75	8,2	30,85	7,05	11,01	38,18
Setembro	0,63	1,22	2,14	5,42	9,52	33,64	7,19	11,06	39,44
Outubro	0,68	1,35	1,79	6,13	11	36,03	7,48	12,4	40,04
Novembro	0,53	1,33	2,13	6,69	12,47	38,93	7,49	13,29	41,15
Dezembro	0,73	1,61	2,17	7,48	14,34	41,95	7,48	14,34	41,95

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

São várias as razões para a ocorrência, novamente, de um período de degradação substancial das condições gerais de vida da população pela via da subida do nível geral dos preços, aparecendo com destaque a quebra da disponibilidade de divisas para a importação - de bens acabados e de insumos para a produção interna -, a limitada capacidade de substituição das importações, a reduzida eficiência da política monetária do Banco Central, os efeitos da subida dos preços dos combustíveis e a fraqueza do Kwanza.

Com a queda do preço do petróleo, o mercado cambial assistiu a importantes e sucessivos desequilíbrios no decurso de 2016, com elevada depreciação cambial. A taxa de câmbio constitui um dos mais importantes canais de transmissão dos efeitos dos choques do preço do petróleo para o sector real da economia, afectando o crescimento do PIB, quer por via da retracção da componente importada do consumo interno, quer por via da criação de efeitos restritivos do crédito ao sector público e, por esta via, a despesa pública e o PIB.

As importações representam, em média, pouco menos de 2/3 da oferta total de bens e serviços da economia. As restrições às divisas sentidas pelos agentes económicos, quer por efeito-preço ou efeito-quantidade, agravadas por uma procura de divisas improdutivo, impactaram significativamente no andamento depreciativo da taxa de câmbio ao longo do ano.

Reservas Internacionais (Mil Milhões de USD)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Reservas internacionais brutas	19,7	27,5	32,2	32,2	27,8	24,4	22,4
Meses de importação (n°)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	11	8,1
Reservas internacionais líquidas	18,8	26,3	30,8	31,2	27,3	4,3	20,4

Fonte: IMF Executive Board Concludes 2016 Article IV Consultation with Angola, 24 de Janeiro de 2017.

Entre 2013 e 2016, as reservas internacionais líquidas reduziram-se em cerca de 10,8 mil milhões de dólares e para 2017 o FMI prevê um montante de apenas USD 17,4 mil milhões, antevendo-se, portanto, um ano muito difícil para as importações de bens e serviços necessários ao funcionamento do sistema económico, num contexto de inexistência de fontes alternativas de geração de divisas para além do petróleo. Para 2017 prevê-se um preço médio do barril de USD 46.

Petróleo

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produção (milhões barris/dia)	1 758	1 660	1 730	1 716	1 672	1 780	1 789
Exportação óleo e gás (MMUSD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2
Preço barril (USD)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50	40,5

Fonte: IMF Executive Board Concludes 2016 Article IV Consultation with Angola, 24 de Janeiro de 2017.

Entre o melhor ano das exportações de petróleo e gás (2012) e o pior da série (2016), o país perdeu USD 43,5 mil milhões, prevendo-se que em 2017 as receitas externas possam atingir USD 30,2 mil milhões. Daí que o ajustamento entre procura e oferta de divisas tenha de ter uma forte componente de desvalorização da moeda nacional.

Balança de Pagamentos (% PIB)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Balança comercial	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	21,1	14
Exportação de bens	61,3	64,6	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6
(Da qual petróleo e gás)	59,8	63	61,4	53,6	45,5	31	27,3
Importação de bens	20,2	19,4	20,6	21,1	22,5	20,1	14,6
Termos de troca (% de variação)	19,6	24,1	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2
Balança Corrente	9,1	12,6	12	6,7	-3	-10	-4,3

Fonte: IMF Executive Board Concludes 2016 Article IV Consultation with Angola, 24 de Janeiro de 2017.

Devido à baixa do preço do petróleo, à desvalorização cambial e ao aumento do preço das importações de bens (incremento das tarifas aduaneiras), os termos de troca têm-se degradado desde 2012. O saldo da Conta Corrente da Balança de Pagamentos, pelas mesmas razões, passou a ser negativo depois de 2013.

Agregados Monetários

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Criação de moeda em sentido lato (% variação)	11	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	12
M2/PIB (%)	35,3	37,6	35	36,5	41	46,4	40,6
Velocidade (PIBnp/M2)	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	2
Crédito sector privado (% variação)	19,2	28,8	24,2	15	1,1	17,6	12,4

Fontes: BNA e IMF Executive Board Concludes 2016 Article IV Consultation with Angola, 24 de Janeiro de 2017.

O crédito mal-parado, que em 2015 atingiu 18,2%, deve disparar significativamente em 2017 e 2018, segundo o The Economist Intelligence Unit no seu Relatório de Dezembro de 2016 sobre Angola.

Do lado monetário, privilegiaram-se medidas de natureza restritiva, a fim de se garantir a preservação da solvabilidade externa da economia. Todavia, as características estruturais da economia nacional, como a significativa dependência do consumo interno das importações e a fraca profundidade do sistema financeiro, constituem entraves importantes no processo de transmissão da política monetária. Entre as medidas adoptadas, destacam-se o aumento da Taxa Básica do BNA para os 16%, o aumento da venda de divisas no mercado e a retoma das operações de mercado aberto.

O crescimento económico do país está envolto em incertezas e riscos, expostos também no Relatório de Fundamentação do OGE 2017. Mas existem outros. Enumeram-se os seguintes:

- a) Comportamento do preço do petróleo, que se deverá manter muito instável e oscilante face à nova política petrolífera anunciada pelo Presidente dos Estados Unidos.
- b) Dívida pública entre 75% e 80% do PIB até final de 2017, violando-se o limite constitucional de 60%.
- c) O abrandamento do crescimento económico na China.
- d) As consequências do BREXIT no relacionamento África-União Europeia ainda por determinar, mas que poderão forçar os organismos comunitários a repensar a inserção económica e comercial da Europa no mundo (por exemplo, menos África e mais Europa).
- e) A política económica do Presidente-eleito Donald Trump de onde se destacam a total liberalização do sistema bancário norte-americano fazendo recuar pelo ressurgimento da crise do imobiliário de 2008/2009, o aumento substancial da produção petrolífera americana, a denúncia dos tratados de comércio livre onde os Estados Unidos sejam parte integrante e a revisão da maior parte dos acordos de cooperação estabelecidos no passado.
- f) No contexto da alínea anterior, a nova Administração americana com certeza que irá rever o AGOA¹ ou pelo menos os clausulados que possam ser considerados menos benéficos para os Estados Unidos (já que Trump não acredita nos benefícios do livre comércio).
- g) O envio de petróleo para China para remuneração de empréstimos deixou o país com um número limitado de barris para vender no mercado, para obter divisas.
- h) O sector da promoção imobiliária vai reduzir drasticamente a sua actividade, sendo, no entanto, previsível que os edifícios que se encontram em construção possam ser concluídos: *"será difícil projectar um aumento da procura enquanto os valores do preço do petróleo se mantiverem nos actuais níveis"*, segundo o Relatório do Mercado Imobiliário 2016.
- i) Angola e Nigéria vão ser os países mais afectados pela quebra do investimento no sector petrolífero, que vai cair 100 mil milhões de dólares nos próximos cinco anos, segundo a consultora Wood Mackenzie: *"Os governos na África subsaariana têm de reavivar a indústria de exploração de petróleo, oferecendo vantagens fiscais atractivas em vez de procurar aumentar as receitas fiscais no actual contexto"*. (Agência LUSA).
- j) Finalmente, a inflação, sempre é em qualquer circunstância um factor de incerteza para as decisões de investimento e de consumo. As previsões para o crescimento da economia angolana para 2017 continuam a ser revistas em baixa por algumas das mais prestigiadas instituições internacionais:

- a) A Bloomberg estima que o crescimento do produto suba para 1,25% em 2017, comparativamente à ausência de crescimento no ano corrente, reflectindo uma recuperação no sector não petrolífero devida ao aumento programado da despesa pública e a melhores termos de troca.
- b) A médio prazo, as perspectivas são de uma recuperação gradual da actividade económica, embora existam riscos, entre os quais um declínio adicional nos preços do petróleo e atrasos na implementação das reformas estruturais necessárias à promoção da diversificação económica.
- c) A Economist Intelligence Unit (EIU) *"prevê que Angola cresça menos de três por cento ao ano até 2021, o que, aliado à subida do rácio da dívida pública face ao PIB, aumenta o risco de incumprimento financeiro do país. A despesa com o serviço da dívida em 2017 deverá aumentar para 36,28%, o que, aliado a uma perspectiva de crescimento económico baixo - menos de 3% entre 2017 e 2021, segundo a nossa estimativa -, aumenta a vulnerabilidade de Angola a um incumprimento"*.

¹ The African Growth and Opportunity Act.

O Governo tem as seguintes expectativas de crescimento para 2017:

Previsões de Crescimento para 2017 (%)

Sector	GOVERNO	
	2016	2017
Agricultura, Pecuária, Flor	6,7	7,3
Pesca e derivados	1,7	2,3
Diamantes e outros	-0,6	0,5
Petróleo e derivados	0,8	1,8
Transformadora	-3,9	4
Construção	3,2	2,3
Energia	19,2	40,2
Serviços mercantis	0	0
Outros serviços	0	0
PIB	1,1	2,1
PIB não petrolífero	1,2	2,3

ANEXOS ESTATÍSTICOS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Preço barril petróleo (USD)	24,2	28,2	36,9	50,6	61,4	72,9	93,7	60,9	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	53	38,8

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Tx crescimento PIB petrolífero	13,9	25,5	13,1	21,8	10,3	-5,0	-0,5	-8,1	5,3	-0,9	-2,6	6,3
Tx crescimento PIB construção	24,1	12,9	11,7	17,7	8,9	12,8	26	8,4	25,4	8,1	8,0	3,5

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Taxa crescimento PIB	13,2	3	11	15	11,6	13,9	10,5
Linha Tendencial	13,2	8	9	10,4	10,7	11,2	11,1
Taxa tendencial	10,1	10,1	10,1	10,1	10,1	10,1	10,1

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa crescimento PIB	2	4,6	1,9	5,2	6,8	4,7	2,8	0,1
Linha Tendencial	2	3,3	2,8	3,4	4,1	4,2	4	3,5
Taxa tendencial	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida Pública (milhões USD)	7.695,40	10.284,40	9.000,20	10.222,40	15.115,30	15.256,10	27.998,20

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida Pública (milhões USD)	32.393,10	32.104,70	34.795,50	36.024,20	30.577,60	41.583,30	48.272,90	61.198,70

ANÁLISE FINANCEIRA

Face a 2015:

- **Activo 258 806 370 milhares AKZ (+13,1%)**
- **Depósitos de Clientes 227 357 769 milhares AKZ (+31,5%)**
- **Produto Bancário 17 893 287 milhares AKZ (+21,5%)**
- **Crédito a Clientes 93 484 839 milhares AKZ (+10,8%)**
- **Resultado Líquido 1 730 636 (+224,5%)**
- **Rácio de Solvabilidade 11,4% (+1,2 p.p.)**

Crescimento do Activo e Melhoria da Rentabilidade

O Banco apresentou um desempenho financeiro positivo, com um crescimento do Activo de 13,1%, atingindo os AKZ 258 806 370 milhares (USD 1 559 990 milhares).

No que respeita ao Passivo, destaque para os Recursos de Clientes que cresceram 31,5% comparativamente ao ano transacto, passando de AKZ 172 954 785 milhares (USD 1 278 164 milhares) para AKZ 227 357 769 milhares (USD 1 370 429 milhares). Os Recursos de Clientes em moeda nacional corresponderam a 76% e em moeda estrangeira corresponderam a 24%.

O Produto Bancário registou uma subida de 21,5% face a 2015, impulsionado pela subida dos Resultados Cambiais.

O Crédito Total aumentou 10,8% face a 2015. A rubrica de Crédito a Clientes em moeda nacional correspondeu a 82% e em moeda estrangeira 18%.

Relativamente à relação entre os Recursos e os Créditos, verificou-se em 2016 uma descida no Rácio de Transformação, passando a situar-se nos 47,8% contra 58,5% no ano anterior.

O Resultado Líquido cresceu em 2016, atingindo os AKZ 1 730 636 milhares (USD 10 551 milhares), uma subida de 224,5% face a 2015.

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar, calculado de acordo com o descrito pelo Instrutivo nº 3/11 do BNA, atingiu os 11,4%, acima do mínimo de 10% exigido.

Solidez do Banco

O Activo Líquido do Banco BNI aumentou 13,1% em 2016, reflectindo um crescimento de AKZ 29 945 298 milhares face a igual período do ano anterior, impulsionado especialmente, pelo crescimento dos Títulos de AKZ 38 631 822 milhares, assim como pelo incremento de AKZ 9 128 018 milhares na Carteira de Crédito.

O ROA estabeleceu-se nos 0,7% contra 0,2% em 2015.

Os Fundos Próprios Regulamentares fixaram-se nos AKZ 22 880 397 milhares (USD 137 915 milhares) contra AKZ 17 374 330 milhares (USD 128 399 milhares).

Balanço

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Balanço							
Caixa e Disponibilidades	35 560 199	214 344	14%	41 155 277	304 144	18%	-14%
Aplicações em Bancos Centrais e em Outras I.C.	33 085 813	199 429	13%	25 224 040	186 410	11%	31%
Títulos e Valores Mobiliários	67 155 127	404 786	26%	28 523 305	210 792	12%	135%
Crédito Total	93 484 839	563 492	36%	84 356 821	623 411	0%	11%
Outros Valores	9 165 408	55 246	4%	20 869 640	154 230	0%	-56%
Outros Activos Fixos	20 354 984	122 692	8%	28 731 989	212 334	37%	-29%
Total do Activo	258 806 370	1 559 990	-	228 861 072	1 691 321	-	13%
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	227 357 769	1 370 429	94%	172 954 785	1 278 164	81%	31%
Recursos em Bancos Centrais e em Outras I.C.	4 343 315	26 180	2%	28 739 492	212 390	14%	-85%
Passivos Subordinados	7 901 484	47 627	3%	6 874 002	50 800	3%	15%
Outros Passivos	2 408 544	14 518	1%	2 342 954	17 315	1%	3%
Provisões	214 774	1 295	0%	1 461 575	10 801	1%	-85%
Total do Passivo	242 225 886	1 460 049	-	212 372 808	1 569 470	-	14%
Fundos Próprios e Resultado Líquido	16 580 484	99 941	-	16 488 264	121 851	-	1%
Total do Passivo e Fundos Próprios	258 806 370	1 559 990	-	228 861 072	1 691 321	-	13%

Em Dezembro de 2016, o Activo líquido do Banco alcançou AKZ 258 806 370 milhares (USD 1 559 990 milhares) contra AKZ 228 861 072 milhares (USD 1 691 321 milhares) em 2015, perfazendo um crescimento de 13,08%, ou seja, AKZ 29 945 298 milhares, estimulado essencialmente pelos Títulos e Valores Mobiliários fixados em AKZ 67 155 127 milhares (USD 404 786 milhares), representando 25,95% (2015: 12,46%) do Activo líquido do Banco.

O Activo do Banco é financiado maioritariamente pelos Depósitos de Clientes, com um peso de 88%.

Disponibilidades

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Caixa	2 879 124	17 354	8%	3 237 116	23 923	8%	-11%
- Moeda nacional	2 354 634	14 193	-	2 576 204	19 039	-	-9%
- Moeda estrangeira	524 490	3 161	-	660 912	4 884	-	-21%
Disponibilidades no Banco Central	25 160 642	151 659	71%	29 361 034	216 983	71%	-14%
- Moeda nacional	23 195 286	139 813	-	22 995 212	169 938	-	1%
- Moeda estrangeira	1 965 356	11 846	-	6 365 822	47 044	-	-69%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	7 520 433	45 330	21%	8 557 127	63 239	21%	-12%
- Moeda estrangeira	7 520 433	45 330	-	8 557 127	63 239	-	-12%
Caixa e Disponibilidades	35 560 199	214 344	-	41 155 277	304 144	-	-14%

As Disponibilidades estabeleceram-se em AKZ 35 560 199 milhares (USD 214 344 milhares) registando uma desaceleração de 13,60% equivalente a AKZ 5 595 078 milhares face a 2015, representando 13,74% (2015: 17,98%) do Activo Líquido.

A pressão deste decréscimo esteve a rubrica de Disponibilidades no Banco Central com uma redução de AKZ 4 200 392 milhares, assim como as Disponibilidades em Instituições Financeiras, que apresentaram uma desaceleração de AKZ 1 036 694 milhares.

Aplicações de Liquidez

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Aplicações em instituições de crédito no país	17 200 000	103 675	52%	8 000 998	59 129	32%	115%
- Depósitos no Banco Nacional de Angola	17 200 000	103 675	-	8 000 998	59 129	-	115%
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	15 861 776	95 609	48%	16 051 040	118 620	64%	-1%
- Depósitos colateral	2 824 134	17 023	-	3 083 612	22 788	-	-8%
- Cedências de liquidez	13 037 642	78 586	-	12 967 428	95 831	-	1%
Juros corridos	24 037	145	0%	1 172 002	8 661	5%	-98%
Aplicações em Bancos Centrais e em Outras I.C.	33 085 813	199 429	-	25 224 040	186 410	-	31%

As Aplicações de Liquidez fixaram-se em AKZ 33 085 813 milhares (USD 199 429 milhares) apresentando um acréscimo de 31,17%, AKZ 7 861 773 milhares face a 2015. As aplicações de liquidez representam 12,78% do activo total do Banco (2015: 10,77%).

Títulos e Valores Mobiliários

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 409 973	14 526	4%	1 536 473	11 355	5%	57%
- OT's Indexadas	2 409 973	14 526	-	1 536 473	11 355	-	57%
Activos financeiros disponíveis para venda	23 599	142	0%	23 599	174	0%	0%
- Exposição bruta EMIS	23 599	142	-	23 599	174	-	0%
Investimentos detidos até à maturidade	64 721 555	390 118	9%	26 963 233	199 263	95%	140%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
- Kwanas	56 757 686	342 115	-	25 529 299	188 666	-	122%
- Dólares	6 981 198	42 080	-	944 103	6 977	-	639%
- Juros	982 671	5 923	-	489 831	3 620	-	101%
Títulos e Valores Mobiliários	67 155 127	404 786	-	28 523 305	210 792	-	135%

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do Banco BNI é composta por Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Obrigações do tesouro indexadas ao dólar) fixados em AKZ 2 409 973 milhares (USD 14 526 milhares), Activos financeiros disponíveis para venda (Emis) fixados em AKZ 23 599 milhares (USD 142 milhares) e Investimentos detidos até a maturidade fixados em AKZ 64 721 555 milhares (USD 390 118 milhares).

O total da rubrica ascendeu a AKZ 67 155 127 milhares (USD 404 786 milhares) contra AKZ 28 523 305 milhares (USD 210 792 milhares) em 2015, tendo registado uma variação homóloga positiva de 135,44%, cerca de AKZ 38 631 822 milhares, representando 25,95% (12,46% em 2015) do Activo Líquido.

Crédito

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Moeda nacional	77 223 176	465 473	83%	67 603 595	499 602	80%	14%
- Empresas e sector público	81 146 583	489 122	-	75 698 497	559 424	-	7%
- Particulares	6 016 668	36 266	-	5 030 797	37 178	-	20%
- Imparidade	(9 940 075)	(59 915)	-	(13 125 699)	(97 001)	-	-24%
Moeda estrangeira	16 261 663	98 019	17%	16 753 226	123 809	20%	-3%
- Empresas e sector público	19 579 722	118 019	-	19 624 278	145 027	-	0%
- Particulares	1 847 417	11 136	-	757 646	5 599	-	144%
- Imparidade	(5 165 476)	(31 136)	-	(3 628 698)	(26 817)	-	42%
Crédito Total	93 484 839	563 492	-	84 356 821	623 411	-	11%

Em Dezembro de 2016 o Crédito total cifrou-se em AKZ 93 484 839 milhares (USD 563 492 milhares) alcançando um crescimento de 10,82%, ou seja, AKZ 9 128 018 milhares, face a igual período de 2015, passando a representar 36,12% do Activo líquido do Banco.

O Crédito vivo em 2016 fez um total de AKZ 102 331 566 milhares (USD 616 817 milhares), reflectindo um crescimento de 7,77%, ou seja AKZ 7 380 000 milhares em relação ao período homólogo.

A 31 de Dezembro de 2016, o Crédito em MN alcançou AKZ 77 223 176 milhares (USD 465 473 milhares), e o Crédito em ME AKZ 16 261 663 milhares (USD 98 019 milhares), com pesos de 82,61% (2015: 80,14%) e 17,39% (2015: 19,86%) sobre o Crédito total, respectivamente, reflectindo o esforço do Banco no sentido de reduzir a exposição do crédito em ME.

A 31 de Dezembro de 2016, o Crédito vencido cifrou-se em AKZ 6 258 824 milhares (USD 37 726 milhares) contra AKZ 6 159 652 milhares (USD 45 521 milhares) em 2015, apresentando um crescimento de 1,61%, cerca de AKZ 99 172 milhares, alcançando um rácio de crédito vencido de 5,76% (6,09% em 2015).

O rácio de cobertura de crédito vencido por provisões de crédito de liquidação duvidosa cifrou-se em 241,35% em 2016 contra 272,00% no período homólogo.

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Crédito Bruto	108 590 390	654 543	116%	101 111 218	747 228	120%	7%
- Crédito vincendo	102 331 566	616 817	-	94 951 566	701 708	-	8%
- Crédito vencido	6 258 824	37 726	-	6 159 652	45 521	-	2%
Imparidade	(15 105 551)	(91 051)	-16%	(16 754 397)	(123 818)	20%	-10%
Crédito Total	93 484 839	563 492	-	84 356 821	623 411	-	11%

As **Imparidades** em 2016 situaram-se em AKZ 15 105 551 (USD 91 051 milhares) contra AKZ 16 754 397 milhares (USD 123 818 milhares) no período homólogo, apresentando uma redução de AKZ 1 648 846 milhares em 2015, reflectindo a aposta na melhoria da qualidade da Carteira de Crédito.

As **Imparidades do Exercício** fixaram-se nos AKZ 4 157 485 milhares (USD 25 347 milhares) contra AKZ 4 849 897 milhares (USD 40 438 milhares), representando um custo do risco de 3,83% (4,84% em 2015).

Passivo

O Banco concluiu o exercício de 2016 com um Passivo de AKZ 242 225 886 milhares (USD 1 460 049 milhares) beneficiando de um crescimento de 14,06%, mais AKZ 29 853 078 milhares face ao período homólogo.

A alavancar o Passivo estiveram essencialmente os Depósitos de Clientes cifrados em AKZ 227 357 769 milhares (USD 1 370 429 milhares), com um peso de 93,86% (81,44% em 2015) sobre o total do Passivo.

Depósitos de Clientes

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Depósitos à ordem	120 874 787	728 589	53%	107 357 595	793 390	62%	13%
Depósitos a prazo	106 482 982	641 840	-	65 597 190	484 774	-	62%
- Depósitos a prazo	105 933 058	638 526	47%	65 593 377	484 746	38%	61%
- Outros	549 924	3 315	0%	3 813	28	0%	14322%
Total	227 357 769	1 370 429	-	172 954 785	1 278 164	-	31%

Os Depósitos de Clientes alcançaram em 2016 um total de AKZ 227 357 769 milhares (USD 1 370 429 milhares), apresentando um acréscimo de 31,46%, ou seja, AKZ 54 402 984 milhares (USD 92 265 milhares) face a igual período no ano anterior, representando 93,86% do passivo total do Banco.

A carteira de depósitos é composta por Depósitos à ordem, a prazo e Outros depósitos, com pesos de 53,17%, 46,59% e 0,00%, respectivamente.

Os Depósitos à ordem estabeleceram-se em AKZ 120 874 787 milhares (USD 728 589 milhares), obtendo um crescimento de 12,59%, AKZ 13 517 192 milhares, face a igual período no ano anterior. Os Depósitos a prazo totalizaram AKZ 105 933 058 milhares (USD 638 526 milhares), alcançando um acréscimo na ordem dos 61,50%, AKZ 40 339 681 milhares, face a igual período no ano anterior.

Os Outros depósitos situaram-se nos AKZ 549 924 milhares (USD 3 315 milhares), obtendo um acréscimo de 14322,34%, AKZ 546 111 milhares, face ao período homólogo.

O rácio de transformação fixou-se nos 47,76% contra 58,46% em 2015.

Demonstração de Resultados

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Margem financeira	9 413 832	57 394	-	10 790 021	89 139	-	-13%
Resultado da negociação de instrumentos financeiros	17 928	109	-	-	-	-	-
Outros resultados de exploração	325 141	1 982	-	768 598	6 350	-	-58%
Resultados cambiais	5 938 419	36 205	-	1 680 268	13 881	-	253%
Resultado da prestação de serviços financeiros	2 179 693	13 289	-	1 491 973	12 326	-	46%
Resultado da alienação de outros activos	18 274	111	-	406	3	-	4401%
Imparidade de crédito líquida de rever. recup.	(4 157 485)	(25 347)	-	(4 894 897)	(40 438)	-	-15%
Outros custos e proveitos operacionais	(12 340 287)	(75 236)	-	(9 054 770)	(74 804)	-	36%
Encargos com resultado corrente	335 120	2 043	-	(248 276)	(2 051)	-	35%
Resultado Líquido	1 730 636	10 551	-	533 323	4 406	-	225%

A **Margem financeira** totalizou em 2016 AKZ 9 413 832 milhares (USD 57 394 milhares) contra AKZ 10 790 021 milhares (USD 89 139 milhares) verificados em igual período do ano anterior, apresentando uma desaceleração de 12,75%, ou seja, AKZ (1 376 189) milhares, motivada essencialmente pelo aumento dos juros de recursos de Clientes, de AKZ 2 155 754 milhares (+56,18%).

Os Resultados cambiais totalizaram em 2016 AKZ 5 938 419 milhares (USD 36 205 milhares) contra AKZ 1 680 268 milhares (USD 13 881 milhares) verificados em igual período do ano anterior, alcançando um acréscimo de 253,42%, ou seja, AKZ 4 258 151 milhares, por conta do investimento do Banco em Obrigações do Tesouro Angolano, indexadas ao Dólar.

Custos de Estrutura

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Custos com pessoal	(4 459 765)	(27 190)	36%	(3 349 144)	(27 668)	37%	33%
Fornecimento de terceiros	(5 341 602)	(32 567)	43%	(3 891 301)	(32 147)	43%	37%
Depreciações e amortizações	(1 269 191)	(7 738)	10%	(1 279 330)	(10 569)	14%	-1%
Custos de Estrutura	(11 070 558)	(67 495)	-	(8 519 775)	(70 384)	-	30%

Comportam os **Custos de estrutura**, os Custos com pessoal, Fornecimento de terceiros, Amortizações do exercício e Provisões, perfazendo um total de AKZ 11 070 558 milhares (USD 67 495 milhares), alcançando um incremento de 29,94%, comparativamente a 2015.

O rácio de cost to income cifrou-se em 61,87% contra 57,83% em 2015.

Rentabilidade

O Banco concluiu o exercício de 2016 com um Resultado líquido de AKZ 1 730 636 milhares (USD 10 551 milhares), apresentando um acréscimo de 224,50%, cerca de AKZ 1 197 313 milhares (USD 7 300 milhares) no período homólogo.

A rentabilidade dos Capitais próprios (ROE) situando-se em 7,56% contra 3,07% em 2015. A rentabilidade dos Activos (ROA) fixou em 0,67% contra 0,23% em 2015.

Fundos Próprios Regulamentares e Solvabilidade

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	Peso (%)	2015 AKZ'000	2015 USD'000	Peso (%)	Δ(%)
Activo ponderado pelo risco	151 838 703	915 228	-	149 702 678	1 106 327	-	1%
Fundos próprios de Base Nível 1	25 113 850	153 114	-	16 839 820	139 118	-	49%
Deduções Fundos Próprios de base	(1 552 267)	(9 464)	-	(1 963 123)	(16 218)	-	-21%
Fundos próprios de Base	17 018 348	102 580		11 875 129	87 759		43%
Fundos próprios Complementares	5 862 049	35 334	-	5 499 201	40 640	-	7%
Fundos Próprios Regulamentares	22 880 397	137 915	-	17 374 330	128 399	-	32%
Exigência de Capital para Risco Cambial (ECRC)	4 854 053	29 258	-	2 391 599	17 674		103%
Solvabilidade	11%	-	-	10%	-	-	12%

Os **Fundos Próprios Regulamentares** alcançaram em 2016 AKZ 22 880 397 milhares (USD 137 915 milhares), atingindo um acréscimo de 31,69%, ou seja, AKZ 5 506 067 milhares, motivado essencialmente pelo incremento dos Fundos Próprios de Base, em AKZ 5 143 219 milhares.

Os **Activos Ponderados pelo Risco** totalizaram AKZ 151 838 703 milhares (USD 915 228 milhares) de acordo com o novo modelo de cálculo, baseado no instrutivo n.º3 / 2011 de 08 de Junho.

O **Rácio de Solvabilidade**, calculado com base no mesmo instrutivo do Banco Nacional de Angola, cifrou-se em 11% contra 10% em 2015.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

AKZ'000

	Notas	31.12.2016	31.12.2015	01.01.2015
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	28 039 766	32 598 150	23 824 038
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	7 520 433	8 557 127	6 128 720
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16	33 085 813	25 224 040	16 400 687
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	17	2 409 973	1 536 473	-
Activos financeiros disponíveis para venda	18	23 599	23 599	23 599
Investimentos detidos até à maturidade	19	64 721 555	26 963 233	23 613 438
Crédito a Clientes	20	93 484 839	84 356 821	80 789 030
Activos não correntes detidos para venda	21	4 343 924	8 244 115	6 748 389
Activos tangíveis	22	15 530 647	15 899 744	15 204 999
Activos intangíveis	22	211 761	123 786	9 460 423
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	23	268 652	4 464 344	3 990 119
Activos por impostos correntes	24	234 190	539 083	-
Activos por impostos diferidos	24	3 107 150	2 353 657	2 405 782
Outros activos	25	5 824 068	17 976 900	8 458 581
Total de Activo		258 806 370	228 861 072	197 047 805
Passivo e capital próprio				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	26	4 343 315	28 739 492	17 093 225
Recursos de Clientes e outros empréstimos	27	227 357 769	172 954 785	155 353 175
Provisões	28	214 774	1 461 575	966 445
Passivos subordinados	29	7 901 484	6 874 002	5 225 440
Outros passivos	30	2 408 544	2 342 954	4 308 564
Total do Passivo		242 225 886	212 372 808	182 946 849
Capital Social	32	14 642 808	14 642 808	14 642 808
Acções próprias	32	(1 071 854)	(339 713)	(1 342 746)
Reservas de reavaliação	32	(918 276)	(11 844)	(1 164 827)
Outras reservas e resultados transitados	31	2 197 170	1 663 690	669 242
Resultado líquido individual do exercício		1 730 636	533 323	1 296 479
Capital próprio		16 580 484	16 488 264	14 100 956
Total do passivo e do capital próprio		258 806 370	228 861 072	197 047 805

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		AKZ'000	
	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Juros e rendimentos similares	4	16 696 135	16 152 696
Juros e encargos similares	4	(7 282 303)	(5 362 675)
Margem financeira		9 413 832	10 790 021
Rendimentos de serviços e comissões	5	2 684 825	2 587 824
Encargos com serviços e comissões	5	(505 132)	(1 095 851)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	6	17 928	-
Resultados cambiais	7	5 938 419	1 680 268
Resultados de alienação de outros activos	8	18 274	406
Outros resultados de exploração	9	325 141	768 598
Produto da actividade bancária		17 893 287	14 731 266
Custos com pessoal	10	(4 459 765)	(3 349 144)
Fornecimentos e serviços de terceiros	11	(5 341 602)	(3 891 301)
Depreciações e amortizações do exercício	22	(1 269 191)	(1 279 330)
Provisões líquidas de anulações	12	907 993	(165 282)
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	20	(4 157 485)	(4 894 897)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	12	(2 177 722)	(369 713)
Resultado antes de impostos de operações em continuação		1 395 515	781 599
Impostos sobre os resultados		335 121	(248 276)
Correntes	24	32 285	-
Diferidos	24	302 836	(248 276)
Resultado líquido		1 730 636	533 323

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

AKZ'000

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Resultado líquido do exercício		1 730 636	533 323
Itens que não serão reclassificados para resultados ganhos / (perdas) na recompra de ações próprias	13	(906 432)	1 152 983
Total		824 204	1 686 306

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

AKZ'000

	Reservas, resultados e outro rendimento integral							Resultado líquido do exercício	Total Capital Próprio
	Capital	Acções próprias	Fundo social	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Outras reservas	Total		
	Notas	31.12.2016	31.12.2015						
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (CONTIF)	14 642 808	(1 342 746)	10 325	(1 154 502)	2 930 483	3 558 137	5 334 118	1 296 479	19 940 984
Alteração de políticas contabilísticas para IFRS	-	-	(10 325)	(10 325)	(2 261 241)	(3 558 137)	(5 829 703)	-	(5 840 028)
Saldo em 1 de Janeiro de 2015 (Proforma IFRS)	14 642 808	(1 342 746)	-	(1 164 827)	669 242	-	(495 585)	1 296 479	14 100 956
Aquisição de ações próprias líquidas de alienações	-	1 003 033	-	-	-	-	-	-	1 003 033
Ganhos / (perdas) na compra / venda de ações próprias	-	-	-	1 152 983	-	-	1 152 983	-	1 152 983
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(291 707)	(291 707)
Incorporação em resultados transitados	-	-	-	-	994 448	-	994 448	(1 004 772)	(10 324)
Resultado líquido do exercício antes de alteração de políticas contabilísticas para IFRS	-	-	-	-	-	-	-	1 247 014	1 247 014
Alteração de políticas contabilísticas para IFRS	-	-	-	-	-	-	-	(713 691)	(713 691)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	14 642 808	(339 713)	-	(11 844)	1 663 690	-	1 651 846	533 323	16 488 264
Resultado líquido do exercício	-	(732 141)	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos / (perdas) na compra / venda de ações próprias	-	-	-	(906 432)	-	-	(906 432)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em resultados transitados	-	-	-	-	533 323	-	533 323	(533 323)	(533 323)
Aquisição de ações próprias líquidas de alienações	-	-	-	-	-	-	-	1 730 636	1 730 636
Outros	-	-	-	-	157	-	157	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	14 642 808	(1 071 854)	-	(918 276)	2 197 170	-	1 278 894	1 730 636	16 580 484

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos	12 991 063	8 926 778
Juros e custos pagos	(7 265 313)	(5 040 089)
Serviços e comissões recebidas	2 179 693	2 801 811
Serviços e comissões pagas	(505 132)	(1 095 851)
Recuperações de crédito	278 645	44 446
Contribuições para o fundo de pensões	0	0
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores	(9 457 952)	(7 336 003)
Operações cambiais	2 394 646	214 500
Varição nos activos e passivos operacionais		
Aplicações em e Recursos de Bancos centrais	(9 199 002)	2 286 872
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(388 791)	4 798 465
Aplicações em instituições de crédito	3 187 398	(9 041 221)
Crédito a Clientes	(3 189 056)	(4 546 141)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	27 212 649	19 155 577
Outros activos e passivos operacionais	352 431	1 309 165
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre lucros		
Impostos sobre os lucros pagos	0	(209 836)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	18 591 279	12 478 309
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Investimentos detidos até à maturidade	(25 513 891)	(958 528)
Compra de imobilização	(1 061 170)	(1 092 201)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(26 575 061)	(2 050 729)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Reduções de capital	(1 638 573)	0
Emissão de passivos subordinados	5 038 835	0
Reembolso de passivos subordinados	(4 011 353)	0
Dividendos de acções ordinárias pagos	0	(81 897)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(611 091)	(81 897)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		
Caixa e equivalentes no início do período	40 985 941	29 885 788
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	3 169 131	964 306
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	(8 594 873)	10 135 847
Caixa e equivalentes no fim do período	35 560 199	40 985 941

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Nota 1 - Nota Introdutória

O Banco de Negócios Internacional, S.A., doravante igualmente designado por “Banco” ou “BNI”, com sede em Luanda, é um Banco de capitais privados constituído em 2 de Fevereiro de 2006, tendo como objecto social o exercício da actividade bancária, nos termos e dentro dos limites da Lei Angolana. A actividade comercial teve início no dia 13 de Novembro de 2006.

Nota 2 - Principais Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Aviso no 6/2016 de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, as Demonstrações Financeiras do Banco de Negócios Internacional, S.A. de exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2016 são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações Financeiras individuais do Banco agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Considerando que até 31 de Dezembro de 2015 o Banco preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o CONTIF, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório foram preparadas de acordo com as IFRS para efeitos meramente comparativos em cumprimento da IFRS 1 (ver nota 39).

As normas contabilísticas e interpretação recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas na nota 40.

As Demonstrações Financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas (AKZ’ 000), arredondado ao milhar mais próximo e foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e o relatório de gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 14 de Julho de 2017, e serão submetidas para aprovação da Assembleia Anual que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de reservas.

As taxas de câmbio AKZ/USD a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 eram as seguintes:

	2016	2015
USD	165,903	135,315

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo, são imediatamente registadas na posição cambial à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda, é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio média publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda, corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contractos relativos a estas operações (forwards de moeda), são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de "Operações cambiais" do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

2.3 Crédito a Clientes

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a Clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a Clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua Carteira de Crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma Carteira de Créditos sobre Clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes encontra-se em imparidade (i) quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e (ii) quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou Carteira de Créditos sobre Clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Os critérios de materialidade indicados para a identificação de Clientes individualmente significativos por parte do Banco BNI são de 0,1% do montante de Fundos Próprios para Clientes/grupos económicos com indícios de imparidade e 0,5% do montante de Fundos Próprios para Clientes/grupos económicos sem indícios de imparidade.

O montante global de exposição de cada cliente/grupo económico não considera a aplicação de factores de conversão para as exposições extrapatrimoniais.

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- a montante e os prazos de recuperação estimados;
- outros factores.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contracto e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

(ii) Análise colectiva

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva são calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade.
- As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:
- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das actuais envolventes económicas e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Segmentação da Carteira de Crédito para análise colectiva

De acordo com a IAS 39, os Clientes não significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão do Banco, e sujeitos à determinação de imparidade em base colectiva. Desta forma, pretende-se assegurar que, para efeitos de análise destas exposições e determinação dos parâmetros de risco, as mesmas apresentam características de risco semelhantes.

Relativamente à segmentação de exposições para efeitos de cálculo dos parâmetros de risco, o Banco decidiu realizar a mesma com base em dois vectores, nomeadamente, segmentação com base no tipo de cliente e produto (populações homogéneas) e buckets de risco. Os Clientes/ operações são classificados em cada momento temporal com base nesses dois vectores, sendo os mesmos a base para a posterior estimativa dos parâmetros de risco por segmento.

Para efeitos de definição das populações homogéneas, no âmbito da estimativa da PD, foram consideradas como factores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, tais como o tipo de cliente e o tipo de produto, nomeadamente: (i) Empresas (sector público e empresas) e (ii) Particulares: (descobertos, crédito ao consumo e empréstimos).

Relativamente à segmentação de exposições para efeitos de cálculo de LGD, esta segmentação é tipicamente realizada com base em factores como o tipo de produto, tipo de cliente, existência e tipologia de colaterais associados a cada operação e momento ou estado do cliente nesse momento (e.g. reestruturado, em contencioso, entre outros).

Indícios de imparidade

De acordo com as IFRS, um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existir prova objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e se esse acontecimento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros, que possa ser fiavelmente estimado.

As instituições devem assegurar a identificação tempestiva das perdas incorridas e o respectivo reconhecimento contabilístico da imparidade associada, adoptando indícios de imparidade conservadores e apropriados a cada segmento de crédito. Desta forma, o Banco efectuou uma análise do perfil da sua Carteira de Crédito de forma a identificar os factores mais relevantes para a identificação de situações de degradação da situação creditícia dos seus Clientes.

Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, em linha com os requisitos regulamentares, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco: (i) incumprimento; (ii) incumprimento até 90 dias; (iii) incumprimento com indícios; (iv) reestruturado; (v) curado; e (vi) regular.

Os critérios de entrada e saída estão alinhados ao recomendado no Instrutivo 5/2016 do Banco Nacional de Angola.

Período emergente

O processo de cálculo do parâmetro de risco probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de Clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus Clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo dois Clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidade de incumprimento idênticas.

O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas depende da definição do período emergente que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período emergente 12 meses.

Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos de cobertura e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que for definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, deverá ser solicitado um pedido de avaliação da garantia à Direcção de Análise de Crédito ou à Área Comercial, como forma de esta contactar e despoletar o processo junto de avaliadores externos independentes.

Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que a Direcção de Operações (DOP) será responsável pela identificação das garantias que devem ser sujeitas a reavaliação e a despoletar o respectivo processo junto de avaliadores externos independentes.

Fase de recuperação de crédito

Sempre que for relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, a Direcção de Recuperação de Crédito pode solicitar a reavaliação das garantias associadas às operações sob sua gestão.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação e o montante máximo de Hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

De acordo com o Aviso 10/2014 do BNA, emitido em Dezembro de 2014, sobre as garantias aceites para fins prudenciais, os direitos sobre propriedade imobiliária devem ser objecto de reavaliação, no mínimo, de 2 em 2 anos, sempre que a posição em risco represente:

- Um montante igual ou superior a 1% do total da Carteira de Crédito da instituição ou igual ou superior a AKZ 100.000.000; ou
- Situações de crédito vencido há mais de 90 dias e/ou outros indícios materiais de imparidade desde que a última data de avaliação seja superior a 6 meses; ou
- Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais, que emite avisos sobre as datas para reavaliação.

(ii) Penhor de depósitos a prazo

O valor da garantia será o valor nominal do depósito, bem com os respectivos juros (se aplicável).

(iii) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, de marcas e de obras de arte, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a 1 ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes. As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto instrumentos mitigadores de risco de crédito.

(iv) Outros activos financeiros

No caso de títulos e participações sociais cotadas o valor a considerar será o valor de mercado à data de referência do reporte. Para títulos e participações sociais não cotadas, são consideradas avaliações através do método dos fluxos de caixa descontados, ou outro método alternativo caso se considere mais aplicável. As avaliações, efectuadas através do método dos fluxos de caixa descontados, realizadas através do recurso a entidades idóneas com base nas últimas contas auditadas com data de referência não superior a 18 meses, sendo que eventuais excepções a esta regra são sujeitas a um julgamento profissional de acordo com as circunstâncias específicas de avaliação e as características de cada tipologia de activo financeiro considerado.

Como métodos alternativos de avaliação de títulos e participações sociais não cotadas, o Banco utiliza (i) o método dos múltiplos ou em alternativa (ii) o método do valor patrimonial ajustado, sendo que a escolha do respectivo método de avaliação encontra-se dependente da informação disponível e características específicas de cada instrumento, no momento dessa avaliação, sendo que a cada momento o Banco decide qual o método mais apropriado a ser empregue.

De forma a adoptar uma abordagem conservadora na incorporação do valor das garantias para a Carteira de Crédito, o Banco definiu um conjunto de coeficientes de desvalorização (haircuts) que pretendem reflectir o risco na utilização das garantias e que se pode traduzir em duas dimensões, nomeadamente: i) os obstáculos legais e processuais à sua execução; ii) a volatilidade do seu valor de mercado.

Créditos abatidos ao activo

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.4 Outros instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Banco reconhece contas a receber e a pagar, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data da transacção, que é o momento a partir do qual o Banco se torna parte integrante do contracto e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente:

- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, e dentro desta categoria como:
 - Detidos para negociação;
 - Designados ao justo valor através de resultados.
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Passivos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional e indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Resultados cambiais".

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos ou derivados, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo.

Derivados detidos para negociação

Os derivados que não sejam considerados numa relação de cobertura contabilística são considerados como outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Quando o justo valor dos instrumentos for positivo, são apresentados no activo, quando o seu justo valor for negativo são classificadas no passivo, em ambos os casos na rubrica de derivados detidos para negociação.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são separados contabilisticamente sempre que:

- os riscos e benefícios económicos do derivado não estejam relacionados com os do instrumento principal (contracto hospedeiro)
- o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados

Os derivados embutidos são apresentados na rubrica derivados de negociação, registados ao justo valor com as variações reflectidas em resultados do período.

1b) Designados ao justo valor através de resultados

A designação de activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos ou passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o mismatch contabilístico das transacções; ou
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contractos originais (contracto hospedeiro).

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

3) Activos financeiros disponíveis para venda

São activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas. Esta categoria pode incluir títulos de dívida ou de capital.

Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Instrumentos de capital que não sejam cotados e cujo justo valor não é possível ser calculado com fiabilidade são registados ao custo. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados.

A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados cambiais". Para os instrumentos de capital, por se tratarem de activos não monetários, a flutuação cambial é reconhecida na Reserva de justo valor (Capitais próprios), como uma componente integrante do respectivo justo valor.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica de "Rendimentos de instrumentos de capital" quando for atribuído o direito ao recebimento.

Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

4) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não garantias e compromissos, mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva ou ao justo valor através de resultados.

(i) Custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas usando o método da taxa de juro efectiva, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

(ii) Mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

(iii) Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham impacto nos fluxos de caixa futuros do activo que possam ser estimados com fiabilidade.

Em conformidade com as IFRS, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contracto. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

(iv) Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para crédito a Clientes - crédito titulado - são permitidas se existir a intenção e capacidade de o manter no futuro previsível ou até à maturidade.

(v) Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando (i) expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros, (ii) o Banco os tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os risco e benefícios.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

(vi) Compensação de instrumentos financeiros

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor líquido no balanço quando, e apenas quando, o Banco tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da actividade do Banco, assim como em caso de default, falência ou insolvência do Banco ou da contraparte.

2.5 Contabilidade de Cobertura

O Banco designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial, resultantes do seu negócio. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

i. Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada posteriormente.

Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

ii. Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa - na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do período nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o Banco não tinha operações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor ou de fluxos de caixa.

iii. Efectividade de cobertura

O Banco executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre. A IAS 39 estipula a obrigatoriedade da demonstração da efectividade da relação de cobertura tanto prospectivamente como retrospectivamente.

2.6 Instrumentos de Capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

2.7 Outros activos tangíveis

i. Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

ii. Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iii. Amortizações

Os terrenos não são amortizados. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Imóveis de uso próprio (edifícios) > 25 a 50 anos

Equipamento

Mobiliário e material > 8 e 10 anos

Máquinas e ferramentas > 4 e 10 anos

Equipamento informático > 3 a 6 anos

Instalações interiores > 4 a 10 anos

Material de transporte > 4 anos

Equipamento de segurança > 10 anos

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 - Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8 Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.9 Propriedades de investimento

O Banco classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Banco venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.10 Activos cedidos e empréstimo de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.4. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.11 Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.12 Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o menor do seu justo valor deduzido dos custos de venda ou valor contabilístico (se aplicável).

2.13 Activos recebidos por recuperação de créditos

O Banco classifica os imóveis detidos por recuperação de crédito na rubrica de Outros activos, mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: valor do solo urbano e o valor da urbanidade; valor da construção; e valor de custos indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

2.14 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contractos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contractos de locação operacional são registados em custo nos períodos a que dizem respeito.

2.15 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são, quando existem, posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

i. Imposto corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

ii. Imposto diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 - Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.16 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são sempre objecto de divulgação, excepto nos casos em que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.17 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rêdito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18 – Rêdito, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de Fair Value Option, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

2.18 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos (rendimento de instrumentos de capital) são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

2.19 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

2.20 Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

2.21 Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras.

Estes resultados incluem igualmente as valias nas vendas de activos financeiros disponíveis para venda, e de activos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

2.22 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto dos Bancos Centrais.

2.23 Garantias financeiras e compromissos

Garantias financeiras são contractos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.24 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

Nota 3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como indicadores da existência de imparidade:

- Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição. O Banco considera uma desvalorização continuada se o justo valor se mantiver abaixo do custo de aquisição por um período de 12 meses e continua se a desvalorização for igual ou superior a 30% do custo de aquisição;
- Títulos de dívida: sempre que existir evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável do fluxos de caixa futuros desse activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (mark to market) ou de modelos de avaliação (mark to model), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco. O valor de imparidade para activos financeiros disponíveis para venda apurados com base nos critérios acima referidos encontra-se indicado na Nota 18.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade em conformidade com os princípios da IFRS 13 - Justo Valor. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados e resumidos nas Notas 17 e 18.

3.3 Perdas por imparidade em crédito a Clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua Carteira de Crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação da Carteira de Crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco. O valor de imparidade para crédito a cliente apurado com base nos critérios acima referidos é apresentado na Nota 20.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo, e encontra-se apresentada na Nota 19.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas - por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade - é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5 Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 - Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2016		AKZ'000
	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares	16 546 627	149 508	16 696 135
Juros de crédito a Clientes	11 765 742	-	11 765 742
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	149 508	149 508
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	666 094	-	666 094
Juros de investimentos detidos até à maturidade	4 114 791	-	4 114 791
Juros e encargos similares	(7 282 303)	-	(7 282 303)
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	(961 116)	-	(961 116)
Juros de recursos de Clientes	(5 992 761)	-	(5 992 761)
Juros de passivos subordinados	(328 426)	-	(328 426)
Margem Financeira	9 264 324	149 508	9 413 832

	31.12.2015		AKZ'000
	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares	16 089 049	63 647	16 152 696
Juros de crédito a Clientes	10 324 559	-	10 324 559
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	63 647	63 647
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	70 820	-	70 820
Juros de investimentos detidos até à maturidade	5 693 670	-	5 693 670
Juros e encargos similares	(5 362 675)	-	(5 362 675)
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	(1 162 500)	-	(1 162 500)
Juros de recursos de Clientes	(3 837 007)	-	(3 837 007)
Juros de passivos subordinados	(363 168)	-	(363 168)
Margem Financeira	10 726 374	63 647	10 790 021

A rubrica Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente aos depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro, assim como de operações realizadas no mercado monetário inter-financeiro.

Nota 5 - Resultado de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000	
	31.12.2106	31.12.2105
Rendimentos de serviços e comissões	2 684 825	2 587 824
Cartões Visa e Mastercard	921 131	898 554
Transferências	301 253	252 588
Abertura de linhas de crédito	228 985	219 395
Crédito documentário	200 706	574 018
Outras operações bancárias	97 094	21 333
Outros serviços bancários	645 816	286 350
Outros compromissos	176 339	197 763
Títulos	113 501	137 823
Encargos com serviços e comissões	(505 132)	(1 095 851)
Cartões Visa e Mastercard	(456 112)	(946 549)
Linhas de crédito irrevogáveis	(42 202)	(140 112)
Outras comissões	(6 818)	(9 190)
Resultado com comissões	2 179 693	1 491 973

A rubrica Cartões Visa e Mastercard refere-se às comissões recebidas ou pagas referentes aos cartões de diferentes bandeiras. A rubrica Outras operações bancárias refere-se a proveitos com comissões de gestão da Carteira de Crédito.

A rubrica Outros serviços bancários inclui proveitos com comissões resultantes do protocolo celebrado entre o Banco e o Ministério das Finanças para arrecadação de receitas.

A rubrica Outros compromissos inclui proveitos com prémios de garantias prestadas.

Nota 6 - Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000					
	31.12.2016			31.12.2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados em activos ao justo valor através de resultados	17 928	-	17 928	-	-	-

Os resultados apresentados nesta rubrica dizem respeito à variação de justo valor de obrigações do tesouro do estado Angolano indexadas ao USD, estando os juros destas obrigações a ser reconhecido na margem financeira (Nota 4).

O Banco não tem passivos mensurados ao justo valor.

Nota 7 - Resultados cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000	
	31.12.2106	31.12.2105
Proveitos	8 713 988	4 693 739
Custos	(2 775 569)	(3 013 471)
Resultados cambiais	5 938 419	1 680 268

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, incluindo das obrigações do Tesouro indexadas ao USD, e os resultados decorrentes da venda de moeda estrangeira.

Nota 8 - Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000	
	31.12.2106	31.12.2105
Imobilizado corporeo	18 114	406
Imobilizado incorporeo	160	-
Resultados alienação de activos	18 274	406

Nota 9 - Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Proveitos	1 005 529	1 655 407
Recuperação de custos	11 115	4 597
Recuperações sobre crédito abatido ao activo	278 646	44 445
Outros proveitos	715 768	1 606 365
Custos	(680 388)	(886 809)
Impostos e taxas não incidentes sobre os resultados	(346 426)	(239 014)
Penalidades aplicadas por entidades reguladoras	(321 487)	(1 656)
Outros custos	(12 475)	(646 139)
Total	325 141	768 598

A rubrica de Outros proveitos inclui proveitos com despesas de manutenção no montante de AKZ 354 793 milhares.

Nota 10 - Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Vencimentos e salários		
Órgãos de gestão e fiscalização	(790 460)	(580 771)
Salário base	(504 998)	(304 419)
Subsídios e Bónus	(285 462)	(276 352)
Empregados	(3 331 519)	(2 585 339)
Salário base	(1 941 907)	(1 535 314)
Subsídios e Bónus	(1 389 612)	(1 050 025)
Encargos sociais	(206 761)	(140 068)
Obrigatórios	(169 719)	(129 963)
Facultativos	(37 042)	(10 105)
Outros custos	(131 025)	(42 966)
Custos com pessoal	(4 459 765)	(3 349 144)

Os outros custos dizem respeito a custos com formação dos empregados e eventos de confraternização.

Os custos com a remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave do Banco é apresentado de seguida:

	Conselho de Administração			Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão	AKZ'000
	Comissão Executiva	Outros Elementos	Total			Total
31 de Dezembro de 2016						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	627 366	163 094	790 460	-	70 143	70 143
Remunerações variáveis	-	-	-	-	2 117	2 117
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-	-
Total	627 366	163 094	790 460	-	72 260	72 260
31 de Dezembro de 2015						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	448 263	132 508	580 771	-	45 188	45 188
Remunerações variáveis	-	-	-	-	1 145	-
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-	-
Total	448 263	132 508	580 771	-	46 333	45 188

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Directores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração.

Os empregados não têm qualquer benefício associado à existência de um fundo de pensões.

O número de Colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	31.12.2016	31.12.2015
Funções directivas	107	105
Funções de chefia	93	76
Funções específicas	193	131
Funções administrativas e outras	331	437
Total	724	749

Nota 11 - Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Rendas e alugueres	(947 402)	(612 679)
Publicidade e publicações	(244 599)	(116 734)
Comunicações e expedição	(265 546)	(208 069)
Deslocações e representação	(457 792)	(286 557)
Água, energia e combustíveis	(91 920)	(64 421)
Consultoria e auditoria	(2 062 474)	(1 481 916)
Segurança e vigilância	(691 358)	(479 477)
Seguros	(12 942)	(149 226)
Outros custos	(567 569)	(492 222)
	(5 341 602)	(3 891 301)

Nota 12 - Provisões e imparidades para Outros activos, garantias e outros compromissos

O valor desta rubrica é composto por:

	AKZ'000					
	Saldo a 31.12.2015	Reversões / (dotações)	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio e outras	Saldo a 31.12.2016
Imparidade para garantias e outros compromissos (ver Nota 28)	(1 351 429)	803 546	338 808	-	-	(209 075)
Outras provisões para riscos e encargos (ver Nota 28)	(110 146)	104 447	-	-	-	(5 699)
Imparidade em associadas (ver Nota 23)	(369 713)	-	-	295 664	-	(74 049)
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (ver Nota 21)	-	(2 177 722)	-	(295 664)	(75 062)	(2 548 448)

	Saldo a 31.12.2014	Reversões / (dotações)	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio e outras	Saldo a 31.12.2015
Imparidade para garantias e outros compromissos (ver Nota 28)	(780 295)	(241 286)	-	-	(329 848)	(1 351 429)
Outras provisões para riscos e encargos (ver Nota 28)	(186 150)	76 004	-	-	-	(110 146)
Imparidade em associadas (ver Nota 23)	-	(369 713)	-	-	-	(369 713)
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (ver Nota 21)	-	-	-	-	-	-

Nota 13 - Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos Accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano, conforme apresentado em seguida:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Resultado líquido atribuível aos Accionistas do Banco	1 730 636	533 323
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	2 000	2 000
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	1 854	1 954
Resultado por acção básico atribuível aos Accionistas do Banco (unidades)	933,7	273,0

Nota 14 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2016	31.12.2015
		AKZ'000
Caixa	2 879 124	3 237 116
AOA	2 354 634	2 576 204
USD	67 899	307 428
EUR	381 816	250 793
GBP	72 191	85 907
ZAR	2 474	9 015
NAD	110	7 769
Banco Nacional de Angola	25 160 642	29 361 034
AOA	23 195 286	22 995 212
USD	1 965 356	6 365 822
Total	28 039 766	32 598 150

A rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, o montante de AKZ 18 386 879 milhares (31 de Dezembro de 2015: AKZ 19 730 178 milhares), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

De acordo com o Instrutivo nº 02/2016 do Banco Nacional de Angola, de 11 de Abril de 2016, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA, são resumidas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	75%/100%	100%
Outros Sectores	Apuramento Semanal	30%	15%

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período.

A legislação aplicável permite ainda que o Banco cumpra com as Reservas Mínimas através de Títulos do Tesouro ou Financiamentos ao Ministério das Finanças. Em 31 de Dezembro de 2016 estes saldos ascendem a AKZ 4 596 719 milhares (2015: AKZ 2 192 242 milhares).

Nota 15 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	31.12.2016	AKZ'000 31.12.2015
Em instituições de crédito no estrangeiro	7 170 596	8 385 093
EUR	6 815 773	1 149 568
USD	345 066	7 200 034
GBP	9 635	35 106
ZAR	122	385
Créditos no sistema de pagamentos	347 139	169 336
Recursos de terceiros em trânsito	-	-
Cheques a cobrar	2 698	2 698
Total	7 520 433	8 557 127

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência.

Nota 16 - Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	31.12.2016	AKZ'000 31.12.2015
Aplicações em instituições de crédito no país	17 200 000	8 000 998
Depósitos no Banco Nacional de Angola	17 200 000	8 000 998
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	15 861 776	16 051 040
Depósitos colateral	2 824 134	3 083 612
Cedências de liquidez	13 037 642	12 967 428
Juros corridos	24 037	1 172 002
Total	33 085 813	25 224 040

Em baixo é apresentado a exposição por moeda da rubrica aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito:

	31.12.2016	AKZ'000 31.12.2015
Aplicações em instituições de crédito no país	17 200 000	8 000 998
AOA	17 200 000	8 000 998
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	15 861 776	16 051 040
USD	11 806 678	12 162 873
EUR	4 055 098	3 888 167
Juros corridos	24 037	1 172 002
USD	9 769	1 169 311
EUR	1 077	2 691
AOA	13 191	-
Total	33 085 813	25 224 040

O escalonamento das aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	22 658 133	13 754 762
De 3 a 6 meses	4 893 918	3 263 731
De 6 meses a 1 ano	2 527 279	1 419 272
Mais de 1 ano	683 086	-
Prazo indeterminado	2 323 397	6 786 275
Total	33 085 813	25 224 040

A carteira de aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito não tem imparidade.

As aplicações em instituições de crédito em Angola reportadas nesta rubrica, em 31 de Dezembro de 2016 venciam juro à taxa média de 5,28%, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro venciam juro à taxa média de 0,57%.

Nota 17 - Activos financeiros ao justo valor através de resultados

A carteira de activos financeiros designados ao justo valor através de resultados a 31.12.2016 e 31.12.2015 é composta por obrigações do Tesouro Angolano emitidas em Kwanzas indexadas ao USD.

	AKZ'000		
	Valor nominal	31.12.2016 Justo valor	Juro corrido
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 358 880	2 409 973	33 631

	AKZ'000		
	Valor nominal	31.12.2015 Justo valor	Juro corrido
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 516 218	1 536 473	1 673

A exposição distribui-se pelas seguintes maturidades:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
De 1 a 3 anos	1 280 331	743 781
De 3 a 5 anos	1 129 642	792 692
Total	2 409 973	1 536 473

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Nota 18 - Activos financeiros disponíveis para venda

O valor da exposição reconhecido nesta rubrica corresponde à participação do Banco na EMIS, participação mensurada ao custo histórico.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na referida nota.

Nota 19 - Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisada como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
De emissores públicos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
AOA	56 757 686	25 529 299
USD	6 981 198	944 103
Juros corridos	982 671	489 831
Perdas por imparidade	-	-
Total	64 721 555	26 963 233

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 37.

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos instrumentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Inferior a 1 mês	4 262 138	978 206
De 1 a 3 meses	3 647 352	3 537 856
De 3 a 6 meses	514 278	4 456 549
De 6 meses a 1 ano	2 117 053	6 136 556
De 1 a 3 anos	23 671 661	8 602 633
De 3 a 5 anos	13 967 622	1 886 977
Mais de 5 anos	16 541 452	1 364 456
Total	64 721 555	26 963 233

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos detidos até à maturidade seguindo os critérios de julgamento descritos na referida nota.

O Banco avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Nota 20 - Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
		AKZ'000
Crédito líquido	93 484 839	84 356 821
Crédito bruto	108 590 390	101 111 218
Crédito vincendo	102 331 566	94 951 566
Crédito vencido	6 258 824	6 159 652
Imparidade	15 105 551	16 754 397
Em moeda nacional		
Empresas e sector público	81 146 583	75 698 497
Particulares	6 016 668	5 030 797
Imparidade	9 940 075	13 125 699
Em moeda estrangeira		
Empresas e sector público	19 579 722	19 624 278
Particulares	1 847 417	757 646
Imparidade	5 165 476	3 628 698

O escalonamento do crédito a Clientes bruto por prazos de maturidade, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
		AKZ'000
Até 30 dias	5	1 216
De 30 a 90 dias	154 760	148 777
De 90 a 180 dias	1 460 310	73 667
De 180 a 365 dias	2 300 855	1 156 602
De 1 a 2 anos	2 066 451	5 822 759
De 2 a 5 anos	25 864 413	34 928 479
Mais de 5 anos	76 743 596	58 979 718
Total crédito bruto	108 590 390	101 111 218

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	AKZ'000
Saldo 31.12.2014	13 361 448
Aumentos	6 066 232
Reposições/reversões	(1 171 335)
Utilizações	(6 186 945)
Diferenças cambiais e outras	4 684 997
Saldo em 31.12.2015	16 754 397
Aumentos	8 929 283
Reposições/reversões	(4 771 798)
Utilizações	(8 618 304)
Diferenças cambiais e outras	2 811 973
Saldo em 31.12.2016	15 105 551

Em baixo é apresentada a composição da Carteira de Crédito, é feita a distinção entre a exposição a operações não vencidas (1a coluna) e a exposição total (componente vincenda e vencida) a operações vencidas. É adicionalmente apresentada a distribuição destas exposições em função da forma de determinação da imparidade.

		31.12.2016					AKZ'000
Crédito a Clientes	Crédito vincendo associado a crédito não vencido	Classe de incumprimento					Total
		até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	
Sem indícios de imparidade (IBNR)							
Crédito e juros	25 946 049	-	-	-	-	-	25 946 049
Imparidade	(1 515 470)	-	-	-	-	-	(1 515 470)
Com imparidade atribuída com base em análise individual							
Crédito e juros vencidos	69 999 524	2 802 951	-	30 123	-	-	72 832 598
Imparidade	(10 401 433)	-	-	-	-	-	(10 401 433)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva							
Crédito e juros vencidos	5 998 185	277 938	313 830	907 575	2 314 215	-	9 811 743
Imparidade	(1 147 196)	(12 725)	(169 503)	(260 122)	(1 599 102)	-	(3 188 648)

No quadro em baixo é apresentado (i) a posição vincenda associada a operações vencidas e o montante do crédito vencido por banda temporal da antiguidade do primeiro atraso.

		31.12.2016					AKZ'000
Crédito com imparidade	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Classe de incumprimento					Total vencido
		Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias	Crédito vencido há mais de 180 dias		
Crédito e juros vencidos							
Com imparidade atribuída com base em análise individual	20 611 888	2 782 032	-	30 123	-	2 812 155	
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	5 515 799	9 613	313 773	887 895	2 235 388	3 446 669	

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

		31.12.2016					AKZ'000
Segmento	Exposição total	Exposição					
		Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	
Empresas	98 848 493	96 614 427	11 321	51 938 612	2 234 066	1 301 235	
Empréstimos - Particulares	2 647 129	2 244 508	225 581	39 709	402 621	1 446	
Descobertos - Particulares	2 300 220	2 300 220	-	-	-	-	
Crédito consumo	2 921 999	2 306 773	44 730	167 289	615 226	44 426	
Sector Público	1 872 549	1 872 549	-	1 789 378	-	-	
Total	108 590 390	105 338 477	281 632	53 934 988	3 251 913	1 347 107	

Segmento	31.12.2016			AKZ'000
	Imparidade			
	Imparidade total	Imparidade em cumprimento	Imparidade em incumprimento	
Empresas	13 660 473	12 467 124	1 193 349	
Empréstimos - Particulares	403 722	182 424	221 298	
Descobertos - Particulares	497 123	497 123	-	
Crédito consumo	544 233	99 656	444 577	
Sector Público	-	-	-	
Total	15 105 551	13 246 327	1 859 224	

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

Segmento	31.12.2016							AKZ'000	
	Exposição total	Exposição				Crédito em incumprimento			
		Crédito em cumprimento			Dias de atraso entre 30 e 90	Crédito em incumprimento			
		Dias de atraso < 30				Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias		
	Sem indícios	Com indícios	Sub-total						
Empresas	98 848 493	22 511 556	74 080 642	96 592 198	22 230	-	2 234 065		
Empréstimos - Particulares	2 647 129	1 757 277	250 095	2 007 372	237 136	-	402 621		
Descobertos - Particulares	2 300 220	41 213	2 259 007	2 300 220	-	-	-		
Crédito consumo	2 921 999	2 047 648	204 661	2 252 309	54 464	-	615 226		
Sector Público	1 872 549	-	1 872 549	1 872 549	-	-	-		
Total	108 590 390	26 357 694	78 666 954	105 024 648	313 830	-	3 251 912		

Segmento	Imparidade total	31.12.2016				AKZ'000
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias	
Empresas	13 660 473	12 462 180	4 944	-	1 193 349	
Empréstimos - Particulares	403 722	48 362	134 062	-	221 298	
Descobertos - Particulares	497 123	497 123	-	-	-	
Crédito consumo	544 233	69 159	30 497	-	444 577	
Sector Público	-	-	-	-	-	
Total	15 105 551	13 076 824	169 503	-	1 859 224	

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

Ano de concessão	31.12.2016						AKZ'000		
	Empresas			Sector público			Crédito consumo		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2016	177	15 764 444	337 789	-	-	-	28	725 678	25 514
2015	124	11 302 726	851 484	4	-	-	33	967 527	28 402
2014	148	24 984 954	2 635 798	7	1 777 336	-	79	325 651	82 213
2013	91	15 507 659	2 473 322	5	-	-	53	207 259	101 680
2012	58	9 250 247	2 797 423	1	-	-	73	586 314	244 505
Anteriores	264	22 038 463	4 564 657	1	95 213	-	137	109 570	61 919
Total	862	98 848 493	13 660 473	18	1 872 549	-	403	2 921 999	544 233

Ano de concessão	31.12.2016						AKZ'000		
	Empréstimos - Particulares			Descobertos - Particulares					
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2016	307	920 985	154 737	1 876	916 788	208 375			
2015	182	277 474	10 071	2 823	11 138	2 531			
2014	467	404 450	29 117	6 388	65 841	15 137			
2013	246	126 578	18 380	2 826	20 882	4 747			
2012	137	105 913	7 036	2 509	88 345	21 011			
Anteriores	736	811 729	184 381	5 184	1 197 226	245 322			
Total	2 075	2 647 129	403 722	21 606	2 300 220	497 123			

O detalhe do crédito em cumprimento e do crédito em incumprimento da Carteira de Crédito por segmento é como segue:

	31.12.2016						AKZ'000	
	Empresas		Empréstimos - Particulares		Descobertos - Particulares			
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Imparidade individual	70 524 857	10 342 158	-	-	530 405	59 275		
Imparidade colectiva	6 035 178	1 885 001	1 003 709	369 774	1 728 879	437 837		
IBNR	22 288 458	1 433 314	1 643 420	33 948	40 936	11		
Total	98 848 493	13 660 473	2 647 129	403 722	2 300 220	497 123		

	31.12.2016		AKZ'000	
	Crédito consumo		Sector Público	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Imparidade individual	-	-	1 777 336	-
Imparidade colectiva	948 764	496 036	95 213	-
IBNR	1 973 235	48 197	-	-
Total	2 921 999	544 233	1 872 549	-

A Carteira de Crédito do Banco encontra-se apenas exposta a Angola.

O detalhe da Carteira de Créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

Medida aplicada	31.12.2016		AKZ'000	
	Crédito em cumprimento			
	Número de operações	Exposição	Imparidade	
Acréscimo de prazo de reembolso	75	37 496 124	5 357 833	
Alteração da periodicidade de pagamento de juros e/ou capital	33	13 526 529	2 792 241	
Introdução de período de carência de capital e/ou juros	6	2 268 978	381 384	
Capitalização de juros	2	18 238	1 047	
Outras	3	625 119	45 860	
Total	119	53 934 988	8 578 365	

Medida aplicada	31.12.2016		AKZ'000	
	Crédito em incumprimento			
	Número de operações	Exposição	Imparidade	
Acréscimo de prazo de reembolso	39	1 147 647	853 743	
Alteração da periodicidade de pagamento de juros e/ou capital	1	199 460	101 677	
Introdução de período de carência de capital e/ou juros	1	-	-	
Capitalização de juros	1	-	-	
Outras	-	-	-	
Total	42	1 347 107	955 420	

Medida aplicada	31.12.2016		AKZ'000	
	Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade	
Acréscimo de prazo de reembolso	114	38 643 771	6 211 576	
Alteração da periodicidade de pagamento de juros e/ou capital	34	13 725 989	2 893 918	
Introdução de período de carência de capital e/ou juros	7	2 268 978	381 384	
Capitalização de juros	3	18 238	1 047	
Outras	3	625 119	45 860	
Total	161	55 282 095	9 533 785	

Os movimentos de entradas e saídas na Carteira de Créditos reestruturados são como segue:

	AKZ'000	
	Número de operações	Exposição
31.12.2014	69	8 685 687
Novas marcações	36	13 722 292
Desmarcações	-	-
31.12.2015	105	22 407 979
Novas marcações	56	32 874 116
Desmarcações	-	-
31.12.2016	161	55 282 095

O Banco implementou no exercício de 2016 o modelo de imparidade pelo que a marcação de reestruturados foi efectuada para os exercícios de 2015 e 2016. Ainda não se verificou a desmarcação de reestruturados de nenhuma operação.

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à Carteira de Crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

	Ano 2016				AKZ'000
	Empresas				
	Imóveis		Outras garantias reais		
Justo valor	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	
< 50 MAOA	9	127 503	36	476 904	
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	4	296 047	5	333 394	
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	6	1 648 564	7	1 627 255	
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	3	1 632 460	6	4 492 701	
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	0	-	1	1 871 978	
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	7	19 294 182	1	2 473 841	
>= 5.000 MAOA	0	-	0	-	
Total	29	22 998 756	56	11 276 073	

	Ano 2016		AKZ'000	
	Construção e promoção imobiliária			
	Imóveis		Outras garantias reais	
Justo valor	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	0	-	7	83 278
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	1	80 112	1	50 000
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	1	497 708	3	774 526
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	0	-	3	2 259 981
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	1	1 161 318	1	1 493 123
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	0	-	2	5 885 543
>= 5.000 MAOA	2	12 683 564	0	-
Total	5	14 422 702	17	10 546 451

	Ano 2016		AKZ'000	
	Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais	
Justo valor	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	17	82 119	0	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	2	118 210	0	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	0	-	0	-
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	0	-	0	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	0	-	0	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	0	-	0	-
>= 5.000 MAOA	0	-	0	-
Total	19	200 329	0	-

O Rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

Segmento/Rácio	31.12.2016				AKZ'000
	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Empresas					
Sem garantia associada	-	-	39 534 553	1 160 323	6 546 561
< 50%	11	16	6 082 101	219 528	258 373
>= 50% e < 75%	4	12	12 784 930	165 990	2 442 368
>= 75% e <100%	2	2	5 230 349	49 523	691 813
>= 100%	12	26	13 512 510	148 478	634 884
Construção e promoção imobiliária					
Sem garantia associada	-	-	6 462 030	-	790 597
< 50%	2	3	-	199 460	101 677
>= 50% e < 75%	-	1	6 494 714	-	1 438 518
>= 75% e <100%	-	6	1 409 600	10 402	1 833
>= 100%	3	7	6 976 189	280 360	69 774
Habitação					
Sem garantia associada	-	-	698 524	-	144 382
< 50%	14	-	319 359	-	5 882
>= 50% e < 75%	3	-	60 473	-	708
>= 75% e <100%	-	-	-	-	-
>= 100%	2	-	34 204	-	-
Outros					
Sem garantia associada	-	-	3 777 662	482 840	979 808
< 50%	12	4	165 231	534 024	294 685
>= 50% e < 75%	2	9	992 384	-	16 702
>= 75% e <100%	-	2	380 148	-	2 820
>= 100%	4	73	423 517	984	91

O detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de imóvel e por antiguidade é como segue:

Tipo de imóvel	31.12.2016		AKZ'000
	Número de imóveis	Justo valor do activo	Valor líquido contabilístico
Edifícios construídos			
Comerciais	3	1 906 575	1 677 486

Tempo decorrido desde a dação/execução	31.12.2016				AKZ'000
	< 1 ano	>= 1 ano < 2,5 anos	>= 5 anos	>= 5 anos	Total
Edifícios construídos					
Comerciais	1 369 542	307 944	-	-	1 677 486

Os imóveis recebidos em dação estão registados na rubrica de Outros Activos em 2016 (em activos não correntes detidos para venda em 2015).

A divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	31.12.2016						AKZ'000
	Probabilidade de incumprimento (%)						Perda dado o incumprimento (%)
	< 30 dias sem indícios	Curado	Reestruturado	< 30 dias sem indícios	Entre 30 e 60 dias	Entre 60 e 90 dias	
Empresas	4,10%	-	-	34,82%	65,54%	80,79%	41,25%
Empréstimos - Particulares	3,94%	13,41%	36,81%	-	60,22%	90,99%	44,17%
Descobertos - Particulares	0,04%	-	-	36,20%	-	-	37,17%
Crédito consumo	8,44%	13,12%	39,83%	-	66,55%	90,79%	54,77%
Sector Público	-	-	-	-	-	-	-

Para alguns buckets não existe PD ou LGD dada a insignificância estatística foram agrupados buckets de risco semelhantes.

A perda dado o incumprimento apresentado por segmento na tabela acima é uma média ponderada das operações do segmento sendo que este factor de risco é calculado de acordo com o tempo em vencido dos Clientes.

Nota 21 - Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
		AKZ'000
Activos não correntes detidos para venda		
Imóveis e equiparados	-	8 244 115
Participações financeiras	6 892 372	-
Perdas por imparidade	(2 548 448)	-
Total	4 343 924	8 244 115

Os valores apresentados a 31.12.2015 referem-se a imóveis e equiparados recebidos em dação.

Os valores apresentados em 2016 referem-se à participação financeira no BNI Europa, S.A., cujos dados são apresentados como se segue:

Empresa	Moeda	Capital Social (em milhares)	Espécie	% Participação	Nº de acções detidas (em milhares)
BNI	EUR	34 250	Acções	92,988%	6 370

Em 31 de Dezembro de 2015 foi registada uma imparidade na participação no BNI Europa, S.A no montante de AKZ 295 663 milhares tendo presente o valor de uso apurado a essa data. A imparidade foi reforçada no exercício de 2016 no montante de AKZ 2 177 691 milhares no sentido de acompanhar o valor dos capitais próprios da subsidiária a essa data e tendo presente que a actividade continua numa fase de arranque do seu negócio.

Os movimentos ocorridos nos saldos brutos desta rubrica foram os seguintes:

	31.12.2016	AKZ'000
	Imóveis	Participações financeiras
Saldo inicial	8 244 115	-
Entradas	1 369 542	-
Vendas	(9 296 531)	-
Transferências	(1 677 486)	6 892 372
Diferenças cambiais e outras	1 360 360	-
Saldo final	-	6 892 372

	31.12.2015	AKZ'000
	Imóveis	Participações financeiras
Saldo inicial	6 748 389	-
Entradas	-	-
Vendas	-	-
Transferências	-	-
Diferenças cambiais e outras	1 495 726	-
Saldo final	8 244 115	-

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Embora o Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação, durante o exercício de 2016 o Banco alterou a classificação destes imóveis de Activos não correntes detidos para venda para Outros activos, devido ao tempo de permanência dos mesmos em carteira, na medida em que deixou de cumprir com uma das condições previstas na IFRS 5, segundo a qual a venda dos mesmos deve ser altamente provável, ou seja, deverá estar concluída até um ano a partir da data da sua classificação naquela categoria. Esta alteração justifica as transferências ocorridas no exercício de 2016, AKZ 1 677 486 milhares.

Decorrente de uma operação em que agiu como Banco Agente, o Banco BNI recebeu, no exercício de 2014, o reembolso antecipado de uma aplicação financeira no montante de USD 146 000 milhares.

O reembolso foi efectuado com a dação de imobilizado corpóreo (contabilizado a 31 de Dezembro de 2015 no montante de USD 56 000 milhares e registados em Activos não correntes detidos para venda) e saldos a receber decorrentes de contractos celebrados com uma promotora de projectos imobiliários (contabilizados a 31 de Dezembro no montante de USD 90 000 milhares e registados em Outros activos na Nota 25).

Na medida que o Banco agiu como Banco Agente da operação financeira, os activos recebidos estavam directamente relacionados com um passivo reconhecido a 31 de Dezembro de 2015, no montante de USD 146 000 milhares, na rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito.

Em 2016, foram transferidos para uma entidade não relacionada com o Banco os Activos e Passivos anteriormente referidos sem que desse desconhecimento resultasse qualquer proveito ou custo para o Banco.

Nota 22 - Activos tangíveis e intangíveis

A rubrica de Activos tangíveis, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é apresentada como segue:

	AKZ'000				
	31.12.2015	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	31.12.2016
Activo tangível					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	18 476 620	392 104	(221 847)	410 443	19 057 320
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	1 924 249	474 237	(28 917)	(410 443)	1 959 126
Total	20 400 869	866 341	(250 764)	-	21 016 446
Amortizações acumuladas					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(4 501 125)	(1 489 161)	-	504 487	(5 485 799)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Total	(4 501 125)	(1 489 161)	-	504 487	(5 485 799)
Activo tangível líquido	15 899 744	(622 820)	(250 764)	504 487	15 530 647

	AKZ'000				
	31.12.2014	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	31.12.2015
Activo tangível					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	17 476 472	1 034 489	(34 341)	-	18 476 620
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	1 407 040	999 788	(482 579)	-	1 924 249
Total	18 883 512	2 034 277	(516 920)	-	20 400 869
Amortizações acumuladas					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(3 701 727)	(807 188)	7 790	-	(4 501 125)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Total	(3 701 727)	(807 188)	7 790	-	(4 501 125)
Activo tangível líquido	15 181 785	1 227 089	(509 130)	-	15 899 744

O movimento na rubrica de Activos intangíveis a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é apresentado como se segue:

	AKZ'000	
Activo intangível bruto	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	1 674 907	1 589 052
Adições	194 829	281 610
Abates	(2 897)	(149 771)
Regularizações / Transferências	4 026	(45 984)
Saldo final	1 870 865	1 674 907
Amortizações acumuladas	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(1 551 121)	(1 376 157)
Adições	(109 985)	(460 633)
Abates	2 002	8 737
Regularizações / Transferências	-	276 932
Saldo final	(1 659 104)	(1 551 121)
Activo intangível líquido	211 761	123 786

Nota 23 - Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são apresentados no quadro seguinte:

	31.12.2016		AKZ'000
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	242 703	(74 049)	168 654
BNI Asset Management	99 998	-	99 998
BNIE	-	-	-
Total	342 701	(74 049)	268 652

	31.12.2015		AKZ'000
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	242 704	(74 049)	168 655
BNI Asset Management	-	-	-
BNIE	4 591 353	(295 664)	4 295 689
Total	4 834 057	(369 713)	4 464 344

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos para o ano de 2016 são apresentados no quadro seguinte:

Empresa	Moeda	Capital Social (em milhares)	Espécie	% Participação	N.º de Acções detidas (em milhares)
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	AOA	287 500	Acções	99,840%	2,496
BNI Asset Management	AOA	100 000	Acções	99,998%	199,996

No exercício de 2016, a participação financeira no BNIE foi transferida para Activos não correntes detidos para venda (Nota 21).

Nota 24 - Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi apurado nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 4o, da Lei nº 19 / 14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2012 a 2016. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.o do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para o exercício de 2016 e 2015, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 30%.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 são detalhados como se segue:

	AKZ'000		
	31.12.2016	Reconhecido em resultados	31.12.2015
Imparidade em participações financeiras	786 749	786 749	-
Imparidade de crédito directo	1 506 050	(699 124)	2 205 174
Imparidade de crédito por assinatura	335	(289 773)	290 108
Prejuízos fiscais reportáveis	684 076	684 076	-
Comissões diferidas de crédito	82 002	(49 419)	131 421
Comissões de crédito indirecto	47 275	(123 049)	170 324
IUC apurados antes da transição	-	-	(450 657)
Outros	663	(6 624)	7 287
Activos por impostos diferidos	3 107 150	302 836	2 353 657

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	AKZ'000			
	31.12.2016		31.12.2015	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		1 395 515		781 599
Taxa de imposto	30%		30%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(418 655)		(234 480)
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública		1 406 659		689 458
Juros de empréstimos (detentores de capital ou suprimentos)		-		-
Provisões não previstas		(724 673)		(139 114)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis		970 786		(564 140)
Prejuízos fiscais reportáveis		(1 234 117)		-
Imposto diferido		302 836		-
Excesso estimativa de imposto		32 285		-
Imposto do exercício	43%	335 121	-32%	(248 276)

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-quadro da Dívida Pública Directa (Lei nº 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial (Lei nº 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação de Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial nº 2/2014 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei nº 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.



Nota 25 - Outros activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Outros activos		
Património artístico	10 064	4 026
Direitos junto de consorciados	-	20 645
Devedores diversos	3 992 576	17 456 594
Despesas antecipadas	154 558	242 186
Imóveis	1 677 486	-
Outros	286 322	253 449
Perdas por imparidade	(296 938)	-
Total líquido	5 824 068	17 976 900

A rubrica de devedores diversos a 31 de Dezembro de 2015 inclui o saldo desreconhecido no exercício de 2016 conforme mencionado na Nota 21.

A rubrica Imóveis resulta da transferência dos imóveis recebidos em dação de operações de crédito (ver Nota 21).

A rubrica de devedores diversos inclui a 31 de Dezembro de 2016 comissões a receber resultante do protocolo celebrado entre o Banco e o Ministério das Finanças para arrecadação de receitas no montante de AKZ 956 096 milhares (31 de Dezembro de 2015: AKZ 351 449 milhares).

Nota 26 - Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O Banco não detém recursos de Bancos centrais a 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Recursos de outros Bancos		
Mercado monetário interbancário	4 139 647	22 882 939
Empréstimos	-	551 886
Obrigações no sistema de pagamentos	203 668	5 304 667
	4 343 315	28 739 492

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Inferior a 1 mês	4 343 315	27 998 029
1 a 3 meses	-	-
3 a 6 meses	-	741 463
Total	4 343 315	28 739 492

Nota 27 - Recursos de Clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica recursos de Clientes e outros empréstimos é composta, quanto à sua natureza, como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à ordem	120 874 787	107 357 595
Depósitos a prazo	106 482 982	65 597 190
Depósitos a prazo	105 933 058	65 593 377
Outros	549 924	3 813
Total	227 357 769	172 954 785

O escalonamento dos recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à ordem	120 874 787	107 357 595
Exigível a prazo		
Inferior a 1 mês	31 810 900	24 664 801
De 1 a 3 meses	19 404 025	12 929 375
De 3 a 6 meses	17 374 599	14 016 477
De 6 meses a 1 ano	21 720 021	13 829 354
De 1 a 3 anos	13 085 944	84 237
De 3 a 5 anos	2 274 958	15 493
Mais de 5 anos	812 535	57 452
Total	227 357 769	172 954 785

Nota 28 - Provisões

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Provisões apresenta os seguintes saldos:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Provisões		
Exposição extrapatrimonial	209 075	1 351 429
Outras provisões	5 699	110 146
Total	214 774	1 461 575

Os principais saldos respeitam a imparidades contabilizadas sobre exposições extrapatrimoniais (ver Nota 12).

Nota 29 - Passivos subordinados

A rubrica de passivos subordinados é composta por obrigações não perpétuas. As principais características dos passivos subordinados são apresentados como segue:

AKZ'000						
31.12.2016						
Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
Obrigações	USD	01-07-2010	2 820 327	2 862 649	6,00%	01-07-2020
Obrigações	AOA	25-11-2016	5 000 000	5 038 835	7,75%	25-11-2023
Total			7 820 327	7 901 484		

AKZ'000						
31.12.2015						
Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
Obrigações	USD	01-07-2010	6 874 002	6 874 002	6,00%	01-07-2020
Total			6 874 002	6 874 002		

O movimento ocorrido durante o exercício de 2016 e 2015, na rubrica de Outros passivos subordinados, foi o seguinte:

AKZ'000						
31.12.2016						
	Saldo em 31.12.2015	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^(a)	Saldo em 31.12.2016
Obrigações	6 874 002	5 038 835	(4 011 353)	-	-	7 901 484
Total	6 874 002	5 038 835	(4 011 353)	-	-	7 901 484

AKZ'000						
31.12.2015						
	Saldo em 31.12.2014	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^(a)	Saldo em 31.12.2015
Obrigações	5 225 440	-	-	-	1 648 562	6 874 002
Total	5 225 440	-	-	-	1 648 562	6 874 002

a) O valor de Outros movimentos diz respeito à reclassificação de saldo para a rubrica Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito.

Nota 30 - Outros passivos

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Dividendos a pagar	157 290	157 290
De natureza fiscal	207 545	126 732
De natureza cível	1 364 809	1 577 785
Pessoal, salários e remunerações	678 900	481 147
Total de outros passivos	2 408 544	2 342 954

A rubrica Natureza fiscal inclui fundamentalmente imposto de selo, imposto da aplicação de capitais e especial de operações bancárias a liquidar.

A rubrica Pessoal, salários e remunerações inclui as provisões para férias, subsídio de férias e bónus a Colaboradores.

A rubrica Outros passivos de natureza cível inclui a especialização de custos incorridos no exercício para os quais ainda não foram recebidas as facturas.

Nota 31 - Outras reservas e resultados transitados

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Saldo das rubricas para o exercício de 2016 e 2015:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Reserva legal	4 066 837	3 817 434
Resultados transitados	4 673 727	4 389 650
Efeito de alterações nas políticas contabilísticas	(6 543 394)	(6 543 394)
Total	2 197 170	1 663 690

O efeito de alterações nas políticas contabilísticas reflecte o impacto dos ajustamentos associados à adopção das normas internacionais de contabilidade com impacto no capital do Banco.

Nota 32 - Capital social, Acções próprias e Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social do Banco, no valor de AKZ 14 642 808 milhares, encontrava-se representado por 1 853 600 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes Accionistas e 146 400 acções próprios (total de 2 000 000 acções).

	31.12.2016			31.12.2015		
	%	Total acções	Capital social	%	Total acções	Capital social
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues M. Palhares	33,28%	665 600	4 873 127	33,28%	665 600	4 873 127
João Baptista de Matos	11,63%	232 600	1 702 959	11,63%	232 600	1 702 959
BGI - Societé des Brasseries et Glacieres Inter.	10,00%	200 000	1 464 281	10,00%	200 000	1 464 281
José Teodoro Garcia Boyol	5,41%	108 200	792 176	5,41%	108 200	792 176
Ivan Leite Morais	5,29%	105 800	774 605	5,29%	105 800	774 605
Óscar Tito Cardoso Fernandes	5,02%	100 400	735 069	5,02%	100 400	735 069
Arnaldo Leiro Octávio	4,32%	86 400	632 569	4,32%	86 400	632 569
Amarildo Délcio de Carvalho Viegas	4,00%	80 000	585 712	4,00%	80 000	585 712
Joaquim Manuel Nunes	3,70%	74 000	541 784	3,70%	74 000	541 784
Leonel da Rocha Pinto	3,21%	64 200	470 034	3,21%	64 200	470 034
Rui da Cruz	2,11%	42 200	308 963	2,11%	42 200	308 963
Mário de Almeida Dias	1,11%	22 200	162 535	1,11%	22 200	162 535
Manuel Arnaldo Calado	1,10%	22 000	161 071	1,10%	22 000	161 071
Accionistas Minoritários	2,50%	50 000	366 069	7,50%	150 000	1 098 210
Acções em Carteira	7,32%	146 400	1 071 854	2,32%	46 400	339 713
Total líquido	100,00%	2 000 000	14 642 808	100,00%	2 000 000	14 642 808

Durante o exercício de 2016, o Banco adquiriu acções próprias 100 000 acções próprias que representam AKZ 732 141 milhares pela não conclusão do pedido de registo dos novos adquirentes.

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Acções próprias	(1 071 854)	(339 713)
Reservas de reavaliação:		
Resultados gerados com a aquisição de acções próprias	(918 276)	(11 844)
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-

Os resultados potenciais negativos resultam de perdas registadas na aquisição das acções próprias.

As detenções de partes de capital por Membros dos órgãos de administração e fiscalização são as seguintes:

	%	Total acções	Capital social	Aquisição
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues M. Palhares	33,28%	665 600	4 873 127	Valor nominal
José Teodoro Garcia Boyol	5,41%	108 200	792 176	Valor nominal

Nota 33 - Garantias e outros compromissos

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Garantias e avales prestados	21 631 865	28 560 348
Garantias e avales recebidos	(237 358 421)	(159 719 929)
Compromissos perante terceiros	6 760 222	6 270 077
Compromissos assumidos terceiros	(58 546 031)	(47 672 184)

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os Clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à Carteira de Crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na Nota 2.3 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

O Banco presta serviços de custódia, gestão de património, gestão de investimentos e serviços de assessoria que envolvem a tomada de decisões de compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objectivos e níveis de rentabilidade para os activos sob gestão.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	AKZ'000	
	31.12.2016	31.12.2015
Valores recebidos em depósitos	(66 228 760)	(26 195 838)
Outras contas extrapatrimoniais	23 250 211	15 115 499

O Banco, no âmbito da actividade fiduciária procede à custódia de valores de Clientes.

Nota 34 - Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	AKZ'000							
	2016				2015			
	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Proveitos	Custos
Empresa subsidiárias								
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	100 220	203 994	-	11 167	97 231	202 446	-	6 418
BNI Asset Management	-	27 856	-	-	-	-	-	-
BNI E	12 736 244	9 825	34 631	72 162	7 721 244	886 990	8 551	42 889
Total	12 836 464	241 675	34 631	83 329	7 818 475	1 089 436	8 551	49 307
Empresa associadas								
EMIS - Empresa Interbancária Serviços, SARL	-	15 120	-	-	-	30 436	-	-
Total	-	15 120	-	-	-	30 436	-	-

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo, para além das acima referidas, resume-se como segue:

	AKZ'000									
	2016					2015				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Accionistas	4 613	2 171 468	-	1 597	313 495	13 964	1 937 101	-	66 518	39 904
Membros dos Órgãos Sociais	141 667	583 851	136 200	-	8 999	156 915	500 603	155 178	-	-
Subsidiárias e associadas de Accionistas	-	5 640 936	-	-	196 647	-	8 124 168	-	-	6 418
Outros	-	-	-	-	-	9 276 328	-	-	-	-
Total	146 280	8 396 255	136 200	1 597	519 141	9 447 207	10 561 872	155 178	66 518	46 322

Nota 35 - Valor contabilístico de instrumentos financeiros

É apresentado em baixo o valor contabilístico dos instrumentos financeiros activos e passivos distribuídos de acordo com a sua categoria de mensuração:

	AKZ'000				
	31.12.2016				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	28 039 766	-	-	28 039 766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	7 520 433	-	-	7 520 433
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	342 701	(74 049)	268 652
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	33 085 813	-	-	33 085 813
Crédito a Clientes	-	108 590 390	-	(15 105 551)	93 484 839
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	23 599	-	23 599
Investimentos detidos até à maturidade	-	64 721 555	-	-	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 409 973	-	-	-	2 409 973
Activos não correntes detidos para venda	-	-	6 892 372	(2 548 448)	4 343 924
Passivos					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	227 357 769	-	-	227 357 769
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	4 343 315	-	-	4 343 315
Passivos subordinados	-	7 901 484	-	-	7 901 484

	AKZ'000				
	31.12.2015				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	32 598 150	-	-	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	8 557 127	-	-	8 557 127
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	4 834 057	(369 713)	4 464 344
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	25 224 040	-	-	25 224 040
Crédito a Clientes	-	101 111 218	-	(16 754 397)	84 356 821
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	23 599	-	23 599
Investimentos detidos até à maturidade	-	26 963 233	-	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 536 473	-	-	-	1 536 473
Activos não correntes detidos para venda	-	-	8 244 115	-	8 244 115
Passivos					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	172 954 785	-	-	172 954 785
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	28 739 492	-	-	28 739 492
Passivos subordinados	-	6 874 002	-	-	6 874 002

Todos os activos reconhecidos ao justo valor são valorizados de acordo com a hierarquia de valorização de nível 2 (não existem no Banco activos reconhecidos ao justo valor na hierarquia de valorização nível 3).

Nota 36 - Ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros

O quadro em baixo apresenta os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros, nomeadamente resultante da combinação de juros pagos e recebidos, variações de justo valor e imparidade.

	31.12.2016		AKZ'000
	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos			
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	666 094	-	666 094
Crédito a Clientes	11 765 742	(4 894 897)	6 870 845
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	167 436	-	167 436
Investimentos detidos até à maturidade	4 114 791	-	4 114 791
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	(2 177 722)	(2 177 722)
Passivos			
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	(5 992 761)	(5 992 761)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(961 116)	(961 116)
Passivos subordinados	-	(328 426)	(328 426)
Total líquido	16 714 063	(14 354 922)	2 359 141

	31.12.2015		AKZ'000
	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos			
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	70 820	-	70 820
Crédito a Clientes	10 324 559	(4 894 897)	5 429 662
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	63 647	-	63 647
Investimentos detidos até à maturidade	5 693 670	-	5 693 670
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	(369 713)	(369 713)
Passivos			
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	(3 837 007)	(3 837 007)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(1 162 500)	(1 162 500)
Passivos subordinados	-	(363 168)	(363 168)
Total líquido	16 152 696	(10 627 285)	5 525 411

Nota 37 - Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço do Banco ao custo amortizado é apresentado como segue:

AKZ'000							
31.12.2016							
Justo valor de instrumentos financeiros							
	Valor contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	Registados no balanço ao custo amortizado	Total	Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	28 039 766	-	28 039 766	28 039 766	-	-	28 039 766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 520 433	-	7 520 433	7 520 433	-	-	7 520 433
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	268 652	268 652
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	33 085 813	-	33 085 813	33 085 813	-	-	33 085 813
Crédito a Clientes	93 484 839	-	93 484 839	93 484 839	-	-	93 484 839
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	23 599	23 599
Investimentos detidos até à maturidade	64 721 555	-	63 246 874	63 246 874	1 474 681	-	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 409 973	2 409 973	-	2 409 973	-	-	2 409 973
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	4 343 924	4 343 924
Passivos							
Recursos de Clientes e outros empréstimos	227 357 769	-	227 357 769	227 357 769	-	-	227 357 769
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 343 315	-	4 343 315	4 343 315	-	-	4 343 315
Passivos subordinados	7 901 484	-	7 901 484	7 901 484	-	-	7 901 484
AKZ'000							
31.12.2015							
Justo valor de instrumentos financeiros							
	Valor contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	Registados no balanço ao custo amortizado	Total	Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 598 150	-	32 598 150	32 598 150	-	-	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 557 127	-	8 557 127	8 557 127	-	-	8 557 127
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	4 464 344	4 464 344
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	25 224 040	-	25 224 040	25 224 040	-	-	25 224 040
Crédito a Clientes	84 356 821	-	84 356 821	84 356 821	-	-	84 356 821
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	23 599	23 599
Investimentos detidos até à maturidade	26 963 233	-	26 080 461	26 080 461	882 772	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 536 473	1 536 473	-	1 536 473	-	-	1 536 473
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	8 244 115	8 244 115
Passivos							
Recursos de Clientes e outros empréstimos	172 954 785	-	172 954 785	172 954 785	-	-	172 954 785
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	28 739 492	-	28 739 492	28 739 492	-	-	28 739 492
Passivos subordinados	6 874 002	-	6 874 002	6 874 002	-	-	6 874 002

A 31 de Dezembro de 2015 estavam classificados em activos não correntes detidos para venda imóveis recebidos em dação / saldos a receber da operação explicada na nota 21, que por não se qualificarem como instrumentos financeiros essa rubrica não se encontra apresentada para esse ano.

Durante o exercício de 2016 houve a transferência da participação financeira do BNIE para activos não correntes detidos para venda sendo este o saldo apresentado nesta rubrica no quadro acima.

Todos os activos reconhecidos ao justo valor são valorizados de acordo com a hierarquia de valorização de nível 2 (não existem no Banco activos reconhecidos ao justo valor na hierarquia de valorização nível 3).

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade;

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

A hierarquia de justo valor dos activos valorizados ao custo amortizado é a seguinte:

AKZ'000				
31.12.2016				
Hierarquia de valorização				
Activos e passivos ao custo amortizado	Justo valor	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	28 039 766	-	28 039 766	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 520 433	-	7 520 433	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	33 085 813	-	33 085 813	-
Crédito a Clientes	93 484 839	-	-	93 484 839
Investimentos detidos até à maturidade	63 246 874	-	63 246 874	-
Passivos				
Recursos de Clientes e outros empréstimos	227 357 769	-	227 357 769	-
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 343 315	-	4 343 315	-
Passivos subordinados	7 901 484	-	7 901 484	-

AKZ'000				
31.12.2015				
Hierarquia de valorização				
Activos e passivos ao custo amortizado	Justo valor	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 598 150	-	32 598 150	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 557 127	-	8 557 127	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	25 224 040	-	25 224 040	-
Crédito a Clientes	84 356 821	-	-	84 356 821
Investimentos detidos até à maturidade	26 080 461	-	26 080 461	-
Passivos				
Recursos de Clientes e outros empréstimos	172 954 785	-	172 954 785	-
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	28 739 492	-	28 739 492	-
Passivos subordinados	6 874 002	-	6 874 002	-

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfólio.

Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais do Banco.

Nota 38 - Gestão de riscos da actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez, imobiliário e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Crédito - O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado - O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez - O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Imobiliário - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital do Banco, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

Operacional - Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

Como elemento basilar para o sucesso da actividade, o Banco considera fundamental a implementação e preservação de uma adequada gestão do risco, que se deverá materializar na definição do apetite ao risco do Banco e na implementação de estratégias e políticas que visam atingir os seus objectivos tendo em conta o apetite ao risco definido garantindo que o mesmo se mantém dentro de limites predefinidos e que é sujeito a uma supervisão adequada e contínua.

O Conselho de Administração do Banco BNI é responsável pela aprovação do apetite ao risco, política global de risco e políticas específicas para os riscos significativos. Inclui-se neste âmbito a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do risco do Banco assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação de capital aos diferentes riscos e linhas de negócio.

O Conselho de Administração através do Comité de Gestão de Risco assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão eficazes em todas as áreas do Banco.

O Comité de Gestão de Risco é responsável por acompanhar periodicamente os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade.

A função de gestão de risco é desempenhada pelo Gabinete de Gestão de Risco cujo responsável é o *"Risk Officer"*. É responsável pela monitorização e reporte da situação de risco do Banco, nomeadamente: estabelecer e promover políticas, procedimentos, metodologias e ferramentas de gestão de risco; monitorizar a tomada de risco das unidades operacionais e promover a importância do controlo ao nível da primeira linha de defesa assegurada pelas unidades operacionais; recolher informação relevante junto das unidades operacionais de modo a controlar regularmente as métricas do apetite ao risco; produzir de forma automática (sempre que possível) relatórios de apetite ao risco.

O Gabinete de Compliance, responsável pela função de compliance, abrange todas as áreas, processos e actividades das empresas que constituem o Banco e tem como missão contribuir para a prevenção e a mitigação dos "riscos de compliance", que se traduzem no risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas bancárias, promovendo o respeito do Banco BNI e dos seus Colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas do Banco.

As funções de risco e compliance reportam funcionalmente a um administrador executivo que não acumula pelouros de unidades operacionais e hierarquicamente ao Conselho de Administração através dos Comités constituídos por administradores não executivos em que participam.

No decorrer do exercício de 2016, o Banco Nacional de Angola tem vindo a emitir um conjunto de Avisos e Instrutivos com especial enfoque na gestão e reporte de risco por parte das Instituições Financeiras. O Banco encontra-se em fase de implementação dos mesmos no sentido de proceder ao reporte dentro dos prazos legalmente aplicáveis.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da Carteira de Crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para as carteiras de Clientes Particulares e Negócios e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de scoring relativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre Clientes e não Clientes (ou Clientes recentes).

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção e o terceiro sector dos restantes sectores de actividade, enquanto que para Clientes Empresários em nome individual (ENI) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

	AKZ'000		
	31.12.2016		
	Valor contabilístico	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 520 433	-	7 520 433
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	33 085 813	-	33 085 813
Crédito a Clientes	108 590 390	(15 105 551)	93 484 839
Investimentos detidos até à maturidade	64 721 555	-	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 409 973	-	2 409 973
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas	21 631 865	(209 075)	21 422 790
Compromissos assumidos perante terceiros	6 760 222	-	6 760 222

	AKZ'000		
	31.12.2015		
	Valor contabilístico	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 557 127	-	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	25 224 040	-	25 224 040
Crédito a Clientes	101 111 218	(16 754 397)	84 356 821
Investimentos detidos até à maturidade	26 963 233	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 536 473	-	1 536 473
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas	28 560 348	(1 351 429)	27 208 919
Compromissos assumidos perante terceiros	6 270 077	-	6 270 077

AKZ'000

	31.12.2016						
	Vincendo	Vencido	Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	Imparidade/exposição total
Comércio a grosso e a retalho	23 870 030	259 386	2 896 831	27 026 247	21%	1 525 102	6%
Prestação de serviços	16 733 170	166 077	616 510	17 515 757	13%	3 481 496	20%
Imobiliário	12 460 848	2 763 865	-	15 224 713	12%	1 727 950	11%
Construção	6 122 905	486 236	4 571 292	11 180 433	9%	775 305	7%
Transporte, armazenagem e comunicação	10 414 874	144 286	-	10 559 160	8%	1 224 425	12%
Alojamento e restauração	607 111	-	4 145 166	4 752 277	4%	60 831	1%
Agricultura e pastorícia	3 378 296	487 049	450 957	4 316 302	3%	849 987	20%
Extração e preparação minérios	4 042 584	-	-	4 042 584	3%	978 124	24%
Instituições bancárias e intermediação monetária	3 323 995	-	-	3 323 995	3%	382 816	12%
Indústria transformadora	2 406 879	474 940	-	2 881 819	2%	416 333	14%
Telecomunicações	2 373 767	-	-	2 373 767	2%	482 486	20%
Órgãos públicos	1 157 284	15 768	7 909	1 180 961	1%	96 134	8%
Outros sectores	8 884 831	152 125	8 943 200	17 980 156	14%	1 849 984	10%
Particulares	6 554 992	1 309 092	-	7 864 084	6%	1 463 682	19%
Habitação	880 256	232 529	-	1 112 785	1%	150 973	14%
Outros fins	5 674 736	1 076 563	-	6 751 299	5%	1 312 709	19%
Total	102 331 566	6 258 824	21 631 865	130 222 255	100%	15 314 655	12%

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros titulados mantém a sua posição predominantemente em obrigações soberana da República de Angola.

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

AKZ'000

	31.12.2016				
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	28 039 766	-	-	-	28 039 766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	349 837	1 834 937	5 225 341	110 318	7 520 433
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	17 213 191	4 754 487	9 126 542	1 991 593	33 085 813
Crédito a Clientes	108 590 390	-	-	-	108 590 390
Investimentos detidos até à maturidade	64 721 555	-	-	-	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 409 973	-	-	-	2 409 973

AKZ'000

	31.12.2015				
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 598 150	-	-	-	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172 034	6 614 655	1 758 745	11 693	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8 000 998	9 825 989	5 496 094	1 900 959	25 224 040
Crédito a Clientes	101 111 218	-	-	-	101 111 218
Investimentos detidos até à maturidade	26 963 233	-	-	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 536 473	-	-	-	1 536 473

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, que permitam redução directa do valor da posição. São ainda consideradas tanto as garantias de protecção pessoal com efeito de substituição na posição em risco.

Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do estado angolano entre outras similares.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, as avaliações dos bens são realizadas por avaliadores independentes ou por unidade de estrutura da própria Instituição, independente da área comercial. A reavaliação dos bens é efectuada pela realização de avaliações no local, por técnico avaliador, de acordo com as melhores práticas adoptadas no mercado.

O Modelo de cálculo das perdas por imparidade da Carteira de Crédito do Banco encontra-se em produção desde 2016, regendo-se pelos princípios gerais definidos na IAS 39, bem como pelas orientações e iterações de implementação das IAS/ IFRS junto do Banco Nacional de Angola, por forma a alinhar o processo de cálculo com as melhores práticas internacionais.

O modelo de imparidade do Banco começa por segmentar os Clientes da Carteira de Crédito em grupos distintos, consoante a existência de sinais de imparidade (que contemplam informação interna e externa) e a dimensão do conjunto de exposições de cada grupo económico/ cliente:

- Individualmente Significativos: são sujeitos a análise individual Clientes ou Grupos Económicos que preencham, pelo menos, um dos seguintes requisitos:
- Populações Homogéneas com sinais de imparidade: Clientes ou Grupos Económicos que não preenchem os critérios para serem Individualmente Significativos e que apresentam pelo menos um sinal de imparidade.
- Populações Homogéneas sem sinais de imparidade: Clientes ou Grupos Económicos que não preenchem os critérios para serem Individualmente Significativos e que não apresentam nenhum sinal de imparidade.

Consoante o grupo em que sejam classificados os Clientes, as operações são tratadas através de Análise em Base Individual, ou de Análise em Base Colectiva.

Para cada um dos Clientes/créditos activos são verificados um conjunto de sinais de imparidade, que contemplam informação interna e externa que, por sua vez, agravam os valores de imparidade na medida em que representam um agravamento do risco de incumprimento.

De referir que o crédito reestruturado é um sinal de imparidade pelo que a Carteira de Créditos marcados como reestruturados está incluída nos créditos com sinais de imparidade.

No grupo das populações homogéneas, as exposições dos Clientes estão sujeitas a análise em base colectiva. O cálculo do valor da imparidade para os créditos dos Clientes pertencentes às populações homogéneas resulta do produto da exposição EAD (deduzida de colaterais financeiros sem risco) pelos seguintes parâmetros de risco:

- PD (probabilidade de incumprimento): corresponde a estimativas internas de incumprimento, baseadas nas classificações de risco associadas às operações/Clientes, segmento e respectivos sinais de imparidade/estados do crédito (caso existam). Caso o crédito se encontre em situação de default ou cross-default, a PD corresponde a 100%;
- LGD (perda em caso de incumprimento): corresponde a estimativas internas de perda, que variam consoante o segmento, se tem ou não garantia real, LTV (Loan-to-Value) e antiguidade do default, tendo por base a experiência histórica de recuperação de créditos que entraram em incumprimento.

No grupo dos Clientes individualmente significativos, as exposições dos Clientes estão sujeitas a análise em base individual. Esta análise incide sobre a qualidade creditícia do devedor, bem como sobre as expectativas de recuperação de crédito, atendendo designadamente aos colaterais e garantias existentes.

O valor de imparidade para os Clientes Individualmente Significativos é apurado através do método de *discounted cash-flows*, ou seja, o valor de imparidade corresponde à diferença entre o valor do crédito e o somatório dos *cash-flows* esperados relativos às diversas operações do cliente, actualizados segundo as taxas de juro de cada operação.

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (*rating*). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições detidas para negociação e em disponíveis para venda.

O Banco mantém ainda o cumprimento do Aviso n.º 08/2016 de 16 de Maio referente ao Risco de Taxa de juro na carteira bancária (instrumentos financeiros não detidos na carteira de negociação).

A carteira de investimento está totalmente concentrada em obrigações do Tesouro Nacionais.

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada por análise de sensibilidade ao risco.

Com base nas características financeiras de cada contracto, é feita a respectiva projecção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e eventuais pressupostos comportamentais considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação.

No seguimento das recomendações da Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia definida no instrutivo.

Os activos e passivos do Banco são decompostos por tipo de taxa à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 como segue:

	AKZ'000				
	31.12.2016				
	Exposição à		Não sujeito a risco de		Total
Taxa fixa	Taxa variável	taxa de juro	Derivados		
Activos	40 489 405	185 706 774	22 539 274	-	248 735 453
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	25 160 643	2 879 123	-	28 039 766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	7 520 433	-	7 520 433
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	30 261 679	2 824 134	-	-	33 085 813
Crédito a Clientes	-	108 590 390	-	-	108 590 390
Investimentos detidos até à maturidade	10 227 726	46 721 634	7 772 195	-	64 721 555
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	23 599	-	23 599
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 409 973	-	-	2 409 973
Activos não correntes detidos para venda	-	-	4 343 924	-	4 343 924
Passivos	-	(239 398 952)	(203 616)	-	(239 602 568)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	(227 357 769)	-	-	(227 357 769)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(4 139 699)	(203 616)	-	(4 343 315)
Passivos subordinados	-	(7 901 484)	-	-	(7 901 484)
Total	40 489 405	(53 692 178)	22 335 658	-	9 132 885

	AKZ'000				
	31.12.2015				
	Exposição à		Não sujeito a risco de		Total
Taxa fixa	Taxa variável	taxa de juro	Derivados		
Activos	23 240 265	155 277 792	25 739 898	-	204 257 955
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	29 361 035	3 237 115	-	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	8 557 127	-	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	18 437 765	6 786 275	-	-	25 224 040
Crédito a Clientes	-	101 111 218	-	-	101 111 218
Investimentos detidos até à maturidade	4 802 500	16 482 791	5 677 942	-	26 963 233
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	23 599	-	23 599
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 536 473	-	-	1 536 473
Activos não correntes detidos para venda	-	-	8 244 115	-	8 244 115
Passivos	(889 327)	(202 485 611)	(5 193 341)	-	(208 568 279)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	(172 954 785)	-	-	(172 954 785)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(889 327)	(22 656 824)	(5 193 341)	-	(28 739 492)
Passivos subordinados	-	(6 874 002)	-	-	(6 874 002)
Total	(889 327)	(202 485 611)	3 050 774	-	(200 324 164)

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	31.12.2016								
	Até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	82 068 804	13 727 100	6 535 514	32 245 104	34 462 758	27 673 666	44 732 389	2 922 595	244 367 930
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	28 039 766	-	-	-	-	-	-	-	28 039 766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 422 199	-	-	-	-	-	-	98 234	7 520 433
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	20 832 015	5 172 897	3 128 325	1 128 442	-	-	-	2 824 134	33 085 813
Crédito a Clientes	18 243 928	2 881 649	343 814	28 954 372	4 443 826	19 709 348	34 013 453	-	108 590 390
Investimentos detidos até à maturidade	7 530 896	5 672 554	2 292 865	2 162 290	29 351 317	6 992 470	10 718 936	227	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	770 510	-	667 615	971 848	-	-	2 409 973
Passivos	(153 776 715)	(19 356 078)	(17 331 666)	(21 367 594)	(13 053 608)	(10 170 820)	(810 527)	(3 735 560)	(239 602 568)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(152 607 150)	(19 356 078)	(17 331 666)	(21 367 594)	(13 053 608)	(2 269 336)	(810 527)	(561 810)	(227 357 769)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(1 169 565)	-	-	-	-	-	-	(3 173 750)	(4 343 315)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	(7 901 484)	-	-	(7 901 484)
Exposição líquida	(71 707 911)	(5 628 978)	(10 796 152)	10 877 510	21 409 150	17 502 846	43 921 862	(812 965)	4 765 362

	31.12.2015								
	Até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	64 207 961	15 977 303	15 970 117	21 366 428	23 787 804	22 732 006	25 162 347	6 786 275	195 990 241
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 598 150	-	-	-	-	-	-	-	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 557 127	-	-	-	-	-	-	-	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	9 801 067	3 953 695	3 263 731	1 419 272	-	-	-	6 786 275	25 224 040
Crédito a Clientes	12 273 593	8 485 570	8 249 837	13 810 600	14 441 390	20 052 337	23 797 891	-	101 111 218
Investimentos detidos até à maturidade	978 024	3 538 038	4 456 549	6 136 556	8 602 633	1 886 977	1 364 456	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	743 781	792 692	-	-	1 536 473
Passivos	(124 258 364)	(14 525 431)	(23 788 083)	(18 865 832)	(84 223)	(5 200 181)	(57 443)	(21 788 722)	(208 568 279)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(116 359 746)	(14 525 431)	(23 046 620)	(18 865 832)	(84 223)	(15 490)	(57 443)	-	(172 954 785)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(6 621 991)	-	(741 463)	-	-	-	-	(21 376 038)	(28 739 492)
Passivos subordinados	(1 276 627)	-	-	-	-	(5 184 691)	-	(412 684)	(6 874 002)
Exposição líquida	(60 050 403)	1 451 872	(7 817 966)	2 500 596	23 703 581	17 531 825	25 104 904	(15 002 447)	(12 578 038)

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros a variações de taxa de juro são como segue:

AKZ'000

	31.12.2016					
	-2%	-1%	-0,50%	0,50%	1%	2%
Activos	(4 887 359)	(2 443 679)	(1 221 840)	1 221 840	2 443 679	4 887 359
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(560 795)	(280 398)	(140 199)	140 199	280 398	560 795
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(150 409)	(75 204)	(37 602)	37 602	75 204	150 409
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(661 716)	(330 858)	(165 429)	165 429	330 858	661 716
Crédito a Clientes	(2 171 808)	(1 085 904)	(542 952)	542 952	1 085 904	2 171 808
Investimentos detidos até à maturidade	(1 294 431)	(647 216)	(323 608)	323 608	647 216	1 294 431
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(48 199)	(24 100)	(12 050)	12 050	24 100	48 199
Passivos	4 792 051	2 396 026	1 198 013	(1 198 013)	(2 396 026)	(4 792 051)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	4 547 155	2 273 578	1 136 789	(1 136 789)	(2 273 578)	(4 547 155)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	86 866	43 433	21 717	(21 717)	(43 433)	(86 866)
Passivos subordinados	158 030	79 015	39 507	(39 507)	(79 015)	(158 030)
Impacto Líquido	(95 307)	(47 654)	(23 827)	23 827	47 654	95 307

AKZ'000

	31.12.2015					
	-2%	-1%	-0,50%	0,50%	1%	2%
Activos	(3 919 805)	(1 959 902)	(979 951)	979 951	1 959 902	3 919 805
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(651 963)	(325 982)	(162 991)	162 991	325 982	651 963
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(171 143)	(85 571)	(42 786)	42 786	85 571	171 143
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(504 481)	(252 240)	(126 120)	126 120	252 240	504 481
Crédito a Clientes	(2 022 224)	(1 011 112)	(505 556)	505 556	1 011 112	2 022 224
Investimentos detidos até à maturidade	(539 265)	(269 632)	(134 816)	134 816	269 632	539 265
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(30 729)	(15 365)	(7 682)	7 682	15 365	30 729
Passivos	4 171 366	2 085 683	1 042 841	(1 042 841)	(2 085 683)	(4 171 366)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	3 459 096	1 729 548	864 774	(864 774)	(1 729 548)	(3 459 096)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	574 790	287 395	143 697	(143 697)	(287 395)	(574 790)
Passivos subordinados	137 480	68 740	34 370	(34 370)	(68 740)	(137 480)
Impacto Líquido	251 561	125 780	62 890	(62 890)	(125 780)	(251 561)

Nos termos do Artigo 6º do Aviso nº 08/2016 de 16 de Maio, o Banco deverá informar o Banco Nacional de Angola sempre que se verifique uma redução potencial do valor económico igual na sua carteira bancária ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares. No decorrer dos exercícios de 2016 e 2015, o Banco cumpriu com este requisito.

A repartição dos instrumentos financeiros activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por moeda, é apresentada i) não considerando os instrumentos financeiros indexados a moeda estrangeira e ii) considerando os instrumentos financeiros indexados a moeda estrangeira.

i) Exposição não considerado o efeito da indexação:

	AKZ'000				
	31.12.2016				
	AOA	USD	EUR	Outras Moedas	Total
Activos	190 463 128	41 817 025	12 172 103	84 532	244 536 788
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25 649 919	2 033 255	381 816	74 775	28 139 765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	349 837	345 066	6 815 773	9 757	7 520 433
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	17 213 191	11 816 447	4 043 439	-	33 073 077
Crédito a Clientes	87 134 298	20 606 612	931 075	-	108 671 985
Investimentos detidos até à maturidade	57 705 910	7 015 645	-	-	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 409 973	-	-	-	2 409 973
Passivos	(178 493 485)	(48 851 918)	(12 022 955)	(9 764)	(239 378 122)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(173 468 562)	(45 988 217)	(7 894 165)	(6 825)	(227 357 769)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	13 912	(1 052)	(4 128 790)	(2 939)	(4 118 869)
Passivos subordinados	(5 038 835)	(2 862 649)	-	-	(7 901 484)
Total	11 969 643	(7 034 893)	149 148	74 768	5 158 666

	AKZ'000				
	31.12.2015				
	AOA	USD	EUR	Outras Moedas	Total
Activos	141 988 430	48 677 202	5 292 849	138 181	196 096 662
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25 571 416	6 673 251	250 793	102 690	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172 035	7 200 034	1 149 567	35 491	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8 000 998	13 332 184	3 890 858	-	25 224 040
Crédito a Clientes	80 700 854	20 515 154	1 631	-	101 217 639
Investimentos detidos até à maturidade	26 006 654	956 579	-	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 536 473	-	-	-	1 536 473
Passivos	(127 120 015)	(73 949 979)	(7 288 879)	(6 957)	(208 365 830)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(121 812 638)	(46 941 609)	(4 193 581)	(6 957)	(172 954 785)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(5 307 377)	(20 134 368)	(3 095 298)	-	(28 537 043)
Passivos subordinados	-	(6 874 002)	-	-	(6 874 002)
Total	14 868 415	(25 272 777)	(1 996 030)	131 224	(12 269 168)

ii) Exposição considerado o efeito da indexação:

	AKZ'000				
	31.12.2016				
	AOA	USD	EUR	Outras Moedas	Total
Activos	141 349 624	90 930 529	12 172 103	84 532	244 536 788
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25 649 919	2 033 255	381 816	74 775	28 139 765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	349 837	345 066	6 815 773	9 757	7 520 433
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	17 213 191	11 816 447	4 043 439	-	33 073 077
Crédito a Clientes	87 134 298	20 606 612	931 075	-	108 671 985
Investimentos detidos até à maturidade	10 984 451	53 737 104	-	-	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	17 928	2 392 045	-	-	2 409 973
Passivos	(159 706 255)	(67 639 148)	(12 022 955)	(9 764)	(239 378 122)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(154 681 332)	(64 775 447)	(7 894 165)	(6 825)	(227 357 769)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	13 912	(1 052)	(4 128 790)	(2 939)	(4 118 869)
Passivos subordinados	(5 038 835)	(2 862 649)	-	-	(7 901 484)
Total	(18 356 631)	23 291 381	149 148	74 768	5 158 666

	AKZ'000				
	31.12.2015				
	AOA	USD	EUR	Outras Moedas	Total
Activos	123 969 166	66 696 466	5 292 849	138 181	196 096 662
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25 571 416	6 673 251	250 793	102 690	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172 035	7 200 034	1 149 567	35 491	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8 000 998	13 332 184	3 890 858	-	25 224 040
Crédito a Clientes	80 700 854	20 515 154	1 631	-	101 217 639
Investimentos detidos até à maturidade	9 523 863	17 439 370	-	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 536 473	-	-	1 536 473
Passivos	(127 120 015)	(73 949 979)	(7 288 879)	(6 957)	(208 365 830)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(121 812 638)	(46 941 609)	(4 193 581)	(6 957)	(172 954 785)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(5 307 377)	(20 134 368)	(3 095 298)	-	(28 537 043)
Passivos subordinados	-	(6 874 002)	-	-	(6 874 002)
Total	(3 150 849)	(7 253 513)	(1 996 030)	131 224	(12 269 168)

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é apresentada, igualmente, para a i) exposição não considerando os instrumentos financeiros indexados a moeda estrangeira e ii) considerando os instrumentos financeiros indexados a moeda estrangeira. A análise de sensibilidade expressa o impacto no valor patrimonial dos instrumentos financeiros da variação do valor da moeda estrangeira face ao kwana.

i) Variação do valor patrimonial dos instrumentos financeiros não considerado o efeito da indexação:

Moedas	AKZ'000					
	31.12.2016					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
USD	1 406 979	703 489	351 745	(351 745)	(703 489)	(1 406 979)
EUR	(29 830)	(14 915)	(7 457)	7 457	14 915	29 830
Outras moedas	(14 954)	(7 477)	(3 738)	3 738	7 477	14 954
Total	1 362 195	681 098	340 549	(340 549)	681 098	(1 362 195)

Moedas	AKZ'000					
	31.12.2015					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
USD	5 054 555	2 527 278	1 263 639	(1 263 639)	(2 527 278)	(5 054 555)
EUR	399 206	199 603	99 802	(99 802)	(199 603)	(399 206)
Outras moedas	(26 245)	(13 122)	(6 561)	6 561	13 122	26 245
Total	5 427 517	2 713 759	1 356 880	1 356 880	(2 713 759)	(5 427 517)

ii) Variação do valor patrimonial dos instrumentos financeiros considerando o efeito da indexação:

Moedas	AKZ'000					
	31.12.2016					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
USD	(4 658 276)	(2 329 138)	(1 164 569)	1 164 569	2 329 138	4 658 276
EUR	(29 830)	(14 915)	(7 457)	7 457	14 915	29 830
Outras moedas	(14 954)	(7 477)	(3 738)	3 738	7 477	14 954
Total	(4 703 059)	(2 351 530)	(1 175 765)	1 175 765	2 351 530	4 703 059

Moedas	AKZ'000					
	31.12.2015					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
USD	1 450 703	725 351	362 676	(362 676)	(725 351)	(1 450 703)
EUR	399 206	199 603	99 802	(99 802)	(199 603)	(399 206)
Outras moedas	(26 245)	(13 122)	(6 561)	6 561	13 122	26 245
Total	1 823 664	911 833	455 917	(455 917)	(911 833)	(1 823 663)

O resultado do stress test apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios, incluindo interesses minoritários, devido a uma valorização de 20% no câmbio de cada moeda contra o Kwana.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, nomeadamente, limites de exposição.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão em sede de comité ALCO.

A evolução da situação de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco. Aos valores apurados é adicionada a posição de liquidez do dia de análise e o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na Carteira de Títulos descomprometidos, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola (Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o gap de liquidez do balanço do Banco apresentava a seguinte estrutura:

	AKZ'000									
	31.12.2016 Exposição à									
	A vista	até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	54 237 064	27 831 740	13 727 100	6 535 513	32 245 104	34 462 758	27 673 667	44 732 389	2 922 595	244 367 930
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	28 039 766	-	-	-	-	-	-	-	-	28 039 766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 422 199	-	-	-	-	-	-	-	98 234	7 520 433
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	20 832 015	5 172 897	3 128 325	1 128 442	-	-	-	2 824 134	33 085 813
Crédito a Clientes	18 236 762	7 166	2 881 649	343 814	28 954 372	4 443 826	19 709 348	34 013 453	-	108 590 390
Investimentos detidos até à maturidade	538 337	6 992 559	5 672 554	2 292 865	2 162 290	29 351 317	6 992 470	10 718 936	227	64 721 555
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	770 509	-	667 615	971 849	-	-	2 409 973
Passivos	(122 209 220)	(31 567 495)	(19 356 078)	(17 331 666)	(21 367 594)	(13 053 608)	(10 170 820)	(810 527)	(3 735 560)	(239 602 568)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(121 039 655)	(31 567 495)	(19 356 078)	(17 331 666)	(21 367 594)	(13 053 608)	(2 269 336)	(810 527)	(561 810)	(227 357 769)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(1 169 565)	-	-	-	-	-	-	-	(3 173 750)	(4 343 315)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	(7 901 484)	-	-	(7 901 484)
GAP	(67 972 156)	(3 735 755)	(5 628 978)	(10 796 153)	10 877 510	21 409 150	17 502 847	43 921 862	(812 965)	4 765 362
GAP Acumulado	(67 972 156)	(71 707 911)	(77 336 889)	(88 133 042)	(77 255 532)	(55 846 382)	(38 343 535)	5 578 327	4 765 362	9 530 724

AKZ'000

	31.12.2015									
	Exposição à									
	A vista	até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	53 428 870	10 779 273	15 977 121	15 970 117	21 366 428	23 787 804	22 732 006	25 162 347	6 786 275	195 990 241
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 598 150	-	-	-	-	-	-	-	-	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 557 127	-	-	-	-	-	-	-	-	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	9 801 067	3 953 695	3 263 731	1 419 272	-	-	-	6 786 275	25 224 040
Crédito a Clientes	12 273 593	-	8 485 570	8 249 837	13 810 600	14 441 390	20 052 337	23 797 891	-	101 111 218
Investimentos detidos até à maturidade	-	978 206	3 537 856	4 456 549	6 136 556	8 602 633	1 886 977	1 364 456	-	26 963 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	743 781	792 692	-	-	1 536 473
Passivos	(97 484 872)	(26 773 492)	(14 525 431)	(23 788 083)	(18 865 832)	(84 223)	(5 200 181)	(57 443)	(21 788 722)	(208 568 279)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(89 734 119)	(26 625 627)	(14 525 431)	(23 046 620)	(18 865 832)	(84 223)	(15 490)	(57 443)	-	(172 954 785)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(6 474 126)	(147 865)	-	(741 463)	-	-	-	-	(21 376 038)	(28 739 492)
Passivos subordinados	(1 276 627)	-	-	-	-	-	(5 184 691)	-	(412 684)	(6 874 002)
GAP	(44 056 002)	(15 994 219)	1 451 690	(7 817 966)	2 500 596	23 703 581	17 531 825	25 104 904	(15 002 447)	(12 578 038)
GAP Acumulado	(44 056 002)	(60 050 221)	(58 598 531)	(66 416 497)	(63 915 901)	(40 212 320)	(22 680 495)	2 424 409	(12 578 038)	(25 156 076)

De referir que o Banco dispõe do montante de AKZ 39 475 milhões respeitante a títulos de Dívida Pública Angolana onerados e que poderão ser dados em colateral para efeitos de obtenção de liquidez.

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis (quer provenientes de processos de recuperação de crédito, quer propriedades de investimento), bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na Carteira de Títulos.

Estas exposições são acompanhadas regularmente e são realizadas análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

A Direcção de Risco do Banco exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Banco que é suportada pela existência de Interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional no Banco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o Aviso nº 05/2007 de 12 de Setembro, Instrutivo nº 03/2011 de 08 de Junho, o Aviso nº 2/2015 de 26 de Janeiro e Aviso nº10/2014 de 05 de Dezembro.

As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo o Rácio de Solvabilidade Regulamentar mínimo de 10%.

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Base - compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) Reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, e (v) resultado líquido do exercício.

2. Fundos Próprios Complementares - compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.

3. Deduções - Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) valor das participações; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso 08/2007 de 12 de Setembro estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

		31.12.2016	31.12.2015
AKZ'000			
Activos ponderados pelo risco			
Com factor 0%		-	-
Com factor 20%		3 467 069	1 600 739
Com factor 30%		6 912 965	7 682 466
Com factor 50%		173 569	131 878
Com factor 60%		1 073 627	3 195 183
Com factor 100%		123 210 814	99 646 436
Com factor 130%		33 567 110	57 269 434
Garantias Recebidas		(16 566 452)	(19 823 457)
Total de Activos Ponderados pelo Risco	A	151 838 703	149 702 678
Risco de câmbio e ouro	B	4 854 053	2 391 599
Total	C = A + B	156 692 756	152 094 277
Fundos Próprios			
Base	D	17 018 348	11 875 129
Complementares	E	5 862 049	5 499 201
	F = D + E	22 880 397	17 374 330
Excesso de Risco de Crédito	G	-	-
Fundos Próprios Regulamentares	H = F + G	22 880 397	17 374 330
Rácio de Solvabilidade	K = I + J	11,4%	10,2%

O Banco obteve autorização do regulador para não abater aos fundos próprios regulamentares a participação financeiras no BNIE pelo facto desta participação estar na rubrica de activos financeiros não correntes detidos para venda e ter sido registada imparidade pelo menor entre o justo valor e o valor contabilístico, em conformidade com o disposto na IFRS 5.

Nota 39 - Impactos da transição para as IFRS**Principais impactos da transição para as IFRS em 1 de Janeiro de 2016**

A entrada em vigor das IFRS, em 1 de Janeiro de 2016, conforme previsto no Aviso n.º 6/16, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, tornou necessária a introdução de ajustamentos decorrentes da aplicação dos novos princípios contabilísticos, que determinam alterações aos valores de Balanço, Capital Próprio e dos Resultados Líquidos do exercício de 2015, preparados de acordo com as anteriores normas de contabilidade estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras ("CONTIF").

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais individuais do Banco preparadas de acordo com as IFRS tendo sido cumprido o disposto na IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2015. A reconciliação do Resultado Líquido e do Capital Próprio de 2015, de acordo como o CONTIF e as IFRS, conforme o definido na IFRS 1.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais na data de transição, o Banco decidiu optar por algumas das excepções permitidas na IFRS 1 apresentadas como segue:

(i) Desreconhecimento de activos financeiros

De acordo com a opção da IFRS 1, Banco decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento da IAS 39 apenas para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2015. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as normas contabilísticas anteriormente aplicadas, não foram reexpressos no balanço.

(ii) Valorização dos activos fixos tangíveis

O Banco decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2015, o valor de balanço determinado em conformidade com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas pelo Banco. Com excepção das situações referidas acima, o Banco adoptou retrospectivamente as restantes IFRS.

Uma explicação de como a transição para os IAS/IFRS afectou a posição financeira do Banco é apresentada de seguida.



AKZ'000

Descrição IAS/IFRS	CONTIF 31-12-2015	Ajustamentos de transição	Reclassificações	IAS/IFRS 31-12-2015
Juros e rendimentos similares	15 186 707	533 918	432 071	16 152 696
Juros e encargos similares	(5 346 450)	(16 225)	-	(5 362 675)
Margem financeira	9 840 257	517 693	432 071	10 790 021
				-
Rendimentos de serviços e comissões	3 477 247	(501 364)	(388 059)	2 587 824
Encargos com serviços e comissões	(1 095 851)	-	-	(1 095 851)
Encargos com serviços e comissões				-
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados				-
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda				-
Resultados cambiais	1 680 268	-	-	1 680 268
Resultados de alienação de outros activos	-	-	406	406
Outros resultados de exploração	1 304 568	-	(535 970)	768 598
Produto da actividade bancária	15 206 489	16 329	(491 552)	14 731 266
Custos com o pessoal	(3 266 915)	-	(82 229)	(3 349 144)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(3 929 518)	-	38 217	(3 891 301)
Depreciações e amortizações do exercício	(1 279 330)	-	-	(1 279 330)
Provisões líquidas de anulações	(94 000)	-	(71 282)	(165 282)
Imparidade do crédito líquida de rev. e recup.	(3 930 291)	(1 035 888)	71 282	(4 894 897)
Impostos e Taxas não incidentes sobre o resultado	(239 014)	-	239 014	-
Recuperação de custos administ. e de comercialização	4 597	-	(4 597)	-
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	(1 656)	-	1 656	-
Imparidade de outros activos líquida de rev. e recup.	-	-	(369 713)	(369 713)
Resultado Não Operacional	(669 204)	-	669 204	-
Custos operacionais	(13 405 331)	(1 035 888)	491 552	(13 949 667)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	1 801 158	(1 019 559)	-	781 599
Impostos sobre os resultados				
Correntes	(554 143)	554 143	-	-
Diferidos	-	(248 276)	-	(248 276)
Resultado líquido do período	1 247 015	(713 692)	-	533 323

AKZ'000

	1 de Janeiro de 2015				31 de Dezembro de 2015			
	CONTIF	Ajustamentos de transição	Reclassificações	IAS/IFRS	CONTIF	Ajustamentos de transição	Reclassificações	IAS/IFRS
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	29 885 788	-	(6 061 750)	23 824 038	40 985 941	-	(8 387 792)	32 598 150
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	6 128 720	6 128 720	-	-	8 557 127	8 557 127
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16 400 687	-	-	16 400 687	25 224 040	-	-	25 224 040
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1 536 473	1 536 473
Activos financeiros disponíveis para venda	4 026 967	-	(4 003 368)	23 599	4 501 192	-	(4 477 593)	23 599
Investimentos detidos até à maturidade	23 611 649	1 789	-	23 613 438	28 499 524	182	(1 536 473)	26 963 233
Crédito a Clientes	88 444 953	(7 452 903)	(203 020)	80 789 030	92 398 923	(7 788 654)	(253 448)	84 356 821
Operações cambiais	925 767	-	(925 767)	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	6 748 389	6 748 389	-	-	8 244 115	8 244 115
Activos tangíveis	13 428 941	-	1 776 058	15 204 999	14 353 714	-	1 546 030	15 899 744
Activos intangíveis	11 240 507	-	(1 780 084)	9 460 423	1 741 681	-	(1 617 895)	123 786
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	3 990 119	3 990 119	-	-	4 464 344	4 464 344
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	539 083	539 083
Activos por impostos diferidos	-	2 498 443	(92 661)	2 405 782	-	2 804 312	(450 655)	2 353 657
Créditos no sistema de pagamentos	66 970	-	(66 970)	-	169 336	-	(169 336)	-
Outros activos	14 060 908	-	(5 602 327)	8 458 581	26 421 535	-	(8 444 635)	17 976 900
Total de Activo	202 093 137			197 047 805	234 295 886			228 861 072
Passivo e capital próprio								
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15 047 479	-	2 045 746	17 093 225	21 856 840	-	6 882 652	28 739 492
Passivos financeiros ao justo valor atrav. de resultados	292 510	-	(292 510)	-	5 193 341	-	(5 193 341)	-
Recursos de Clientes e outros empréstimos	155 344 158	9 017	-	155 353 175	154 219 337	25 242	18 710 206	172 954 785
Outras captações contratadas	1 753 236	-	(1 753 236)	-	-	-	-	-
Provisões	547 045	409 075	10 325	966 445	495 286	966 247	42	1 461 575
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	5 225 440	-	-	5 225 440	8 563 313	-	(1 689 311)	6 874 002
Outros passivos	3 016 005	458 940	833 619	4 308 564	20 936 071	567 744	(19 160 861)	2 342 954
Operações cambiais	926 280	-	(926 280)	-	-	-	-	-
Total do Passivo	182 152 153			182 946 849	211 264 188			212 372 808
Capital próprio								
Capital Social	14 642 808	-	-	14 642 808	14 642 808	-	-	14 642 808
Ações próprias	(1 342 746)	-	-	(1 342 746)	(339 713)	-	-	(339 713)
Reservas e fundos	3 568 462	-	(3 568 462)	-	3 817 474	-	(3 817 474)	-
Reservas de reavaliação	(1 154 502)	-	-	(1 164 827)	(11 844)	-	-	(11 844)
Outras reservas e resultados transitados	2 930 483	(5 829 703)	3 568 462	669 242	3 675 959	(5 829 702)	3 817 433	1 663 690
Resultado líquido individual do exercício	1 296 479	-	-	1 296 479	1 247 014	(713 691)	-	533 323
Total do Capital próprio	19 940 984			14 100 956	23 031 698			16 488 264
Total do passivo e do capital próprio	202 093 137			197 047 805	234 295 886			228 861 072

As diferenças entre o CONTIF e as IAS/IFRS, com impacto nas demonstrações financeiras individuais em 1 de Janeiro, e 31 de Dezembro de 2015 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

	AKZ'000		
	01.01.2015	31.12.2015	
	Capitais próprios	Resultado do exercício	Capitais próprios
Normas Locais (CONTIF)	19 940 984	1 247 014	23 031 698
a) Aplicação da taxa efectiva à Carteira de Títulos	1 789	(1 607)	182
b) Aplicação do deferimento de comissões da Carteira de Crédito a Clientes	(1 039 978)	34 161	(1 005 817)
c) Imparidade para crédito a Clientes - Crédito directo	(6 871 866)	(478 716)	(7 350 582)
c) Imparidade para crédito a Clientes - Crédito indirecto	(409 075)	(557 172)	(966 247)
d) Aplicação da taxa efectiva à carteira de depósitos a prazo	(9 017)	(16 225)	(25 242)
Subtotal dos ajustamentos	(8 328 147)	(1 019 559)	(9 347 706)
Imposto diferido do activo associado (30%)	2 498 444	305 868	2 804 312
Total dos ajustamentos	(5 829 703)	(713 691)	(6 543 394)
Reclassificação Fundo Social / outros	(10 325)	-	-
Outros movimentos imateriais	-	-	(40)
Capitais próprios IAS/IFRS	14 100 956	533 323	16 488 264

(a) Ajustamento resultante dos instrumentos financeiros classificados como detidos até à maturidade, de acordo os critérios estabelecidos pela IAS 39, em que é determinada a taxa efectiva de forma individual para cada um dos títulos constantes da carteira de investimentos. É através da aplicação desta taxa, até à data de desreconhecimento do título, que o desconto ou prémio de aquisição é reconhecido em resultados.

A taxa efectiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contabilístico líquido do activo financeiro.

(b) O "Método da taxa de juro efectiva" de um activo ou de um passivo financeiro (ou grupo de activos ou de passivos financeiros) tem como objectivo a imputação de rendimentos ou de gastos com juros durante o período relevante. O cálculo inclui as comissões e outros custos de transacção elegíveis, pagas ou recebidas entre as partes do contracto.

Considerando que ainda não foi possível implementar, a esta data, sistemas informáticos para o cálculo das comissões de crédito de acordo com o método da taxa efectiva, o ajustamento apurado tem por base o diferimento linear das comissões, pelo período de vida remanescente dos créditos em carteira, à data de reporte.

(c) De acordo com a IAS 39, a Carteira de Crédito é mensurada ao custo amortizado e sujeita a testes de imparidade. As perdas de imparidade resultam da diferença entre o valor de balanço dos créditos e o valor dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à sua taxa de juro efectiva, apurada no início do contracto (taxa efectiva apurada individualmente por contracto). O valor dos fluxos de caixa esperados são estimados com base no que será o valor recuperável do crédito, em resultado da análise económica do mesmo.

A política de imparidade do Banco BNI consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo num período posterior revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada.

O aumento de imparidade resulta na sua totalidade da passagem da metodologia seguida no CONTIF, para a acima apresentada.

(d) O Banco BNI tinha no seu balanço produtos de poupança com taxa de remuneração crescente, i.e. aumenta a cada período de vigência do produto, sendo que à data de contratação do depósito as taxas de remuneração dos diferentes períodos encontravam-se definidas.

(e) De acordo com a IAS 39 deverá ser determinada a taxa de juro efectiva para cada um dos depósitos em carteira, não devendo o custo ser reconhecido no período com base na taxa nominal. Assim sendo o custo é reconhecido com base na aplicação de uma única taxa ao longo da vigência do produto.

Nota 40 - Normas contabilísticas interpretações recentemente emitidas

Impacto da adopção das alterações às normas que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2016

(a) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtópicos, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

(b) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de activos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. É de aplicação prospectiva.

(c) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem activos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz activos biológicos consumíveis, e retira este tipo de activos do âmbito da aplicação da IAS 41 - Agricultura para o âmbito da IAS 16 - Activos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os activos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 - Agricultura.

(d) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos - Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

(e) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

(f) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento".

(g) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 - concentrações de actividades empresariais.

(h) Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24.

(i) Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017

(a) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

(b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contractos com Clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contractos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

(c) IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transacções que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das actividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.

(d) IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento - Reconhecimento de impostos diferidos activos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos activos relacionados com activos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos activos quando existem restrições na lei fiscal.

(e) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os activos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efectuar a transferência.

(f) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transacções de pagamentos baseados em acções' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transacções de pagamentos baseados em acções liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em acções, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma excepção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em acções seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

(g) IFRS 4 (alteração), 'Contractos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contractos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contractos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja actividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.

(h) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contractos com Clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contracto, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

(i) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação reflectindo futuros pagamentos da locação e um activo de "direito de uso" para todos os contractos de locação, excepto certas locações de curto prazo e de activos de baixo valor. A definição de um contracto de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um activo identificado".

(j) Melhorias às normas 2014 - 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

Interpretações

(a) IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transacção" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contractos denominados em moeda estrangeira. A "data da transacção" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transacções em moeda estrangeira.

Nota 41 - Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos na divulgação nas Notas às Contas relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas memas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que vejam a alterar significativamente a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe para deliberação da Assembleia-Geral a seguinte aplicação de resultados:

- 20% para Reserva legal (AKZ 346 127 milhares);
- 80% para Resultados transitados (AKZ 1 384 509 milhares).

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Banco de Negócios Internacional, S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Negócios Internacional, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 258.806.370 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 16.580.484 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 1.730.636 milhares de Kwanzas, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Opinião

6 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Negócios Internacional, S.A. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

21 de Julho de 2017

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista N.º 20120086

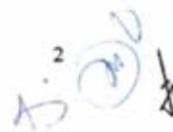
PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Dando cumprimento ao mandato que V^{as}. Ex^{as}. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, nomeadamente da Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro de 2004, Lei das Sociedades Comerciais, bem como os Estatutos do **BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A.**, submetemos à apreciação de V^{as}. Ex^{as}. o parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. Estas compreendem o Balanço, que apresenta um total do Activo de 258.806.370 milhares de Kwanzas, Passivo de 242.225.886 milhares de kwanzas e um total de Capital Próprio de 16.580.484 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 1.730.636 milhares de Kwanzas, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício e o correspondente Anexo.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2016, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que se julgaram pertinentes, além de observar os demais procedimentos tidos como indispensáveis.
4. Com base no resultado da fiscalização exercida, consideramos que:
 - i. os documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), respeitam também os princípios contabilísticos consagrados para as Instituições Financeiras a operar em Angola, concretamente os termos do Instrutivo nº 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo BNA, com as actualizações introduzidas pela Directiva n.º 04/DSI/2011;



- ii. as políticas e processos em vigor nas matérias de governação corporativa respeitam os princípios estabelecidos no artigo 5.º e a realização dos objectivos estabelecidos no artigo 4.º, ambos do Aviso n.º 1/2013, de 19 de Abril, do BNA;
 - iii. as informações constantes no relatório a que o presente parecer se reporta são verdadeiras e apropriadas, de acordo com as disposições estabelecidas no artigo 1.º do Instrutivo n.º 1/2013, de 22 de Março, do BNA;
 - iv. Não tomamos conhecimento de qualquer outra situação ou deliberação que fosse contrária às normas em vigor e que possam pôr em causa a razoabilidade das Demonstrações Financeiras apresentadas.
5. Consideramos que os documentos referidos em #1 e #2 permitem, no seu conjunto, a compreensão da situação financeira e dos resultados do Banco, e é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do **BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A.** naquela data, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.
6. O Conselho Fiscal recomenda, para o exercício económico de 2017:
- (i) o reforço e continuidade de políticas de gestão prudentes dadas as limitações actuais do mercado, particularmente devido à baixa liquidez e do acesso condicionado às divisas no mercado, e da conjuntura macroeconómica desfavorável com impactos ao nível da procura interna e que poderão influir nas carteiras de depósitos e outras transacções com o Banco;
 - (ii) o reforço e consolidação dos aspectos relacionados com o Corporate Governance e Controlo Interno, tendo em conta o estabelecido no Aviso n.º 1/2013 de 23 de Março e nº 2/2013 de 19 de Abril do Banco Nacional de Angola, e da Política de Provisões, tendo em conta a conjuntura actual do mercado financeiro em Angola.

2

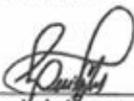


Ademais, sugere à Administração:

- (iii) elaboração da proposta de aplicação de Resultados, com eventual aprovação da distribuição de dividendos, considerando que o resultado do exercício é positivo e que os indicadores prudenciais do banco apresentam-se equilibrados, constituindo, entretanto, para devidos efeitos legais, as reservas, devendo ser submetida à apreciação dos Exm^{os} Senhores Accionistas.

Luanda, aos 24 de Julho de 2017

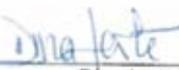
O Conselho Fiscal



Luis Neves
(Presidente)



Licínio de Assis
(1.º Vogal)



Dina Leote
(2.º Vogal)

Banco **BNI**

RELATÓRIO E CONTAS 2016

AV. COMANDANTE CHE GUEVARA, Nº42-A
BAIRRO MACULUSSO - LUANDA - ANGOLA

www.bni.ao